

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E
TECNOLOGIAS**

**ENTRE A APROPRIAÇÃO E A PROIBIÇÃO: TRÂNSITO DOS
DISPOSITIVOS MÓVEIS EM ESCOLAS PÚBLICAS**

Lívia da Silva Neiva Martin

Anápolis - GO

2014

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS -UEG
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E
TECNOLOGIAS**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:

PROCESSOS EDUCATIVOS, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS

LINHA: EDUCAÇÃO, ESCOLA E TECNOLOGIAS

**ENTRE A APROPRIAÇÃO E A PROIBIÇÃO: TRÂNSITO DOS
DISPOSITIVOS MÓVEIS EM ESCOLAS PÚBLICAS**

Lívia da Silva Neiva Martin

Anápolis - GO

2014

LÍVIA DA SILVA NEIVA MARTIN

**ENTRE A APROPRIAÇÃO E A PROIBIÇÃO: TRÂNSITO DOS
DISPOSITIVOS MÓVEIS EM ESCOLAS PÚBLICAS**

Dissertação apresentada ao Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás - UEG, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias, área de concentração: Processos educativos, linguagem e tecnologias. Linha de pesquisa: Educação, Escola e Tecnologias.

Orientadora: Profa. Dra. Mirza Seabra Toschi

Anápolis-GO

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

M381e	<p>Martin, Livia da Silva Neiva.</p> <p>Entre a apropriação e a proibição: trânsito dos dispositivos móveis em escolas públicas [manuscrito] / Livia da Silva Neiva Martin. - 2014.</p> <p>145 f. : il. ; 30 cm.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Mirza Seabra Toschi.</p> <p>Dissertação(Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias), Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas. Anápolis, 2014.</p> <p>Bibliografia.</p> <p>1. Educação. 2. Educação básica – Tecnologias. 3. Ensino público – Telefone Celular – Anápolis. I. Título.</p> <p>CDU: 37:621.395.6(817.3Anápolis)(042.3)</p>
-------	---

Elaborada por Aparecida Marta de J.Fernandes
Bibliotecária da UnUCSEH
CRB1/2385

ENTRE A APROPRIAÇÃO E A PROIBIÇÃO: TRÂNSITO DOS DISPOSITIVOS MÓVEIS EM ESCOLAS PÚBLICAS

Esta dissertação foi considerada aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pelo Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, em 25 de março de 2014.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Mirza Seabra Toschi (Universidade Estadual de Goiás - UEG)
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Daniela da Costa Britto Pereira Lima (Universidade Estadual de Goiás – UEG)
Docente Interno

Prof.^a Dr.^a Joana Peixoto (Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC)
Docente Externo

Anápolis-GO, 25 de março de 2013.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a equipe da Secretaria Municipal de Educação e da Sub Secretaria Estadual de Educação pelo apoio recebido na realização dessa pesquisa.

Agradeço, também, a todos os gestores, coordenadores e professores que gentilmente colaboraram para a realização desse estudo.

Agradeço ainda, aos anjos que Deus colocou em minha trajetória com os nomes de Cecília da Silva Neiva, Renata Luiza da Costa, Mariana Soraes da Silva e Tatiane Custódio da Silva Batista.

Ao companheiro de todas as horas, Ricardo George de Podestá Martin.

Meus sinceros agradecimento à professora Mirza Seabra Toschi pelo carinho, amizade e por todas as suas orientações!

À CAPES-DS, pelo apoio financeiro.

"(...) la mera introducción de medio y tecnologías de comunicación en la escuela puede ser la más tramposa manera de ocultar sus problemas de fondo tras la mitología efímera de su modernización tecnológica. El problema de fondo es cómo insertar la escuela en un ecosistema comunicativo, que es la vez experiencia cultural, entorno informacional y espacio educacional difuso y descentrado. Y cómo seguir siendo en ese nuevo escenario el lugar donde el proceso de aprender guarde su encanto: a la vez rito de iniciación en los secretos del saber y desarrollo del rigor de pensar, del análisis y la crítica, sin que lo segundo implique renunciar al goce de crear".

Jesús Martín Barbero

RESUMO

NEIVA, Livia. Entre a apropriação e a proibição: trânsito dos dispositivos móveis em escolas públicas. 2014. Anápolis: MIELT/UEG. 145 páginas. Dissertação.

Este estudo tem como tema o uso do celular em escolas de Educação Básica com intuito de compreender o que provoca os usos dos dispositivos móveis que os estudantes têm e levam com eles para o ambiente escolar. As bases metodológicas da investigação deste trabalho seguiram a abordagem qualitativa, tendo como lócus duas escolas públicas do Ensino Fundamental e duas do Ensino Médio, localizadas no município de Anápolis-GO. Propôs-se observar o cotidiano dessas quatro escolas, no primeiro semestre de 2013, por um período de três meses, para investigar os usos que os estudantes fazem de seus dispositivos móveis quando estão na escola. A premissa que orientou a escolha das escolas a serem pesquisadas foi um processo coletivo, que envolveu a autorização e o auxílio da Subsecretaria Regional de Educação e da Secretaria Municipal de Educação de Anápolis. Pelo fato de o objeto desta pesquisa se tratar de uma tecnologia proibida por leis e pelos regimentos escolares, o critério para definição das escolas foi a autorização das gestões municipais e estaduais no desenvolvimento do estudo e o aceite da diretora de cada escola. Os procedimentos de coleta de dados incluíram a observação direta nas salas de aula, na entrada e saída, nos intervalos de recreio, entrevistas informais com professores e gestores, as quais foram anotadas em protocolos de registro. Foi aplicado um questionário para 1022 alunos e foram geradas fotos e vídeos de estudantes usando escondido ou abertamente seus celulares. A pesquisa leva em consideração os estudos teóricos de Lemos (2004, 2009), Santaella (2007, 2010), Nicolaci-da-Costa (2004), Souza e Silva (2006), Moura (2009,2010), Caron e Caronia (2005), Buckingham (2007), Libâneo (2000, 2006, 2008, 2012) Nóvoa (2009) entre outros. Com os celulares sempre por perto, os jovens estão imersos num ecossistema de comunicação multimídia, com experiência cultural difusa e descentrada que ocasionam conflitos dentro e fora da sala de aula. Os usos que os jovens observados fizeram de seus celulares na escola reforçou o exercício do autoritarismo, da coerção e do controle pela instituição formal de educação. Diante dos desafios comportamentais, técnicos, administrativos, comunicacionais e pedagógicos apresentados, poderia existir espaço para o diálogo e negociação ente os sujeitos que convivem em cada unidade escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Dispositivos Móveis e Educação. Cultura Juvenil Móvel. Celular na escola.

ABSTRACT

Neiva, Lívia. Entre a apropriação e a proibição: trânsito dos dispositivos móveis em escolas públicas. 2014. Anápolis: MIELT/UEG. 145 páginas. Dissertação.

This study has as its theme the cell phone use in schools of Basic Education seeks to understand what causes the uses of mobile devices that students have and bring with them for the school environment . The methodological basis of the research of this study followed a qualitative approach , with the locus two public elementary schools and two public high school located in the city of Anápolis -GO . Proposed to observe the daily life of these four schools in the first half of 2013 , for a period of three months , to investigate the uses that students make their mobile devices when they are in school . The premise that guided the choice of schools to be surveyed was a collective process involving the authorization and assistance of the Regional Secretariat for Education and Municipal Education Anápolis . Because the object of this research it is a technology prohibited by laws and school regulations , the criteria for defining the schools was the authorization of municipal and state administrations in the development of the study and accepted the director of each school. The procedures for data collection included direct observation in classrooms , in and out , in the intervals of recreation , informal conversations , and spontaneous reports of respondents noted in registry protocols . A questionnaire was administered to 1022 students and, student photos and videos were generated using concealed or openly their phones . The survey takes into account the theoretical de Lemos (2004 , 2009) , Santaella (2007, 2010) , Nicolaci - da - Costa (2004) , Souza e Silva (2006) , Moura (2009,2010) , Caron and Caronia (2005) , Buckingham (2007) , Libâneo (2000 , 2006, 2008 , 2012) Nóvoa (2009) among others . With cell phones always around, young people are immersed in an ecosystem multimedia communication, with diffuse and decentered cultural experience that cause conflicts inside and outside the classroom. The uses to which young people observed did their mobiles in school reinforced the exercise of authoritarianism, coercion and control by the academic institution. Faced with behavioral challenges, technical, pedagogical and administrative communication, there could be room for dialogue and negotiation being the subjects that live in each school.

KEY WORDS: Mobiles and Education. Youth Mobile Culture. Mobile school.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – O CELULAR: APROPRIAÇÃO COTIDIANA E PROIBIÇÃO NA ESCOLA	15
1. Disseminação da telefonia móvel no Brasil	15
2. Tecnologia emergente	17
3. Reflexões sobre a escola	18
4. Leis que proíbem o uso do celular na escola	24
5. Dispositivos móveis e educação formal.....	25
6. Potencial dos dispositivos móveis para o ensino e a aprendizagem	27
CAPÍTULO 2 - TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS A PARTIR DA UBIQUIDADE, MOBILIDADE E DAS NOVAS CONSIDERAÇÕES SOBRE TEMPO E ESPAÇO.....	33
1. Estudos e pesquisas sobre os dispositivos móveis	34
<i>a) Revisão Sistemática e o encontro com a educação a distância</i>	<i>35</i>
<i>b) Eventos.....</i>	<i>39</i>
2. Do telefone ao microchip: mudanças nas interações cotidianas	42
3. O celular: infraestrutura da ubiquidade.....	44
<i>a) Personalização do aparelho e a manutenção dos vínculos sociais</i>	<i>46</i>
4. Mobilidade de pessoas e conteúdos: o contato permanente e sem intermediários	48
<i>a) Comunicação contínua</i>	<i>53</i>
5. Reconfiguração do tempo e do espaço.....	53
6. Sobre Convergência	56
7. Efeitos sociais, culturais, cognitivos da disseminação da posse e uso do celular	58
CAPÍTULO 3 - USOS DOS DISPOSITIVOS MÓVEIS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ANÁPOLIS	62
3- Metodologia	63
1. O contexto escolar	71
<i>a) Absenteísmo de professores</i>	<i>77</i>
<i>b) Pessoaalidade e profissionalidade docente</i>	<i>78</i>
<i>c) Controle sobre o planejamento de aula</i>	<i>82</i>

<i>d) Administração e controle escolar</i>	85
<i>e) Local de Armazenamento dos celulares confiscados</i>	87
<i>f) Sumiços e Furtos.....</i>	87
2. Dispositivo móvel.....	90
2.1 Usos permitidos	90
2.2 Usos subterrâneos.....	99
<i>a) Prótese Personalizada</i>	105
<i>b) Gerência da Família e o sentido de urgência.....</i>	106
3. Legislação.....	114
<i>a) A Carta de Compromissos</i>	115
<i>b) Proibição e coerção.....</i>	117
<i>c) Dilemas do acesso e controle.....</i>	118
<i>d) Vigilância e Cumplicidade.....</i>	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	128
ANEXOS	133
Anexo 1.....	133
Anexo 2.....	134
Anexo 3.....	135
Anexo 4.....	138
Anexo 5.....	139
Anexo 6.....	140
Anexo 7.....	141
Anexo 8.....	142
Anexo 9.....	143
APÊNDICE.....	145

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi motivada por inquietações surgidas em minha experiência profissional, quando, ao observar o cotidiano de algumas escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio, percebi que todos os sujeitos que frequentam o ambiente escolar possuíam celulares. Estudantes, responsáveis pela merenda e até as diretoras das escolas, todos levavam consigo e usavam seus celulares, às vezes mais de um aparelho. Isso significa que, apesar de existirem leis e regimentos que proíbem a utilização de celulares nas escolas, é ampla a aceitação e uso do aparelho, embora suscite também irritabilidade em alguns dos sujeitos nessas instituições.

O celular é aqui entendido como dispositivo, tecnologia emergente que possui implicações técnicas, sociais e culturais [CARON e CARONIA (2005); PEIXOTO (2012)]. Os usos cotidianos de celulares operam mudanças, principalmente a partir das novas práticas de comunicação que afetam a cultura, as relações familiares e os vínculos sociais. E de que forma essa nova cultura aparece na escola? A proposta desta pesquisa é observar o que provoca, no ambiente escolar, os usos dos dispositivos móveis que os estudantes levam consigo para a escola. Diante deste cenário, foi definido o seguinte objetivo para este estudo: identificar e analisar, em quatro escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio de Anápolis (GO), quais são os usos que os estudantes fazem de seus celulares quando estão no ambiente escolar. Como objetivos específicos, busca-se: a) descrever e analisar as situações e contextos em que o celular é utilizado na escola; b) conhecer a opinião dos estudantes sobre a proibição legal dos celulares em ambiente escolar; c) levantar se houve a proibição legal do uso do celular no cotidiano da escola, e, em caso afirmativo, quais foram as consequências; d) identificar e analisar os efeitos que se apresentam aos usos que os estudantes fazem de seus celulares quando estão na escola.

Em maio de 2010 foi promulgada a Lei Estadual nº 16.993, que proíbe o uso de celular na escola. Mas apesar da promulgação desta e de outras leis, quer seja em âmbito municipal, estadual ou federal, e dos regimentos internos de cada escola que proíbem o uso do celular no ambiente dessa instituição, essa tecnologia está lá, nas mãos, no bolso da calça jeans, dentro da bolsinha de lápis, no jaleco branco que alguns professores trajam, na mesa da diretora.

A verdade é que, desde o Ensino Básico, o universo infanto-juvenil está permeado por tecnologias, como o celular, as máquinas fotográficas digitais, a televisão, a Internet, os jogos eletrônicos e os mp3, entre outras mídias, que permitem um acesso interativo e constante à informação em rede. Pressupõe-se que adolescentes, quando entram no Ensino Médio, já

estão com uma experiência comunicacional que lhes permite participar, criar, editar ou interagir em rede. Produzir sua própria comunicação em voz, vídeo, imagem ou texto e compartilhá-la imediatamente, seja por meio dos diversos *softwares* interativos espalhados pela rede mundial de computadores, seja por sistemas de mensagens instantâneas, do You Tube, dos sistemas de troca de seus aparelhos celulares, como o *Bluetooth*, são ações comuns entre os jovens.

Essa experiência comunicacional mediada por alguma tecnologia apresenta desafios para a escola e os professores, que têm de lidar com as características, interesses, comportamentos e linguagens de seus jovens estudantes, em contraposição ao que lhes é cobrado e avaliado institucional e profissionalmente. Por isso, não raro professores enfrentam as dificuldades de adaptação e a insatisfação de alguns de seus alunos com a defasagem entre o que lhes é oferecido pela escola e o que encontram fora dela. Já na década de 1980, o padre e psicopedagogo francês Pierre Babin afirmava que os jovens “estão em outra”, pois compreendem, estudam e se comunicam de um jeito diferente do que o proposto pela escola.

Os jovens não são, ou não são mais contra estes ou aqueles valores, em relação aos quais tentariam definir sua identidade. Eles “estão em outra”, num sistema diferente dentro do qual se inserem de modo original e que, pouco a pouco, constitui uma verdadeira e nova cultura. (BABIN, 1989, p. 5)

Apoderar-se dos dispositivos móveis permite ao jovem “existir” na atualidade. A “cultura da mobilidade” (LEMOS, 2009) instaura desejos e representa mais que a simples convergência de tecnologias.

Para apreender esse universo da relação estudante-tecnologia (no caso, o celular), a pesquisa foi orientada por uma abordagem qualitativa, com a utilização do método comparativo constante, por coletar dados em múltiplos locais. A definição e a escolha das escolas-campo de pesquisa contaram com a participação da Subsecretaria Estadual de Educação e da Secretaria Municipal de Educação de Anápolis. A coleta de dados teve como instrumentos a observação direta nas salas de aula, na entrada e na saída dos estudantes, e nos intervalos de recreio, tendo sido também aplicado um-questionário. Ocorreram também relatos espontâneos dos pesquisados e foram geradas fotos de estudantes usando escondido ou abertamente seus celulares, nessas quatro escolas públicas. A coleta de dados foi feita durante três meses, de abril a junho de 2013, e as observações foram registradas em diário de campo e protocolo de registros. O tratamento das informações coletadas propiciou, além da análise qualitativa, uma análise quantitativa, aqui apresentada por meio de gráficos e tabelas.

Fez parte deste estudo a pesquisa “Celular na Escola: Políticas, Usos e Desafios Pedagógicos”, desenvolvida pela Universidade Estadual de Goiás e realizada por pesquisadores membros da Rede Goiana de Pesquisa em Políticas Públicas de Inclusão Digital (REPPID). Atuei ativamente nesse estudo, que culminou com a produção de um texto que foi submetido à revista qualificada.

No Capítulo 1, apresento um panorama sobre a disseminação do uso do celular no mundo e no Brasil e inicio as definições teórico-metodológicas e de construção das problemáticas e do objeto de pesquisa, que passam por reflexões sobre a escola. Para isso, baseio-me em Ponce (1986), Saviani (1991, 2000) Libâneo (2000, 2008, 2012), Nóvoa (2009), entre outros. No Capítulo 2, discorro sobre os estudos teóricos que contribuem para a compreensão dos significados que são atribuídos aos dispositivos móveis. Seus usos não podem ser pensados sem considerar a ubiquidade, a mobilidade, a relação entre tempo e espaço e a convergência. Sobre isso, os fundamentos teóricos estão em Lemos (2004, 2009), Santaella (2007, 2010), Nicolaci-da-Costa (2004), Souza e Silva (2006), Caron e Caronia (2005) e Buckingham (2007).

Os dados coletados, descritos e analisados, estão expressos no Capítulo 3, quando são apresentadas as situações observadas, os resultados dos questionários e as categorias de análise construídas a partir dos dados. Três aspectos surgiram como fundamentais para análise e foram definidores das categorias: o contexto escolar, a legislação e os dispositivos móveis.

CAPÍTULO 1 – O CELULAR: APROPRIAÇÃO COTIDIANA E PROIBIÇÃO NA ESCOLA

Apesar da existência de normas e regimentos escolares, e de leis que regulamentam ou mesmo proíbem o uso dos telefones móveis no espaço escolar, é preciso considerar que existe um avanço expressivo na posse dessa tecnologia em todas as partes do país e com alta penetração em todas as gerações (avó, avô, pai, mãe, filhos). Este Capítulo descreve o panorama da posse de telefone móvel celular pela população brasileira, a partir de dados divulgados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) (2013), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) (2009, 2013) e pelo Comitê Gestor da Internet (CGI.br) (2012). Isso exige uma reflexão sobre o impacto de uma tecnologia que foi apropriada pelos sujeitos em processos culturais e que, portanto, está presente na escola não por determinações políticas, mas como parte normal da vida cotidiana.

Mas o que ocorre quando os sujeitos da escola levam seus celulares para o ambiente escolar? A intenção deste estudo não é a tecnologia por si mesma, mas o seu uso na escola, e, para isso, compreender o contexto é necessário. A escola pública é uma instituição formal, com cotidianos próprios, além de ser um elemento que influencia as relações desenvolvidas pelo grupo social que nela convive, sejam elas de ensino e aprendizagem, sejam de gestão e organização. Saviani (1991, 2000) Toschi (1995, 2010), Libâneo (2000, 2008), Nóvoa (2009) e Young (2011) foram alguns dos pensadores que me auxiliaram a compreender esse contexto, do qual o celular não pode ser desvinculado no escopo deste estudo, que se faz por meio do tripé tecnologia – escola - legislação.

1. Disseminação da telefonia móvel no Brasil

A difusão da telefonia móvel é um acontecimento mundial, e o Brasil segue essa tendência. Segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT), órgão das Nações Unidas (ONU), as assinaturas apresentam alta acentuada desde 2001, considerando os dados consolidados de países monitorados pelo organismo, segundo dados do CGI.br (BRASIL, 2012, p. 159). O Brasil já tem mais celulares do que habitantes e iniciou o ano de 2013 com mais de 263 milhões de linhas ativas na telefonia móvel, apresentando uma teledensidade de 133,25 acessos para cada cem habitantes, ou seja, são mais de 133 aparelhos para cada grupo de cem pessoas, o que sugere mais de um telefone móvel por pessoa. Somente no mês de fevereiro de 2013 foram registradas pela Anatel mais de 785 mil novas habilitações de

telefones celulares. Atualmente, a posse do celular é duas vezes maior que a do computador, cujos índices de uso doméstico e corporativo atingem 118 milhões, segundo a 24ª Edição da Pesquisa Anual do Uso de TI¹, realizada pelo Centro de Tecnologia de Informação Aplicada da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP) e divulgada em abril de 2013.

O acesso à Internet e a posse de telefone celular foram objetos suplementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no período de 2005 e 2008, e a partir de 2009 passou a fazer parte do protocolo da pesquisa. Em 2005, 36% da população possuía celular, e em 2011 esse percentual, conforme pesquisa da PNAD, já era de 69%, ou seja, nesse período, houve um aumento de 107% no contingente de pessoas com 10 ou mais anos de idade que tinham telefone móvel. Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Goiás foram os estados com o maior número de pessoas que possuíam telefone móvel celular em 2011, com 87%, 77% e 77%, respectivamente (IBGE, 2013).

E não são apenas os sujeitos jovens, com faixa etária entre 10 e 15 anos, que se interessam pela telefonia móvel. Os dados da PNAD 2011 mostram que o percentual daqueles que possuem celulares cresce com o aumento da idade, atingindo os maiores índices nos grupos de 30 a 34 anos (83%) e de 36 a 39 anos de idade (80%). Na faixa etária dos sujeitos que serão foco desse estudo, jovens do Ensino Fundamental e Médio, 42% na população entre 10 a 14 anos e 67% no grupo entre 15 a 17 anos possuem celulares.

Resultados semelhantes também foram divulgados na sétima edição da pesquisa realizada pelo CGI.br, denominada “Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil”, ou apenas “TIC Domicílios”, de 2011. De acordo com a pesquisa, o maior número de usuários de telefones móveis está nas mãos de jovens e adultos da faixa etária de 25 a 34 anos (92%), seguidos pela faixa etária de 16 a 24 anos (91%), e de 35 a 44 anos (87%). Entre os brasileiros com 10 anos ou mais, 82% são usuários de telefones celulares e 76% possuem o próprio aparelho (BRASIL, 2012, p. 158). Ainda de acordo com a pesquisa do CGI.br, há um avanço expressivo da posse e uso das tecnologias móveis, como celulares, notebooks e modems 3G nos lares brasileiros.

Com base nas faixas etárias pesquisadas, percebe-se que grande parte desse universo é de jovens e crianças que frequentam a escola, professores, coordenadores e diretores de instituições de Ensino Fundamental e Médio. Evidenciada a posse e considerando que esses

¹ Disponível em <<http://eaesp.fgvsp.br/ensinoeconhecimento/centros/cia/pesquisa>>. Acesso em 05 de julho 2013.

sujeitos, possuidores e usuários da telefonia móvel, levam consigo seus telefones também para o espaço escolar, passa-se agora para a contextualização dessa mídia na escola pública.

2. Tecnologia emergente

Para se referirem aos dispositivos móveis, Caron e Caronia (2005) fazem uso do termo “tecnologia emergente de comunicação”, enquanto Santaella (2007) denomina as questões desencadeadas pelos usos dos celulares de “mídia emergente”. É interessante notar que esses autores fazem uso da expressão “emergente”, em detrimento de “nova mídia” ou “novas tecnologias de informação e comunicação”. Entendem eles que “emergente” configura-se como um adjetivo melhor do que “novo”, porque as tecnologias de informação e comunicação sempre desencadearam transformações culturais profundas (CARON; CARONIA, 2005), alterando de modo significativo os ambientes em que vivemos, como ocorreu com a energia elétrica, o telégrafo, o rádio e a televisão. A palavra “emergente” reforça, assim, a ideia de que se trata da tecnologia que está em destaque agora, neste momento histórico. Santaella (2007) explica que, quando surgem, as novas mídias são, via de regra, recebidas como forasteiras, provocando relutância, estranhamento e mesmo temor. Conforme a autora, sempre leva certo tempo até que sejam capazes de introduzir mudanças sensíveis na ecologia vigente.

Longe de levar as anteriores ao desaparecimento, a mídia emergente vai se espremendo entre as outras e gradativamente encontrando seus direitos de existência ao provocar uma refuncionalização nos papéis desempenhados pelas anteriores. É justamente isso que tem sucedido com os dispositivos móveis, cuja velocidade de absorção e domesticação vem se dando em progressão geométrica espantosa. (SANTAELLA, 2007, p. 232)

A tecnologia emergente, segundo esse princípio, é capaz de alterar as funções sociais realizadas pelas tecnologias precedentes, provocando remanejamentos, e não eliminação, no papel que cabe a cada uma desempenhar. Esses remanejamentos, por sua vez, provocam o surgimento gradual de ambientes socioculturais novos. Então, procurarei descrever o celular como uma tecnologia emergente, e não nova, porque compreendo que se trata de uma tecnologia que está em evidência no dia a dia e que convive com as que a precederam.

Ao falar de celular, precisamos ter em mente os sistemas de computação que se tornaram invisíveis, mas onipresentes. Essa tecnologia que está em destaque no momento e que, portanto, é emergente, tem por principal característica o fato de ser portátil, móvel, mas, mais do que isso, por possuir várias tecnologias emergentes em um único aparelho. Para

Moura (2010, p. 42), o novo é “a convergência de serviços e funções num único dispositivo, a sua onipresença, portabilidade e multifuncionalidade”.

Com a computação ubíqua instalada em seus microchips, na memória *flash* (permite uma capacidade de armazenamento de dados cada vez maior), nas possibilidades de trocas com outros aparelhos por meio de redes de curto alcance como *Bluetooth*² ou redes de Internet sem fio, como Wi-Fi e o 3G, além das múltiplas funções já relatadas, como câmera de vídeo, foto etc., o celular abre um mundo de novas possibilidades. Conforme Lemos (2004), o celular expressa a radicalização da convergência digital, por isso, o termo “dispositivo móvel” torna-se mais apropriado para essa tecnologia emergente. Estamos, acentua o autor, em uma era em que a “UbiComp”, ou computação ubíqua, profetizada por Mark Weiser em 1991, tornou-se realidade: objetos computacionais estão imersos no cotidiano de forma onipresente. Então, toda vez que o termo “dispositivo móvel” for mencionado, estou querendo me referir ao conjunto dessas tecnologias emergentes: telefonia móvel, microchips, Wi-Fi, *Bluetooth*, microcâmeras de captação de imagens estáticas ou em movimento, sistemas de captação de áudio entre tantas outras que se acumulam nos aparelhos celulares. Peixoto (2012) considera ainda que a noção de “dispositivo” representa uma alternativa teórico-metodológica para o tratamento das tecnologias como objetos técnicos e socioculturais, contextualizados pelas representações e usos que os envolvem. Na relação entre tecnologia e educação, a noção de tecnologia como dispositivo supera o raciocínio que a reduz à sua condição de ferramenta ou instrumento, pois, pontua a autora, são também objetos culturais portadores de sentido. Ao utilizarem esses objetos, os sujeitos sociais criam para eles novas funções, transformando-os. “Tal transformação pode acarretar mudanças significativas também nestes sujeitos por meio de novos posicionamentos que adotam ou mesmo de novas percepções que constroem” (PEIXOTO, 2012, s.p.). Assim, diz ainda o autora, o conceito de dispositivo dá conta do fato de uma nova relação com as tecnologias caracterizar a sociedade contemporânea.

3. Reflexões sobre a escola

O celular está na escola, foi absorvido, incorporado ao cotidiano das pessoas que ali convivem, apesar de muitas vezes seu uso ser proibido nesse espaço. Sua presença, contudo, não ocorre por imposição de um projeto político-econômico, como aconteceu com

² *Bluetooth* é uma tecnologia de comunicação sem fio de curta distância, que transmite dados via sinais de rádio. Disponível em < <http://www.bluetooth.com/Pages/Basics.aspx> >. Acesso em: 21 set. 2013.

laboratórios de informática, a distribuição de *tablets* ou o projeto de um computador por aluno (TOSCHI, 2010). É o espaço do mundo que adentra o espaço da escola e, por isso, é importante refletir sobre como essa cultura aparece na escola. Mas também se faz necessário a compreensão sobre esse contexto.

São muitos os fatores que podem interferir na relação didático-pedagógica ou de gestão de uma escola pública. Toschi (1995) lembra que na dimensão da relação professor-aluno e no processo interativo e comunicacional de sala de uma aula refletem-se muitos dos problemas da educação. E, segundo a autora, eles não são poucos e muito menos simples. São questões-problema de ordem política, econômica, estrutural e arquitetônica, entre outras tantas, que exigem uma reflexão sobre a concepção de homem sociedade e educação.

Libâneo (2008) entende que uma política educacional deve considerar, em primeiro plano, qual concepção de escola favorece a aprendizagem dos alunos, e ressalta que isso passa por questões de organização curricular, inclusão educacional, gestão escolar e formação de professores (p. 5). Conforme o autor, a razão de ser da escola pública é entendida de diferentes modos: um segmento a vê principalmente como espaço de socialização dos alunos; outro diz almejar uma escola de resultados, que forme alunos que passem no vestibular; e há quem a conceba como o lugar para atender tanto as necessidades individuais dos alunos como as sociais. Para Libâneo (2008), não existe, entre os responsáveis pelas políticas educacionais, os legisladores e os investigadores da educação escolar, um acordo sobre a escola que se deseja, sobre os objetivos formativos e, por isso, ele propõe a retomada de uma discussão em torno dos objetivos e das funções da escola pública.

Nóvoa (2009) pontua que os acordos políticos com organismos internacionais, as políticas públicas para Educação Básica e os grandes conglomerados da comunicação atribuem missões para a escola pública, julgando que ela seja capaz de resolver problemas que não foram causados por ela, a tal ponto que existe uma divulgação complicada que propõe a educação escolar e o professor como salvadores de todos os males da sociedade. Grande parte dos discursos sobre a cidadania sustenta-se numa alargada e abrangente concepção de formação escolar, transbordando a escola com uma vastidão de atividades, projetos e tarefas de assistência social.

Começou pela instrução, mas foi juntando a educação, a formação, o desenvolvimento pessoal e moral, a educação para a cidadania e para os valores [...].

Começou pelas disciplinas, mas foi abrangendo a educação para a saúde e para a sexualidade, para a prevenção do tabagismo e da toxicod dependência, para a defesa do ambiente e do patrimônio, para a prevenção rodoviária [...].

Começou por um ‘currículo mínimo’, mas foi integrando todos os conteúdos possíveis e imaginários, e todas as competências, tecnológicas e outras, pondo no ‘saco curricular’ cada vez mais coisas e nada dele retirando. (NÓVOA, 2009, p. 50)

A escola precisa estar centrada nas questões de ensino e aprendizagem, e reconhecer que não pode tudo, pois é apenas uma entre tantas outras instituições da sociedade que podem promover educações (PONCE, 1986; SAVIANI, 2000; LIBÂNEO, 2000; YOUNG, 2011; NÓVOA, 2009). Mas nem por isso a instituição formal de educação, em especial a escola pública, precisa deixar de ser um espaço de transformação da sociedade, de socialização ou de inclusão social ou digital. Também defendo que a escola precisa ser um espaço de reflexão, de expansão do pensamento, de conquista dos bens culturais, imateriais e históricos da humanidade por meio das mídias, com as mídias, apesar delas e, quando necessário, sem elas.

Ao docente cabe, por sua vez, o papel fundamental de instigar o pensamento, a dúvida, a elaboração de perguntas, a apresentação de desafios, a vontade de ir além da informação que já está dada. Portanto, como já foi dito, apesar de a escola ser o reflexo de inúmeras carências, sociais e políticas, que interfiram na sala de aula, o professor e a escola não deveriam perder o foco nas questões do ensino e da aprendizagem.

Para Saviani (1991), o trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, o saber objetivo produzido histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. E a escola, por conseguinte, é a instituição cujo papel consiste na socialização desse saber sistematizado.

Vejam bem: eu disse saber sistematizado; não se trata, pois, de qualquer tipo de saber. Portanto, a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular. Em suma, a escola tem a ver com o problema da ciência. (SAVIANI, 1991, p. 22)

Mas isso seria o óbvio, mas é exatamente esse óbvio que está sendo ocultado pelo senso comum e midiático, que insiste em divulgar a crença de que a solução e a culpa de todos os problemas da humanidade passam pela escola. Problema no trânsito? Institui-se a disciplina “educação para o trânsito” no currículo. Problemas de meio ambiente? Coloca-se a obrigatoriedade de projetos ambientais na escola. Violência? Instauram-se projetos de combate ao *bullying* nas escolas. Problemas na economia? Determina-se a inclusão da disciplina “educação financeira”. Problemas com ética e moral? Retorna-se para o currículo a disciplina “moral e cívica”. A criança não tem o que comer? Cria-se o programa “Merenda na Escola”. O adolescente não vai ao dentista? Leva-se o dentista na escola e por aí vai,

depositando no saco curricular cada vez mais coisas e transbordando escola tarefas de missões que ocultam o óbvio: aprender a ler, interpretar, escrever, somar, calcular e propiciar acesso aos outros saberes das ciências naturais e sociais.

Atribuir tantas funções sociais à escola é o mesmo que ignorar a existência de tantas outras instituições que podem, sim, contribuir para a resolução dessas carências. Quem são os agentes educativos da contemporaneidade? Para Nóvoa (2009), é preciso cobrar da escola apenas o devido respeito à sua especificidade, deixando para outras instâncias as missões que lhe estão sendo confiadas.

Atribuir à escola a responsabilidade de compensar todo tipo de deficiência significa, na verdade, “a persistência da crença ingênua no poder redentor da educação em relação à sociedade” (SAVIANI, 2000, p. 33). Para ele, não se trata de negar os programas de ação compensatória, e sim de não atribuí-los como programas educativos. “Nesse quadro, contada a existência de deficiências especificamente educacionais, caberia se falar não em educação compensatória (atribuindo-se à educação a responsabilidades de compensar todo tipo de deficiência), mas em compensação educacional” (SAVIANI, 2000, p. 34).

Compensar com educação de qualidade tantas carências parece-me um argumento muito interessante para contrapor a algumas das missões sociais e assistenciais que foram sendo atribuídas à escola pública, e que, como Saviani (2000) afirma, resultou apenas na pulverização de esforços e de recursos, com resultados praticamente nulos do ponto de vista propriamente educacional. Para Saviani (1991), a escola desviou-se das tarefas de ensino e da aprendizagem para se dedicar às missões sociais e acabou perdendo a noção de prioridades. Pode ser que, diante da realidade de desigualdades políticas, sociais e econômicas, ainda seja preciso que a escola, especialmente a pública, assuma provisoriamente, por imperativo ético, algumas tarefas das missões sociais e assistenciais (LIBÂNEO, 2000; NÓVOA, 2009).

Porém, “assumir provisoriamente carências, por imperativo ético, não é a mesma coisa do que defini-las como missões primordiais da escola, e este tem sido o erro maior da escola transbordante” (NÓVOA, 2009, p. 87). Considerar as ações compensatórias como programas educativos “implica um afastamento ainda maior, em lugar da aproximação que se faz necessária em direção à compreensão da natureza específica do fenômeno educativo” (SAVIANI, 1991, p. 34).

Michael Young (2011) também alertou para esse fato, ao afirmar que quanto mais se focar na possibilidade de a escola resolver problemas sociais ou econômicos, tanto menos provável que esses problemas sejam tratados em suas origens, que não se encontram na educação. Ao falar das reformas de 2008 na Inglaterra, esse pensador também argumentou a

favor de uma escola centrada no conhecimento e na aprendizagem, apesar das tecnologias, com ou sem elas. Para esse intelectual inglês, o desenvolvimento de uma abordagem ao currículo baseada no conhecimento e na disciplina é uma opção radical, com base social e histórica, ou seja, constrói-se um “currículo baseado em engajamento”. As disciplinas apresentam conhecimentos mais confiáveis e permitem pontes entre o que os aprendizes sabem e o conhecimento científico, cultural e histórico.

Seria ingenuidade imaginar que qualquer currículo pudesse superar desigualdades geradas em outro lugar. Sociedades capitalistas, em graus diferentes, sempre produzirão desigualdades em educação, saúde, moradia ou qualquer serviço público. Ao mesmo tempo, um currículo centrado em disciplinas tem um grau de objetividade baseado no pressuposto de que é a maneira mais confiável que já desenvolvemos para transmitir e adquirir “conhecimento poderoso”. (YOUNG, 2011, p. 620)

Já Colom Cañellas (1994 apud Libâneo, 2000, p. 27) apresenta o conceito da escola como “espaço de síntese”, que se configura como “espaço de espaços”, ou seja, a escola como estrutura possibilitadora de significados, mais do que como estrutura transmissora de informação. Lugar de síntese entre a cultura experienciada e vivenciada pelos alunos nas mídias, na cidade, na rua e no cotidiano da cultura. Lugar das condições cognitivas e afetivas para os estudantes (re)ordenem e (re)estruturem essa cultura (LIBÂNEO, 2006).

Para atender à expectativa que a modernidade coloca à escola, solicita-se um professor que seja superprofissional, formado por investigadores da área de formação das ciências da educação ou por especialistas que atuam como consultores ou que fazem parte das grandes organizações internacionais. Nóvoa (2009), por seu turno, defende a formação de professores construída dentro da própria profissão. O autor apresenta o conceito de disposição, em detrimento ao de competências, na caracterização do que seja um bom professor nas sociedades contemporâneas. Conforme esse educador português, as dimensões para o exercício de um bom trabalho docente possuem um sentido cultural, numa profissionalidade docente que se constrói no interior de uma personalidade do professor, pois, no ensino, as dimensões profissionais cruzam-se sempre, e inevitavelmente, com as dimensões pessoais.

Nóvoa (2009) apresenta cinco disposições essenciais para a definição do que seja um bom professor nos dias de hoje: 1) o conhecimento – o domínio científico de uma determinada área do conhecimento é absolutamente imprescindível, pois o trabalho do professor consiste na construção de práticas docentes que conduzam os alunos à aprendizagem; 2) a cultura profissional – é na escola e no diálogo com os outros professores

que se aprende a profissão; 3) o tato pedagógico – sem a capacidade de relação e comunicação sem a qual não se cumpre o ato de educar; 4) o trabalho em equipe – a organização do exercício profissional em torno de “comunidades de prática” no interior de cada escola; 5) o compromisso social – educar é conseguir que a criança ultrapasse as fronteiras que tantas vezes lhe foram traçadas como destino pelo nascimento, pela família ou pela sociedade. Conforme Nóvoa (2009), hoje a realidade da escola obriga a ir além da escola. Para o autor, essas disposições deveriam compor a elaboração das propostas de formação de professores, incluindo nessa prática os próprios docentes.

No que diz respeito ao uso de diversas mídias com intencionalidade pedagógica, a escola também exige um professor bem formado. As tecnologias emergentes, quando em contexto formal de educação, são agentes complicadoras do processo ensino-aprendizagem, pois exigem uma formação docente mais complexa. No mínimo, algumas das “condições ideais” para o exercício da docência, como o domínio da área científica que o professor irá lecionar, a liberdade para autoria – além do livro didático –, os conhecimentos de pedagogia, didática, e a competência comunicativa na interação com os alunos, precisam ser observadas na dinâmica da sala de aula. Talvez essas sejam as primeiras “condições ideais” para que usos de mídias em contexto escolar sejam significativos. Na perspectiva de Pretto (2011), pensar ações para o desafio de educar na era digital pressupõe pensar em educações, no plural, com bases bem diferenciadas das atuais, com professores fortalecidos.

O professor tem que ser valorizado enquanto elemento que possa articular essas diversas instâncias na produção do conhecimento e das diferenças trazidas pelos seus alunos. Assim, e somente assim, com o professor retomando o seu papel de liderança científica, cultural, ética, a escola pode assumir a condição de se constituir num efetivo espaço coletivo de culturas e conhecimentos. (PRETTO, 2011, p. 114)

Essa percepção encontra eco nas análises de Libâneo (2008), que acredita que a formação de professores deva incluir a apropriação das tecnologias, desde que esteja garantida uma formação cultural sólida, o domínio dos conteúdos, uma visão crítica do seu trabalho e da sociedade. Também para Nóvoa (2009), os professores reaparecem, no século XXI, como elementos insubstituíveis não só na promoção das aprendizagens, mas também no desenvolvimento de métodos apropriados de utilização das tecnologias. Os celulares estão na escola, e outras mídias, também. Assim, discutir formas de incorporação e de usos intencionais para esse contexto é importante, pois é parte da cultura dos sujeitos que ali frequentam. No entanto, para que se transformem em elementos concretos de compromisso

profissional, cultural, social e político, precisam das “condições ideais” tanto da instituição quanto dos profissionais. Dificilmente a incorporação intencional de qualquer mídia ocorrerá se não se alterarem as condições existentes nas escolas e as políticas públicas em relação aos professores (NÓVOA, 2009).

4. Leis que proíbem o uso do celular na escola

Em Anápolis, a Lei Municipal nº 3.272, de 05 de dezembro de 2007, proíbe o uso de telefone celular em salas de aulas das escolas municipais. Essa lei não apresenta justificativa (Anexo 1) ou não está disponível para consulta. Em âmbito estadual, a Lei nº 16.993, de 10 de maio de 2010, dispõe sobre a proibição na sala de aula das escolas da rede estadual de ensino e também não traz justificativa (Anexo 2). No âmbito federal, foi apresentado à Câmara o Projeto de Lei nº 2.806/2011, de autoria do deputado Márcio Macedo (PT-SE), que trata da proibição de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula dos estabelecimentos de educação básica e superior, salvo o que seja utilizado nas atividades pedagógicas.³ Esse Projeto de Lei apresenta a seguinte justificativa:

Na discussão do Projeto nessa Comissão [Educação e Cultura], em 2009, concluiu-se que, “para preservar a essência do ambiente pedagógico, cabe a extensão da proibição de uso em sala de aula a todos os equipamentos eletrônicos portáteis que desviam a atenção do aluno do trabalho didático desenvolvido pelo professor.” Além disso, argumentou-se que “a utilização desses equipamentos em sala de aula é ainda mais frequente entre os alunos das instituições de ensino superior que na educação básica, motivo pelo qual se acordou pela ampliação da abrangência da proposta àquele nível de ensino”. (PL nº 2.806/2011)

Esse projeto de lei, que ainda aguarda parecer da Comissão de Constituição e Justiça, expande a proibição para qualquer aparelho eletrônico portátil de alunos e professores nas salas de aula das escolas de Educação Básica e Superior de todo o país. Em parágrafo único, admite o seu uso “desde que inseridos no desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas

³ O Projeto de Lei nº 2.246 estava em discussão desde 2007. O histórico da tramitação do projeto, conforme o sítio da Câmara dos Deputados, informa que em outubro de 2007 o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) apresentou o projeto de lei (que foi arquivado) vedando o uso dos celulares nas escolas públicas. Esse projeto de lei foi encaminhado para a Comissão de Educação e Cultura e ficou tramitando até ser arquivado em janeiro de 2011. Em novembro de 2011 o deputado Márcio Macedo (PT-SE) reapresentou o projeto de lei com as alterações sugeridas pela Comissão de Educação e Cultura.

e devidamente autorizados pelos docentes ou corpo gestor”. Esse texto foi substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.246/2007 do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), que proibia o uso apenas dos celulares e somente por parte dos alunos das escolas públicas. Esse projeto foi arquivado em janeiro de 2011.

5. Dispositivos móveis e educação formal

Se o celular já faz parte da vida cotidiana de diretores, coordenadores, professores e alunos, significa que ele já está na escola. Como dito anteriormente, ele está na bolsa, no bolso da calça jeans, na mochila, nas mãos, no pensamento e na dinâmica de comunicação, nas interações sociais cotidianas de todas as pessoas envolvidas no ambiente escolar.

A maior parte dos aparelhos celulares desenvolve funções que ultrapassam uma simples transmissão de voz. Os mais populares permitem ouvir rádio, tirar fotos, fazer pequenos vídeos, enviar e receber mensagens instantâneas,⁴ gravar voz, jogar games, utilizar a calculadora, o calendário, o bloco de notas, compartilhar imagem, som e vídeo por meio da interconexão entre aparelhos, como o *Bluetooth*. Isso apenas para citar algumas das funcionalidades do celular que são livres de tarifação.

Se conectado à Internet, as possibilidades de interação, comunicação instantânea, compartilhamento ou busca de informações, somadas aos inúmeros aplicativos, promovem o acesso do usuário a uma gama de serviços maior, com possibilidades de contato constante com quem quer que seja. Porém, o preço elevado e a disponibilidade da rede para acesso à Internet de banda larga móvel ou fixa ainda é um problema para uma grande parcela da população brasileira. De acordo com a pesquisa TIC Domicílios, realizada pelo CGI.br, apenas quatro em cada dez domicílios possuem acesso à Internet, o que representa apenas 38% dos lares brasileiros (BRASIL, 2011, p. 154). E embora apontem crescimento considerável da banda larga móvel (modem 3G), os índices ainda são baixos, pois apenas 18% dos domicílios conectam-se à rede por esse tipo de conexão (p. 156). A pesquisa TIC Educação, também realizada pelo CGI.br, constatou que 87% dos professores das redes pública, municipal e estadual não acessam a Internet pelos seus celulares (BRASIL, 2011). Por esses motivos, o escopo deste projeto centra-se nos modos de usos, que podem ser mediante o acesso ou não à Internet.

⁴ Existem diversos aplicativos de mensagens instantâneas que podem ser baixados pelas lojas de aplicativos. O objetivo é a troca instantânea, entre aparelhos, de arquivos de texto, áudio, vídeo, imagem e geolocalização. No questionário aplicado aos estudantes foram citados o SMS, o *Gtalk*, o *Whatsapp*, o *Skype*, o *Viber* e o *Snapchat*.

Como indicam os dados da Anatel, do PNAD 2011 e da TIC Domicílios 2011, a posse dos celulares está disseminada entre a população brasileira e em todas as faixas etárias. Mas como os usuários dessa mídia, que são também sujeitos da escola, a utilizam quando se encontram na instituição? E o que provoca os usos do celular nas relações que se estabelecem entre os sujeitos da escola? Se estamos diante de uma tecnologia amplamente aceita e utilizada, por que não encontrar meios de aproveitá-la na escola? Uma tecnologia que converge tantas outras tecnologias não teria potencial para ser integrada ao cotidiano da escola? Proibir é a melhor opção? Qual papel deveria cumprir a escola na formação de pessoas que estão cada vez mais próximas de tantas tecnologias?

Como o objeto deste estudo é uma tecnologia cujo uso nas escolas é proibido por leis estadual e municipal, a proposta desta pesquisa foi apresentada à Subsecretaria de Educação de Anápolis, órgão vinculado à Coordenação de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, com solicitação de permissão e auxílio para delimitação dos colégios estaduais de Ensino Médio no município. O mesmo procedimento foi realizado com a Secretaria Municipal de Educação, para a realização da pesquisa em duas escolas de Ensino Fundamental. De acordo com orientação dos órgãos citados, o critério para a definição da escolha das escolas foi o interesse da equipe gestora, pois a escola tem autonomia para aceitar ou não o estudo de uma tecnologia cujo uso é proibido por lei dentro da instituição. A sugestão foi para que fossem feitas visitas às unidades escolares para a apresentação da pesquisa e, em caso de aceite da direção de cada escola, dar início aos estudos.

As bases metodológicas da investigação deste trabalho foram de natureza qualitativa, por ser um estudo que busca conhecer a escola como espaço social. Neste caso, o campo de pesquisa foi composto por duas escolas municipais de Ensino Fundamental e duas estaduais de Ensino Médio.

Os procedimentos de coleta de dados incluíram a observação direta dos alunos, tanto nas salas de aula, durante as aulas, como fora dela, ou seja, na entrada e na saída da escola, nos intervalos de recreio. Foram também considerados os relatos espontâneos de gestores e docentes, e aplicado um questionário para os estudantes.

Pretende-se com esta pesquisa contribuir com reflexões sobre os usos intencionais dos dispositivos móveis em contexto escolar. Deseja-se, como resultado, compreender os significados dos usos do celular em contexto escolar, considerando as razões que os sujeitos da escola apresentarem para utilizá-lo nessa instituição, e com o intuito de suscitar alterações positivas no processo educativo, seja de convivência entre os sujeitos, nas interações sociais

cotidianas, seja de ensino e aprendizagem, por meio do uso adequado e intencional de uma tecnologia que já está disponível.

6. Potencial dos dispositivos móveis para o ensino e a aprendizagem

Marc Prensky (2010), escritor e criador das expressões “nativos digitais” e “imigrantes digitais”, foi um dos primeiros a propor o uso do celular em sala de aula. A lógica apresentada por Prensky está assentada na seguinte indagação: se os estudantes já têm o dispositivo móvel e o levam para a escola, por que não aproveitar para tirar vantagem educacional dele? Para isso, diz o autor, seria necessário enxergar o celular como uma tecnologia que vai além da capacidade de comunicação, pois envolve também a evolução dos microchips, microcomputadores, microcâmeras de vídeo e foto, microtextos e jogos eletrônicos. Para ele, os “celulares sofisticados possuem o poder computacional de um computador de mesa de meados dos anos 1990, consumindo apenas um centésimo da energia e ocupando menos de um centésimo do espaço” (PRENSKY, 2010, p. 185). E continua:

Se forem espertos, os educadores descobrirão como oferecer seu produto de uma maneira adaptada à vida digital – e aos celulares – de seus alunos. Em vez de gastarem energia lutando contra o sistema de distribuição preferido dos estudantes, trabalharão para assegurar que eles extraiam o máximo de entendimento e benefício da enorme quantidade de aprendizado via celular de que, sem dúvida, tirarão vantagem em breve. (p. 185)

A educadora portuguesa Adelina Moura (2009) tomou como base o aproveitamento, em contexto real de aprendizagem, das tecnologias que os alunos possuíam e levavam para a Escola Secundária Carlos Amarante, localizada em Braga, e realizou um experimento que nomeou de “Geração Móvel”,⁵ no qual procurou criar um ambiente de aprendizagem suportado por tecnologias móveis, organizado em torno do plano curricular da disciplina que ministrava, Português. Com orientação pedagógica construtivista e socioconstrutivista, e com base nos princípios da Teoria da Atividade, Moura (2009) criou atividades seguindo três vertentes do uso do celular: como armazenamento de informações (criação de um dicionário personalizado); como ferramenta de produtividade (desenvolvimento de um conjunto de atividades explorando funcionalidades de registro visual, sonoro e audiovisual); e como ferramenta de escrita (criação de microcontos entre 150 a 200 caracteres). Essa experiência,

⁵ O experimento está disponível no sítio oficial do projeto: <http://geramovel.wirenode.mobi/> Nele é possível navegar e conhecer todas as ações executadas em sala de aula com os dispositivos móveis dos estudantes portugueses.

entre outras relatadas pela autora em seu sítio⁶ pessoal, foi foco de suas investigações no mestrado e doutorado.

Em sua tese de doutorado em Ciências da Educação, pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho, Braga, Portugal, intitulada “Apropriação do telemóvel como ferramenta de mediação em Mobile Learning. Estudos de caso em contexto educativo”, Adelina Moura (2010) estudou o aproveitamento, em contexto escolar, dos dispositivos que os sujeitos da escola usam e levam consigo para todo lado. Uma tecnologia pessoal e amigável, fácil de usar, que grande parte das pessoas usa constantemente em todos os momentos da vida e numa variedade de situações diferentes.

Sua pesquisa constatou que os 78 alunos de Ensino Médio e profissional, alvos da investigação, aceitaram usar seus próprios aparelhos de telefone celular e o incorporaram naturalmente em suas práticas de estudo. Para a pesquisadora, o celular, usado como ferramenta mediadora de aprendizagem, possibilitou tirar dúvidas e aprender quando era mais conveniente, permitindo um contato permanente com os conteúdos curriculares, aumentando a motivação do aluno pela disciplina, no caso de seu estudo, Português e Francês, e aperfeiçoando a leitura em língua estrangeira, neste caso, o francês. Porém, ela constatou que essa tecnologia não é aproveitada para ensinar e aprender, pois, nas duas escolas em que ocorreu a investigação, o uso do celular estava proibido, abrindo-se uma exceção apenas para a realização de sua pesquisa (MOURA, 2010).

Assim como no Brasil, também em Portugal o uso do celular é proibido por leis e regimentos internos de cada escola. Para Moura (2010), somente quando os professores encontrarem estratégias para a incorporação dos dispositivos móveis nas práticas pedagógicas é que a proibição deixará de fazer sentido. Ela considera que a questão não é a possibilidade de o celular substituir outros instrumentos de aprendizagem, e sim de integrá-lo como parte de uma cultura social e uma ferramenta com grande potencial para ajudar a desenvolver competências do século XXI, dependendo de como o utilizarmos (MOURA, 2010).

Nos seus estudos, Moura (2010) apontou a mobilidade como uma questão que tem requerido a atenção da comunidade acadêmica internacional desde o ano 2000 e percorreu sobre o surgimento de um novo paradigma educacional denominado *mobile learning* ou *m-learning*. Em sua definição, *m-learning* é o processo de aprendizagem que ocorre apoiado pelo uso de dispositivos móveis, tendo como característica fundamental a portabilidade dos dispositivos e a mobilidade dos sujeitos, que podem estar física e geograficamente distantes

⁶ <http://adelinamouravita.com.sapo.pt/> é o sítio pessoal da pesquisadora e professora Dr^a Adelina Moura.

uns dos outros ou em espaços físicos formais de educação, como a sala de aula (MOURA, 2010). Entretanto, a autora alerta que aproveitar as potencialidades dos dispositivos móveis na aprendizagem formal em diferentes contextos e tempos é um desafio para as instituições tradicionais de educação formal.

Desde 2000, aponta Moura (2010), a aplicação de programas educacionais com dispositivos móveis tem ocorrido em países europeus e nos Estados Unidos. Para a autora, os usos de dispositivos móveis na educação tem se sedimentado como campo de investigação, haja vista o conjunto considerável de estudos realizados na área e o número crescente de publicações que oferecem orientações gerais e reflexões para investigadores e praticantes de *m-learning*, além dos inúmeros eventos científicos de caráter internacional realizados pelo mundo. A pesquisadora portuguesa faz também uma revisão de literatura sobre a utilização de dispositivos móveis na educação, citando livros, estudos, teses e eventos europeus e americanos.

A tese de doutorado da professora Miriam Soares Leite, “Entre a bola e o mp3: diferença adolescente, dialogia e regulação do coletivo escolar”, defendida em 2008 no Departamento de Educação da PUC-Rio, foca as questões da regulação do coletivo adolescente no espaço escolar, analisadas em articulação com as práticas dialógicas observadas no estudo de caso desenvolvido ao longo do ano de 2006 em uma escola pública da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. A tese de Leite, que foi publicada no ano seguinte, mostrou que os adolescentes da escola carioca pesquisada por ela, valorizavam diversos modos de jogo e interação, não apenas aqueles do mundo das TIC. “Novas gerações constroem práticas culturais que de alguma forma integram tradições anteriores, como a bola de futebol e o mp3 player” (LEITE, 2009, p. 132), contribuindo para a diversidade e heterogeneidade cultural, intensificando a complexidade do nosso tempo, refletida principalmente na dificuldade de diálogo intercultural entre adolescentes e adultos. Em sua pesquisa, Leite constatou que a professora que foi destacada pelos alunos por sua atuação profissional tinha uma postura de abertura cotidiana ao diálogo, não possuía computador e se declarava, em sala de aula, uma “excluída digital” (p. 134). “O fato é que esta professora enxergava seus alunos não como extraterrestres, mas sim como adolescentes do seu tempo, um tempo que comporta o mp3, o celular e a internet, sem que precisem descartar os jogos de bola pelo pátio” (p. 136). O relato da pesquisa de Leite (2009) indica que, mais do que tecnologia, o que os estudantes almejam é uma possibilidade de conversa face a face com uma autoridade superior a eles. Por outro lado, indica também a necessidade de o docente enxergar

seu aluno como ser humano inserido na contemporaneidade e com as questões que os envolve.

Se temos que tomar cuidado com generalizações apressadas, tampouco podemos ignorar sinais tão expressivos de transformação. Enquanto condição cultural, essa é uma adolescência empoderada, em vários sentidos, um dos quais poder se mover de forma tão segura nos territórios cibernéticos que, quando não recusados, demandam um aprendizado relativamente custoso para grande parte dos membros das gerações anteriores. Não se trata de habilidade de menor importância: o mundo se organiza por meio das tecnologias digitais, que se impõem, seduzem e assustam os mais velhos. Cena hoje comum em família, seria outrora impensável: pais a dependerem dos filhos adolescentes para operar uma compra (agora, via internet), ou uma correspondência (agora, via correio eletrônico), ou a exibição de um simples filme (agora, em dvd, breve em blue-ray). Tal empoderamento, pela sua própria radicalidade e contradição com a dependência financeira e jurídica da adolescência e da juventude, não pode ser ignorado pelos profissionais da educação. (LEITE, 2009, p. 135-136)

Para a autora, a proposta de abertura dialógica nas relações escolares é um encaminhamento possível para esse quadro, que foi por muitos assumido como de ruptura incontornável entre as diferenças geracionais, de classe social, de gênero, de etnia, de origem regional, de orientação sexual, de fé religiosa, de possibilidades físicas ou mentais. Para Leite (2009), esse contexto contemporâneo, de radicais mudanças socioculturais, com a diversidade cultural facilmente identificável na escola brasileira, “conferem um novo vigor e sentido para a proposta do educador Paulo Freire, do diálogo enquanto opção metodológica de ensino-aprendizagem” (p. 124).

Existem iniciativas isoladas de uso do celular com intencionalidade pedagógica por parte de professores de escolas públicas e particulares, que estão divulgando seus planejamentos de aula por meio de blogs pessoais. Para este estudo, registro o caso do professor de Física Suintila Valiño, da Escola Estadual Consuelo Muller, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Em seu blog,⁷ ele narra e compartilha com os alunos desde 2006 o conteúdo de suas aulas, e a partir de 2009 decidiu experimentar o celular como ferramenta pedagógica, enviando os resumos dos conteúdos ministrados por torpedo (SMS).

Em busca de recursos gratuitos que propiciassem a mesma mobilidade, Valiño encontrou, pesquisando na Internet, o sítio de uma universidade australiana que oferece o aplicativo *Mobile Study*, ferramenta que permite a criação de testes rápidos em várias áreas do conhecimento e que podem ser compartilhados para os números de telefones celulares que forem cadastrados no aplicativo. Depois que o teste é criado, o usuário pode acessá-lo via

⁷Disponível em: <http://www.seraoextra.blogspot.com.br/>

Internet por meio de um link gerado pelo sistema, ou pode baixá-lo no computador para ser enviado pelo celular por SMS ou *Bluetooth*. Quando o estudante faz todos os exercícios, o sistema mostra quantas questões ele acertou. Os arquivos pesam cerca de 400 Kb e ficam armazenados no celular dos alunos, que acessam quando podem e quantas vezes quiserem. A interface da ferramenta está em inglês, mas as perguntas e as explicações são em português.

Por essa iniciativa, o professor Valiño foi convidado a apresentar suas experiências de uso do celular na sala de aula no EducaParty de 2012, evento que pretende aproximar a educação das tecnologias digitais, e a compor a mesa de debate sobre “Mobilidade digital e educação: a escola para além de seus muros”. Esse evento tem apoio do Comitê Gestor da Internet e o principal patrocinador é a Fundação Telefônica. O professor de Física é também o organizador de um grupo fechado na rede social Facebook, do qual faço parte, denominado “Celulares na Educação” e que se propõe a divulgar e compartilhar informações sobre os usos intencionais dos dispositivos móveis na educação.

O professor Valiño é um exemplo do que Moura (2010) e Prensky (2010) preconizam, ou seja, ele integra em seu cotidiano profissional, com intencionalidade pedagógica, uma ferramenta que já faz parte da identidade juvenil, da cultura contemporânea e que está na palma das mãos de todos os sujeitos que frequentam a escola. Isso não quer dizer que o celular poderá substituir qualquer tecnologia anterior, nem mesmo a do quadro branco ou do livro didático. Na pesquisa que Leite (2009) realizou em uma escola pública da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, os adolescentes pesquisados valorizavam diversos modos de jogo e interação, dialogando tanto com discursos da cultura do computador e da Internet, do videogame e do celular quanto com os jogos de bola pelo pátio da escola. De acordo com Santaella (2010), vivencia-se uma complementariedade de tecnologias, e não uma exclusão.

Nenhuma formação cultural até hoje conseguiu levar as formações culturais anteriores ao desaparecimento. Ecologias midiáticas são intrincadamente enredadas porque novas mídias são introduzidas em uma paisagem humana já povoada por mídias precedentes. Longe de levar as anteriores ao desaparecimento, a mídia emergente vai se espremendo entre as outras e gradativamente encontrando seus direitos de existência ao provocar uma refuncionalização nos papéis desempenhados pelas anteriores. É justamente isto que tem ocorrido com os dispositivos móveis, cuja velocidade de absorção e domesticação vem se dando em progressão geométrica espantosa. (SANTAELLA, 2010, p. 21)

Essa autora desenvolve sua reflexão apontando que cada forma de aprendizagem, mediada ou não por alguma tecnologia, apresenta potenciais e limites que lhes são próprios e

que podem se complementar. Mas alerta que não se trata de uma mera somatória, e sim de um jogo de complementaridades. A educação formal complementando a informal e a educação mediada por tecnologias; a tecnologia do livro sendo complementada pelo digital; o rádio sendo complementado pela TV; a TV, o rádio, o computador e a Internet complementando-se no celular. Para Santaella (2010), desenvolver estratégias integradoras para entrar no jogo das complementaridades seria o grande desafio dos sistemas educacionais e curriculares do mundo contemporâneo.

CAPÍTULO 2 - TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS A PARTIR DA UBIQUIDADE, MOBILIDADE E DAS NOVAS CONSIDERAÇÕES SOBRE TEMPO E ESPAÇO

Estudar os dispositivos móveis implica compreender alguns termos, dentre eles, os de uso mais frequente nas pesquisas sobre esse tema são: portabilidade, mobilidade, ubiquidade, onipresença, convergência, tempo/espaço e comunicação. Esses conceitos estão imbricados, hibridizados e, por isso, existe certa dificuldade ao escrever sobre um ou outro. Portabilidade do aparelho, mobilidade de pessoas e conteúdos, que se movimentam pelos espaços urbanos e virtuais, com possibilidade de estar aqui e ali ao mesmo tempo, garantem onipresença, que pode ser expressa por múltiplas linguagens: oral, escrita, visual, audiovisual.

Neste capítulo serão apresentados os significados da mobilidade, a partir dos estudos de Moura (2010), Lemos (2009a; 2009b) e Santaella (2010), e também o conceito de convergência de Jenkins (2009). As discussões sobre o tempo e o espaço partem das leituras de diferentes autores, com destaque para o conceito de espaços híbridos defendido por Souza e Silva (2006). E por fim, as ideias de Wolton (2006), Caron e Caronia (2005) e Lemos (2004, 2009a; 2009b) sobre uma possível reconfiguração dos processos de comunicação humana.

Entre os autores citados, apenas Moura (2010) discorre sobre os reflexos da apropriação da telefonia móvel no contexto escolar. Na bibliografia estudada, Nicolaci-da-Costa (2004) mostra preocupação com os sentidos refletidos na constituição psicológica dos usuários de celular e nos desdobramentos nas relações familiares, enquanto Lemos (2004, 2009a; 2009b) e Souza e Silva (2006) se desdobram para entender os sentidos desses usos na reconfiguração do espaço urbano e público, e Santaella (2007), para os sentidos na pós-modernidade. Embora não discutam o contexto da escola pública, esses autores fornecem elementos essenciais para a reflexão sobre os sentidos da apropriação generalizada dos celulares, estando, deste modo, indiretamente ligados ao contexto desta pesquisa.

1. Estudos e pesquisas sobre os dispositivos móveis

Nicolaci-da-Costa (2004), Lemos (2004), Souza e Silva (2006) e Moura (2010) afirmam que os estudos sobre o uso do telefone celular tiveram início nos países asiáticos, como Coreia do Sul, Singapura, Taiwan e Japão, e nos países escandinavos, como a Suécia e a Finlândia, a partir de 2001. Esses estudos verificaram particularidades culturais e socioeconômicas nos padrões de adoção e na construção de regras de usos em cada país estudado, além da recorrente constatação de que os jovens (notadamente os adolescentes) estão sempre entre seus principais usuários. Conforme Nicolaci-da-Costa (2004), as pesquisas foram motivadas pelas necessidades específicas de vida naqueles países, pelos custos mais baixos dos aparelhos e dos serviços que oferecem, e pela pouca resistência de seus habitantes ao uso de celular.

Lemos (2004) afirma que esses estudos mostraram, como questões propulsoras do acelerado consumo dos celulares, a necessidade de mobilidade e de rapidez na troca de informações; o contato permanente com amigos e familiares, especialmente como forma de aumentar a sensação de segurança e contato com os pais, com ênfase à possibilidade de controle e coordenação das ações no cotidiano. Souza e Silva (2006) explica que os celulares foram estudados como meios de comunicação coletiva e que suas capacidades comunicativas e computacionais foram reconhecidas tanto quanto a capacidade telefônica. Por fim, Moura (2010) discorreu sobre investigadores europeus e americanos que estudaram e analisaram formas de integrar as tecnologias móveis em contexto educativo.

No Brasil, existem pesquisas na área da Psicologia, como a que é desenvolvida na PUC-Rio pela professora Ana Maria Nicolaci-da-Costa, sobre os efeitos dos usos do celular na família. Na área da Comunicação, estudos sobre a cultura da mobilidade, a Internet e as tecnologias no poder estão sendo desenvolvidas na Universidade Federal da Bahia pelos professores Nelson de Luca Pretto, Sérgio Amadeu da Silveira, André Lemos, e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Helenice Mirabelli Cassino Ferreira pesquisa, em sua tese de doutorado, em andamento, a mediação dos dispositivos móveis nos processos de aprender-ensinar. Na PUC do Rio Grande do Sul, Eduardo Campos Pellanda estuda a convergência; e na Universidade Católica de Pelotas, a professora Raquel Recuero desenvolve estudos sobre a conversação mediada pelas redes sociais na Internet. Esses intelectuais apresentam, em suas reflexões sobre os dispositivos móveis, resultados de estudos que já foram realizados na Europa, nos países asiáticos e nos Estados Unidos.

Se nesses países a discussão parece estar avançada, no Brasil, pensar sobre esse dispositivo móvel e, sobretudo, sobre os usos intencionais do celular na escola ainda são temas emergentes. Só recentemente é que começaram a despontar os primeiros estudos dedicados a investigar as possibilidades de integração do celular com as questões pedagógicas e com os desafios de ensinar e aprender por meio de dispositivos móveis. A coleção “O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)”, organizada por Marília Pontes Sposito e publicada em 2009, aponta 74 pesquisas de mestrado e doutorado com interfaces entre Juventude, Mídias e TIC, concluídos entre os anos de 1999 a 2006 (SETTON, 2009). Dessas, 27 centralizaram os estudos – de acordo com a classificação criada por Setton (2009) – nas velhas tecnologias (TV, cinema, publicidade, rádio, fotografia, imprensa) e outras 29 dedicaram-se ao uso das novas mídias digitais oferecidas pelos computadores em rede. Setton (2009) destaca a ausência de estudos sobre os dispositivos móveis:

É forçoso lembrar, por outro lado, a ausência de estudos acerca de tecnologias de informação e comunicação (TICs) bastante populares e disseminadas entre nós. Por exemplo, não encontramos nenhum trabalho sobre telefones celulares ou as próteses auditivas representadas pelos *Ipods* e *MP3*. Nenhum trabalho sobre audiência radiofônica, ainda que seja a mídia mais utilizada no Brasil em todos os estratos sociais (Mídias Dados 2007, 2008). Apenas um trabalho sobre rádios comunitárias. (p. 64)

Até 2006, os dispositivos móveis, incluindo o que Setton (2009) denominou “prótese auditiva”, ainda tinham custos altos e, por isso, não eram tão populares. Mas é importante registrar a existência de leis que proíbem o uso do celular na escola a partir do ano de 2007. Estudantes do estado de São Paulo ficaram proibidos de utilizar seus telefones celulares em sala de aula a partir do dia 11 de outubro de 2007, data da Lei nº 12.730. No mesmo ano, no município de Anápolis (GO), lei de mesmo teor foi publicada em 5 de dezembro (Anexo 2). Pode-se inferir que foi a partir de 2007 que o celular começou a incomodar os gestores e professores das escolas.

a) Revisão Sistemática e o encontro com a educação a distância

Por meio da técnica “revisão sistemática”, na qual se elabora protocolo com os descritores que compõem os objetivos do estudo, ou seja, População, Resultado, Intervenção e Comparação (PRIC), e estabelecendo para essa revisão os descritores (aluno or estudante or discente) and (celular or dispositivo móvel) and (uso or utilização) and (escola) foi possível

ter acesso aos seguintes estudos: a monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Mídia, Tecnologia da Informação e Novas Práticas de Melanie Desiree Schroot, orientada pela profa. Dra. Stella Maria Peixoto de Azevedo Pedrosa, em agosto de 2009. com o título *Celulares: uma convergência para a aprendizagem?* (2009), uma pesquisa exploratória sobre os conceitos e teorias que norteiam o universo da aprendizagem móvel e ubíqua; e o estudo *Tecnologias Móveis em Educação: o uso do celular na sala de aula* (2012), um relato de pesquisa do PIBIC- EM⁸ em agosto de 2012, escrito pela professora Maria Cristina Marcelino Bento, da FATEA, Lorena (SP), e da bolsista do PIBIC-EM Rafaela dos Santos Cavalcante, que apresenta as possibilidades do uso do celular como recurso pedagógico para as aulas no Ensino Médio. Trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa, que contou com a participação de 21 professores que atuavam no Ensino Médio de uma escola estadual pública do Vale do Paraíba do Sul. Para o grupo de docentes pesquisados, o celular pode ser um recurso pedagógico, ainda que proibido por Decreto estadual.

Também identifiquei algumas monografias, artigos e dissertações de mestrado e doutorado na área das Ciências da Computação, mas com enfoque na integração de sistemas para múltiplas plataformas, protótipos de *softwares*, criação de aplicativos, enfim, com enfoque instrumental nas possibilidades de integração das várias telas: TV, computador e celular. Como não apresentaram a interlocução com as questões da escola, elas não serão detalhadas aqui. Localizei também estudos e pesquisas de universidades brasileiras sobre as possibilidades de adoção das mídias móveis nos processos educativos de cursos de educação a distância, que serviram de base para meu artigo “O celular e sua múltiplas potencialidades de expressão e interação em ambientes virtuais de aprendizagem”, publicado no livro *Docência nos ambientes virtuais de aprendizagem: múltiplas visões* (TOSCHI, 2013).

Em 2007, Silva e Consolo realizaram uma pesquisa exploratória sobre o uso de celulares, por meio do envio e recebimento de mensagens de texto (SMS), como parte da comunicação entre professores e alunos do curso de extensão a distância “Educação a distância na prática”, oferecido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A pesquisa narra o experimento de envio de mensagens SMS divididas em três categorias: mensagens administrativas; mensagens pedagógicas e mensagens motivacionais, para o celular dos alunos. A pesquisa identificou que “imediatamente após o envio das mensagens a frequência de acesso ao ambiente virtual foi intensificada [...] as mensagens foram

⁸ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (PIBIC-EM-CNPq).

comentadas também nos fóruns e seguiu-se uma comunicação ampliando a da sala de aula virtual” (SILVA; CONSOLO, 2007, [s.p.]). Outro exemplo, descrito por Lemos e Schirmbeck (2008), é o do curso básico de Segurança em Eletricidade, a distância, oferecido pelo Senai/RS, em 2008. O núcleo de educação a distância dessa instituição desenvolveu um “sistema virtual de gestão da avaliação e do desempenho” e a ele integrou um sistema de interação, utilizando SMS, pelo qual podiam ser enviadas mensagens por todas as operadoras de telefonia móvel e alcançar o aluno onde ele estivesse. O número de telefone celular que os alunos do curso já possuíam foi registrado nesse sistema e, desta forma, abriu-se ao tutor e ao facilitador do curso mais uma possibilidade de interação e comunicação no ambiente virtual. Além disso, por meio desse sistema, os alunos também recebiam, em seus telefones, mensagens automáticas de alerta, de avisos e comunicações e de incentivo. A conclusão a que se chegou, após o experimento, foi que “esta interação e acompanhamento geram no aluno um sentimento de ‘cuidado’, de não estar ‘abandonado a distância’, mas sim acompanhado em sua caminhada durante o curso”. (LEMOS; SCHIRMBECK, 2008)

A Pró-Reitoria de Educação a Distância da Universidade Metodista de São Paulo (UMSP) apresentou em 2009, no XXXII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação (Intercom), o resultado de um estudo exploratório sobre as possibilidades de adoção das mídias móveis nos processos educativos do programa de graduação a distância oferecida pela instituição. Dados coletados no primeiro semestre de 2009, a partir da aplicação de um questionário *online*, publicado no AVA e disponível a todos os discentes matriculados no campus EAD Metodista, indicou que o celular era a mídia de maior penetração entre os estudantes. Dos entrevistados, 96,1% afirmaram que possuíam um aparelho celular. O maior percentual de uso desse dispositivo móvel destina-se a chamadas telefônicas (95,3%), seguido do SMS (73,5%) e da câmera fotográfica (53%). Questionados sobre quais seriam as vantagens de usar as mídias móveis (celular, *mp3player*, *tablet*) no aprendizado, 72,7% disseram que elas podem “aumentar a interação entre equipe de professores e alunos” e 73,4% apontaram que elas permitiam o aprendizado onde quer que estivessem.

Em abril de 2010, durante o 16º Congresso Internacional de Educação a Distância, promovido pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), professores da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) apresentaram a primeira etapa de uma pesquisa sobre a utilização de materiais audiovisuais em dispositivos móveis no curso de graduação licenciatura em Educação Musical, que faz parte do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Ministério da Educação (MEC). A partir de um questionário eletrônico aplicado aos estudantes dos cinco cursos de graduação da UAB-UFSCar, foi constatado, entre outras

coisas, que 84% dos alunos acreditavam que a utilização de vídeos em aparelhos portáteis melhoraria muito ou medianamente seu aprendizado; 52% já possuíam aparelho móvel com reprodução de vídeo; e 81% estavam dispostos a comprar um aparelho melhor, caso fossem implementadas atividades educativas que utilizassem essa tecnologia. A partir desse diagnóstico, foi realizada uma série de ações, que culminaram com a produção de 22 vídeos com “estilo produção multimídia”, em que o próprio professor conduziu a realização, independentemente de uma equipe de produção de materiais. Os vídeos ficaram disponíveis para *download* no ambiente virtual de cada disciplina, e os alunos passaram a ter a opção de assisti-los no próprio ambiente ou baixar cada arquivo para seu celular, *ipods*, reprodutores de mp4 ou qualquer outro dispositivo móvel.

Por fim, apresento mais uma publicação, que julgo bastante interessante, que narra que já existem, desde 2004, estudos sobre adaptação e integração de configurações, usuários, cursos e conteúdo do *Moodle* para dispositivos móveis. O *Mobile Learning Engine - Moodle* (MLE-Moodle) começou a ser desenvolvido a partir de uma série de teses e projetos relacionados com a aprendizagem móvel na Universidade de Ciências Aplicadas Joanneum, na Áustria. Inicialmente o ambiente virtual foi disponibilizado somente nos idiomas inglês e alemão. Ribeiro e Medina (2009) avaliaram os recursos oferecidos por meio desse aplicativo e experimentaram sua aplicabilidade durante a capacitação sobre a Linguagem de Programação HTML, realizada por acadêmicos do Curso de Especialização em Tecnologias da Informação e da Comunicação Aplicadas a Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Vinte acadêmicos testaram o ambiente virtual de aprendizagem móvel (AVAM), adaptado e traduzido pelos autores a partir do *MLE-Moodle*, por meio da utilização de um *Iphone* 3G (SO 2.1) e um celular Nokia 2630, modelos disponibilizados para realização da pesquisa. A partir daí, as atividades do curso de linguagem de programação HTML podiam ser acessadas tanto por computador quanto por celular, pois uma tecnologia não excluiu a outra.

Entre os resultados obtidos constatou-se a necessidade de adaptações dos materiais audiovisuais e gráficos para os tamanhos das telas de cada tipo de aparelho celular, visto que, por exemplo, a ferramenta de trabalho coletivo *Wiki* gerou comentários negativos relacionados ao espaço disponível para edição de textos; o fórum e o sistema de mensagens foram os recursos que os alunos mais utilizaram; os alunos declararam que o ambiente móvel foi estimulante para o processo de aprendizagem, porque não dependeram sempre de um computador; aproveitaram melhor o tempo livre e perceberam uma grande utilidade na vida diária.

b) Eventos

Surgiram no Brasil, especialmente a partir de 2006, alguns eventos para a discussão dos diversos usos da Internet, principalmente por meio dos dispositivos móveis, como a primeira edição do Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação, promovido pelo Núcleo de Estudos de Hipertexto e Tecnologias na Educação (Nehte) da Universidade Federal de Pernambuco. De acordo com o sítio oficial do Simpósio, trata-se de evento acadêmico-cultural caracterizado fundamentalmente pela proposição de diversas atividades acadêmicas e artísticas simultâneas, divididas em modalidades para permitir a exposição de conceitos teóricos e experiências práticas sobre três eixos temáticos: linguagem, aprendizagem e tecnologia.

O tema do 5º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação e 1º Colóquio Internacional de Educação com Tecnologias, realizado em novembro de 2013, em Recife, foi “Aprendizagem móvel (m-learning) dentro e fora da escola”. Nessa edição foi discutida a integração de celulares e *tablets* às práticas pedagógicas, com a proposta de sensibilizar os educadores para o uso cada vez mais frequente dos aparelhos móveis. Essa edição foi realizada pelo Nehte e pelo grupo de pesquisa Ciências Cognitivas e Tecnologia Educacional (CCTE), ambos vinculados à Universidade Federal de Pernambuco, com apoio da Capes.

Outro evento importante na área das tecnologias emergentes é o Campus Party, realizado pela primeira vez em 1997, na Espanha. Conforme seu sítio, destina-se a apaixonados por Internet, apresentando tendências em vários temas, como robótica, desenvolvimento de softwares, cultura digital, segurança e redes, criatividade digital e outras. Em 2008, a Campus Party internacionalizou-se e, atualmente, conta com edições no Brasil, na Colômbia, na Espanha e no México. É organizado por uma ONG e tem como patrocinador principal a Fundação Telefônica Vivo. O foco está nas inovações tecnológicas, mas a cada edição o tema educação tem ganhado destaque. A partir de 2012, foi designado um espaço de atividades especiais focadas na aprendizagem com novas tecnologias, ao qual denominaram de *EducaParty*. Com intuito de aproximar educação e inovações em tecnologia digital, o *EducaParty* convida profissionais da educação formal de toda parte do Brasil para compartilharem experiências com TV, celular, robótica, games e outras tecnologias em sala de aula.

Também com o patrocínio da Fundação Telefônica Vivo, uma série de outros pequenos eventos é realizada pelo Brasil e podem ser facilmente identificados no sítio da instituição. Educação e Aprendizagem é uma das linhas de atuação da Fundação, que também

apoia projetos que incentivam o uso de novas formas de aprendizagem baseadas na utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), incluindo uma linha de pesquisa sobre o tema. Em 2005, com a Universidade de Navarra e no âmbito do projeto Gerações Interativas, a Fundação Telefônica Vivo aplicou uma primeira pesquisa sobre o uso das telas digitais (TV, Internet, celular e videogames) a crianças e adolescentes da região ibero-americana. O estudo foi coordenado pelo Fórum Gerações Interativas, uma organização sem fins lucrativos composta por profissionais de diferentes áreas (pesquisadores, professores, empresas) e nacionalidades, cuja missão é promover o uso de tecnologia para melhorar a vida das pessoas. Foi fundado em dezembro de 2008, pela Telefônica, Universidade de Navarra e Organização Universitária Interamericana (OUI). Em 2012, em colaboração com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), a Universidade de Navarra e a Escola do Futuro da Universidade de São Paulo (USP), a Fundação Telefônica Vivo patrocinou a pesquisa intitulada “Gerações Interativas Brasil: Crianças e Adolescentes diante das telas”.

Outra empresa de telefonia que também patrocina iniciativas educacionais sobre as TIC é a Claro, por meio do Instituto Claro. Criado em março de 2009, a organização tem uma série de atividades e eventos, incluindo cartilhas de orientação para uso das TIC em sala de aula. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) apresentou, em fevereiro desse ano, durante a Segunda Semana de Aprendizagem Móvel, em Paris, as diretrizes para as políticas de aprendizagem móvel e um guia com dez dicas e 13 motivos para o uso do celular em sala de aula.

A referência a essas instituições privadas faz-se necessário para registrar o conhecimento de um movimento do mercado, tanto por parte das empresas de telefonia quanto dos fabricantes dos diversos aparelhos eletroeletrônicos e das empresas de softwares e hardwares computacionais, que “influenciam” (na falta de uma palavra melhor) políticas educacionais e geram um movimento que propaga o discurso de que a qualidade da escola pública passa também pela posse e incorporação das TIC no ambiente formal de educação. Esse fato já foi lembrado e discutido por Libâneo (2012), que denunciou que reformas educativas realizadas nos últimos trinta anos, pelo menos, reproduzem e mantêm desigualdades sociais, culturais e econômicas e estão em consonância com acordos internacionais e sob os auspícios do Banco Mundial, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Organização das Nações Unidas para a Infância (Unesco).

São processos cada vez mais complexos, de intenções políticas e econômicas imbricadas no funcionamento da escola pública, e o resultado desses processos articulados

entre si afeta profundamente o papel dessa instituição e o exercício profissional da docência (LIBÂNEO, 2012). Acrescentaria ainda que afeta a incorporação ou não dos usos com intencionalidade pedagógica de qualquer tecnologia em sala de aula. Quando em contexto formal de educação, as TIC são agentes complicadores do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que apresentam novas exigências para a sala de aula e para a relação entre aluno e professor. Para Peixoto (2012), a relação das tecnologias com a educação é uma questão de ordem epistemológica, e não técnica ou instrumental.

Ainda há de se ponderar sobre a distância considerável entre as políticas e as legislações educacionais. Enquanto o MEC distribuiu *tablets* aos professores de Ensino Médio, deputados criaram projeto de lei que versa sobre a proibição do uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula dos estabelecimentos de educação básica e superior. Uma instância distribuiu *tablets*, e outra os proibiu.

Ao descrever aqui as ações cada vez mais intensas das empresas de telefonia com suas fundações e das empresas de eletroeletrônico portáteis – como as que patrocinaram o evento da Unesco (Nokia, Alcatel, GSMA e Microsoft), ou das que ganharam a licitação do governo federal brasileiro para distribuição dos *tablets* aos professores de Ensino Médio (Lenovo e Positivo) –, o intuito é registrar que os interesses do capitalismo informacional influenciam as políticas públicas educacionais.

Ponce (1986), Saviani (2001), Libâneo (2000), Dowbor (2001), Young (2011), Nóvoa (2009) e Duran (2010) são alguns dos autores que indicam que são muitos os fatores que podem interferir na relação didático-pedagógica ou de gestão de uma escola pública. Para Duran (2010), não existem seres humanos à margem da História, todos estão, de uma forma ou de outra, relativa e simultaneamente incluídos e excluídos neste sistema capitalista e cada vez mais tecnológico. Em suma, discutir formas de incorporação e de usos intencionais dos dispositivos móveis na escola é importante não só pelas diretrizes econômicas que impactam a educação, e que fizeram do celular um objeto de consumo desejado por todos, mas também porque se tornou parte da cultura cotidiana das pessoas, inclusive dos sujeitos que frequentam a escola. Há de se levar em conta também que, se o capital influencia a política educacional e as pessoas, que são ao mesmo tempo consumidoras e sujeitos da escola, essas mesmas pessoas também podem ser capazes de subverter os caminhos traçados, especialmente pelas apropriações diferenciadas que fazem, neste caso, dos usos escondidos do celular na escola.

No pensamento de Buckingham (2000), nem a visão das crianças como essencialmente inocentes e vulneráveis à influência das mídias, nem a visão delas como naturalmente entendidas em mídia oferecem uma “base realista para a elaboração de políticas culturais, sociais e educacionais que possam de fato habilitar *todas* as crianças a lidar com as realidades culturais em mudança nas quais nasceram” (p. 87). Para o autor, uma resposta a essas mudanças só será possível se compreendermos sua complexidade e suas potenciais contradições. “Não dá para superestimar o poder das mídias e subestimar as diversas maneiras como as crianças criam seus próprios significados e prazeres” (p. 87) por meio dos usos que fazem de seus dispositivos móveis. Os adolescentes e crianças podem apropriar-se das ideias veiculadas pela tecnologia, reformulando-as ao sabor de seus objetivos complexos (TURKLE, 1995). E eles podem estar “reformulando” os sentidos e usos que estão atribuindo aos seus celulares, sozinhos ou apenas entre eles.

Dessa forma, surgem outras indagações, que não serão aqui respondidas, apenas registradas como parte do exercício de reflexão sobre o tema: tem alguém orientando os usos que os jovens estão a fazer de seus dispositivos móveis? Pai, mãe, avó, avô que presenteiam as crianças com celulares orientam o uso dessa tecnologia? Cabe à escola apenas o papel de fazer cumprir sua proibição? Moura (2009) acredita que a falta de cultura digital da comunicação leva à “demonização” do celular.

É preciso respeitar e o respeito não está digitalizado. Por isso, é urgente que cada utilizador disponha dessa cultura e faça um uso racional do dispositivo, aproveitando as potencialidades que dispõe. [...] O que se nota no seio da escola e na sociedade em geral, é uma falta de hábitos sãos no uso desses aparelhos, quer por parte dos alunos, que não respeitam o clima de atenção dos colegas, quer dos pais que telefonam aos filhos em horário escolar por futilidades. (MOURA, 2009, s.p)

Então, precisamos todos aprender a usar, com respeito e ética, as potencialidades apresentadas por esse dispositivo, reconhecendo-o para além de sua capacidade telefônica.

2. Do telefone ao microchip: mudanças nas interações cotidianas

A evolução da telefonia móvel abrange histórias também sobre o desenvolvimento do telégrafo, dos avanços da ciência sobre o domínio das ondas de rádio, da evolução dos cabos de transmissão, da ampliação dos estudos sobre inteligência artificial, do incremento dos microchips (WILLIAMS, 2009). A cada integração de uma invenção tecnológica no cotidiano dos homens, simultaneamente ocorreram mudanças culturais nos seios das sociedades (CARON; CARONIA, 2005). Os seres humanos sempre inventaram novas

técnicas e novos suportes para permitir as trocas comunicacionais e a circulação de informação.

A invenção e a adoção da escrita, da imprensa, da fotografia, do telefone, da passagem ao digital são apenas exemplos de soluções múltiplas dadas ao problema – aparentemente incontornável – dos limites e das dificuldades da comunicação face a face. Cada um destes novos instrumentos de comunicação foi – para a sua época e para as comunidades que lhes dizem respeito – uma mudança cultural. (CARON; CARONIA, 2005, p. 5)

Mudança cultural, pois toda tecnologia emergente foi adotada e absorvida pela sociedade, alterando de modo significativo as práticas de comunicação, e, portanto, de convivência e interação entre pessoas, desencadeando transformações culturais profundas (CARON; CARONIA, 2005; LEMOS, 2004, 2009a, 2009b; MOURA, 2010; SANTAELLA, 2007, 2012; SOUZA E SILVA, 2006). Assim, o telefone móvel, que também é uma convergência de tecnologias, provoca efeitos profundos na sociedade. Os celulares têm sido utilizados com vários propósitos, apresentando particularidades culturais e socioeconômicas nas formas de uso, mas, de acordo com Lemos (2004), desde a invenção do telefone fixo em 1876, o uso desse equipamento tem colocado em discussão o papel social do próprio invento, pois o telefone mudou o modo como as pessoas controlam e coordenam as ações do quotidiano, incluindo a manutenção dos vínculos sociais e familiares e a rapidez na troca de informações. Portanto, para esse autor, a comunicação e a informação são questões importantes para a compreensão dos impactos da telefonia móvel na cultura contemporânea, porque o celular expressa a radicalização da convergência digital, tornou-se um centro de comunicação, onde a comunicação sem fio é sua maior expressão (LEMOS, 2004).

Ao propiciar possibilidades de comunicação antes inexistentes, os celulares estão levando-nos a experienciar uma virada dramática no nosso senso de localização, tempo, valores, ética, etiqueta e cultura (SANTAELLA, 2007), especialmente porque, na contemporaneidade, tem sido a partir deles, com eles e por meio deles que a maioria de nós está mantendo vínculos sociais. Santaella (2007) considera o celular como uma mídia emergente que tem alterado de modo significativo os ambientes em que vivemos e a nós mesmos como pessoas.

Contudo, para Buckingham (2007), “as tecnologias não produzem mudança social independentemente dos contextos em que são usadas (p. 119)”. Porém, se as pessoas não estivessem a apaixonar-se pelas suas máquinas e pelas ideais que veiculam, os computadores não seriam objetos culturalmente tão poderosos (TURKLE, 1997). Os media são sempre híbridos – técnicos, econômicos, sociais e culturais – e os usos das tecnologias não são apenas

tecidos por uma lógica racional ou econômica, pois também é emotiva (SILVA, 2001). Os aspectos econômicos, sociais, tecnológicos e pessoais são afetados reciprocamente. Há uma inseparabilidade nesses processos, pois, “se os indivíduos se deixam manipular pelas tecnologias, eles também as manipulam muito, com efeito” (CARON; CARONIA, 2005, p. 7). Já Santaella (2007) defende que não cabe uma discussão dual na era da mobilidade, pois não se trata de determinismo, como se as tecnologias estivessem orientando as consciências e as mudanças sociais, como também não cabe desprezar os impactos da apropriação tecnológica pelos seres humanos em suas vidas cotidianas, culturais, familiares e sociais. As tecnologias não podem ser compreendidas dentro de um esquema dicotômico, alerta Peixoto (2012). Para a autora, “o que se deve discutir é a relação entre os homens e as máquinas, buscando compreender o que os objetos técnicos acrescentam a essa relação” [s.p.].

A relação entre comunicação móvel e mudança cultural é um fenômeno complexo e articulado, que inclui aspectos que estão visíveis, mas existem processos que estão ocultos. Portanto, seria preciso fazer uma "anatomia de um processo de co-construção, porque se as tecnologias constroem a cultura, elas também são construídas por ela”, afirmam Caron e Caronia (2005, p. 8). E prosseguem: “Quando se tenta ir para além destes aspectos mais visíveis e gerais para apreender os processos mais sutis e os detalhes que fazem freqüentemente a diferença, é preciso se dedicar a pesquisa” (p. 8). E há várias maneiras de refletir sobre o mesmo fenômeno. Os caminhos da hibridização, que levam em conta a simultaneidade dos aspectos econômicos, técnicos, culturais, sociais e afetivos, sem desprezar nenhum deles, são o que se seguirá neste estudo.

3. O celular: infraestrutura da ubiquidade

Sintetizando o que já foi pesquisado por Moura (2010) e Schroot (2009), um telefone celular é uma tecnologia de comunicação que funciona por ondas eletromagnéticas e permite a transmissão de voz e dados utilizáveis em uma área geográfica que se encontra dividida em células (daí a origem da nomenclatura “celular” utilizada no Brasil), cada uma delas servidas por um transmissor/receptor. Os sistemas de telefonia celular são classificados em gerações: o primeiro sistema real de comunicações móveis, inicialmente conhecidos como redes celulares analógicas, foi batizado como “primeira geração” (1G); a partir dos anos 1990, as redes móveis passam de analógicas para digitais e surge a “segunda geração” (2G), com codificação digital de voz e início da oferta de recursos multimídias para transmissão de dados. Simultaneamente houve o aprimoramento das baterias e o surgimento dos chips, fatores

fundamentais para miniaturização e leveza dos aparelhos. A terceira geração (3G) é também chamada de *Universal Mobile Telecommunication System* (UMTS) e possibilita um número maior de aplicativos para a Internet móvel e maior velocidade de transmissão de dados, o que permite aos usuários da telefonia móvel estar sempre conectados, mesmo quando em movimento. A passagem do 2G para o 3G originou o aparecimento de aparelhos mais versáteis, leves, com baterias mais duráveis e com grande número de funcionalidades. Denominada *smartphone* (celular inteligente), essa nova geração de aparelhos converge para si as inovações das indústrias de microchips, da informática, do audiovisual, da comunicação via satélite, possibilitando a incorporação de ferramentas como câmera digital de vídeo e de foto, rádio, relógio, cronometro, calculadora, jogos, acesso à *web*, incorporação de sistemas de localização como o Sistema de Posicionamento Global (GPS), comunicação móvel sem fio, conhecida como *Wi-Fi*⁹ (*Wireless Fidelity*), garantindo espaços de armazenamento de dados – memória interna e externa – cada vez maiores.

A miniaturização dos dispositivos, as novas funcionalidades e serviços, a tendência de acesso constante à Internet, a capacidade de reprodução de vídeo ou TV, entre outros avanços da microtecnologia, têm levado os fabricantes a aumentarem o tamanho da tela, melhorando a percepção visual. Os modelos mais recentes são amigáveis, intuitivos e fáceis de usar. Possuem tela tátil (*touchscreen*), controlável com a ponta do dedo, modo de visualização de conteúdos vertical e horizontal, capacidade de utilizar diferentes tipos de interação, como tocar, arrastar ou deslizar, para gerir os conteúdos dos aparelhos celulares. O espaço de armazenamento tem deixado de ser um problema, e os modelos mais recentes possuem memória interna superior a 8 GB, com possibilidade de ser complementada com cartões de memória, de acordo com as necessidades de cada um (MOURA, 2010). A popularização dessa nova geração de aparelhos permite que a maioria das pessoas tenha em mãos uma pequena central multimídia, com possibilidade de acesso ao mundo digital e aos aplicativos, enfim, “um acessório pessoal que ajuda a manter os vínculos sociais constantes, como se fosse um eterno estado de proximidade sem fio” (SCHROOT, 2009, p. 18).

Com o celular em mãos é possível trocar informações pela rede de comunicação telefônica, por redes de curto alcance (*Bluetooth*) e pelas redes de Internet sem fio (*Wi-Fi* e 3G). Para Costa (2011), uma geração de jovens e adolescentes está bem longe dos *desktops* porque a *web* foi prolongada em seus celulares. São essas redes que envolvem o usuário em

⁹ *Wi-Fi* padrão técnico para Internet sem fio. Por ondas de rádio pode-se criar acesso à Internet sem fio por algumas centenas de metros (LEMOS, 2004).

um ambiente de possibilidades de acesso contínuo com outros usuários, com outras tecnologias, com outros espaços a qualquer hora e de qualquer lugar, mesmo em estado de mobilidade (LEMOS, 2004). Essas redes tornaram-se ubíquas, pervasivas. Ubiquidade e pervasividade referem-se justamente à possibilidade de estar em vários lugares ao mesmo tempo. A ubiquidade proporcionada por esses aparelhos abriu um campo, ainda sem fronteiras nítidas, de veiculação de informações e entretenimento de toda espécie.

Tanto do ponto de vista da urgência (obter informações em qualquer lugar e a qualquer momento) quanto da perspectiva da ocupação do tempo ocioso (assistir a um filme, jogar em rede ou sozinho), os smartphones apresentam-se como uma tecnologia que reúne várias mídias num só aparelho (telefone, Internet, televisão, console de jogos, recursos de desktop). Isso aponta para uma evolução já prevista no final do século XX: a inteligência dos chips deve se disseminar por todos os tipos de aparelhos a nossa volta, e todos devem muito em breve se interconectar por de redes sem fio. (COSTA, 2011, p. 54)

A computação ubíqua é possibilitada principalmente pela introdução de chips em equipamentos e objetos que passam a trocar informações. As máquinas e os objetos computacionais passam a envolver os usuários, tornando-se onipresente e indistinguível no ambiente natural do ser humano. De acordo com Lemos (2004), a denominação computação ubíqua foi criada por Mark Weiser, em 1991. *Ubicomp*, de acordo com Lemos, foi o nome dado por Weiser para o fenômeno da não percepção das tecnologias computacionais a partir de sua imersão na vida cotidiana. Conforme o Lemos, as tecnologias mais profundas são as que têm capacidade de desaparecer no tecido da vida cotidiana. Exemplo evidente é o celular que agrega, cada vez mais, sistemas computacionais que quase nunca são distinguíveis ou destacados pelos usuários.

a) Personalização do aparelho e a manutenção dos vínculos sociais

As relações face a face, segundo Santaella (2007), são revitalizadas pela intermediação dos equipamentos móveis, mídias que foram integradas nas interações sociais cotidianas alterando de modo significativo os ambientes em que vivemos. O que pode ser dito de outra forma: os nossos vínculos comunicacionais e, portanto, relacionais estão sendo intermediados pelo celular.

Em processos que, de quase dois séculos para cá, têm se tornado cada vez mais intrincados, quando uma nova mídia é criada e socialmente introduzida, adotada, adaptada e absorvida, ela faz crescer em torno dela práticas e protocolos sociais, culturais, políticos, jurídicos e econômicos. Isso tem recebido o nome de ‘ecologia midiática’ que implica a total integração de uma mídia nas interações sociais cotidianas. Embora haja uma tendência a

pensar as mídias apenas como meios de conexão e transmissão de mensagens de um ponto a outro, elas, na realidade, alteram de modo significativo os ambientes em que vivemos e a nós mesmos como pessoas. (SANTAELLA, 2007, p. 232)

A autora explica que o conceito de “ecologia midiática” implica a total integração de uma mídia nas interações sociais cotidianas, no caso o celular, uma mídia introduzida numa paisagem humana já povoada por mídias anteriores. Nesse contexto, a mídia emergente gradativamente encontra seus “direitos de existência ao provocar uma refuncionalização nos papéis desempenhados pelas anteriores” (p. 232) e seria justamente isso que estaria ocorrendo com os dispositivos móveis.

A expressão “ecologia midiática” me remete também a Muniz Sodré (2002), que em seu livro *Antropológica do Espelho – uma teoria da comunicação linear e em rede*, afirma que estamos vivendo num ambiente comunicacional do qual as mídias constituem pretextos para novas descobertas sobre o social, estabelecendo uma nova ordem cultural, provocada por esse novo modo de se fazer presente no mundo das relações por intermédio de uma tecnologia. O autor considera que o objeto da comunicação não é a mídia, e sim a vinculação humana, o vínculo que atravessa o corpo, o afeto, passa pelo sentimento, inclusive de ódio, enquanto a relação entre pessoas pode ser completamente impessoal, com indivíduos separados que se relacionam juridicamente, polidamente, por direito ou por etiqueta. Segundo Sodré (2002), a mídia seria, portanto, relacional, e a comunicação, vinculativa. Contudo, o autor ressalta que, na contemporaneidade, os vínculos comunicativos são mediatizados, ou seja, têm a mídia como ambiência e, por isso, desenvolve a ideia de Bios Midiático ou Virtual.

Em sendo o celular uma mídia pessoal, Santaella (2007) o considera um objeto-mercadoria, individual, personalizável, atado ao corpo e que funciona como uma prótese altamente personalizada. A personificação, por exemplo, do tipo, cor, modelo, ícones, toques musicais e os papéis de parede estaria na base dos processos que fortalecem os vínculos emocionais que o celular é capaz de criar. O celular não tece esses vínculos entre as pessoas; o vínculo social vem sempre antes (CARON; CARONIA, 2005), mas essa tecnologia apresenta possibilidades de atualizá-los, fortalecendo-os ou destruindo-os, dependendo da intencionalidade de cada usuário.

Então, a personificação, a facilidade de contato e o acesso direto à pessoa com quem se deseja comunicar, possibilitada pelo celular, seriam algumas das características que explicariam a rápida e intensa posse e apropriação desse dispositivo móvel. Uma tecnologia

pessoal e intransferível, à qual ainda podem-se acrescentar outras dimensões explicativas, tais como a da representação do outro (WOLTON, 2006), e, em consequência disso, a manutenção de vínculos afetivos. Ao propiciar possibilidades de comunicação antes inexistentes, o celular alterou as formas de convívio e de interação de uns com os outros e estão levando os indivíduos a experimentar uma virada dramática em seu senso de localização, tempo, valores, ética, etiqueta e cultura (SANTAELLA, 2007). A autora ainda adverte para duas dimensões que não poderiam ser minimizadas nessa discussão: a complexidade da identidade do celular com seus acúmulos de funções e a intensidade com que vem afetando o comportamento psicossocial dos indivíduos.

Outros autores também analisam o celular para além de sua função como objeto técnico. Caron e Caronia (2005, p. 6) entendem que as funções puramente práticas dos dispositivos móveis representam apenas a superfície dos desafios sociais e culturais: “As práticas de comunicação móvel nos forçam a repensar as maneiras culturalmente específicas de nossa vida em comum”. Para Wolton (2006), as dimensões técnicas e econômicas são mais fáceis de serem analisadas diante da incrível extensão das distâncias culturais e sociais reveladas com ênfase a partir da disseminação da telefonia móvel. E afirma: “Há definitivamente um paradoxo: o número crescente de mensagens trocadas faz aparecer mais nitidamente a heterogeneidade social e cultural dos processos de comunicação” (p. 17).

Embora tenham sido ampliadas as possibilidades de trocas e transmissão de dados, isso não significa que a comunicação tenha sido ampliada. Na perspectiva de Wolton (2006), comunicar não é sinônimo de transmitir dados. Lemos (2009) analisa o surgimento de “territórios informacionais”, a partir da apropriação generalizada dos dispositivos móveis, que desempenhariam função pós-massiva e que estariam reconfigurando a paisagem comunicacional, cultural, econômica e política. A necessidade de mobilidade e de contatos permanentes seriam as grandes questões propulsoras do consumo da telefonia celular, um fenômeno ainda sem contornos muito nítidos sobre seus desdobramentos (LEMOS, 2004).

4. Mobilidade de pessoas e conteúdos: o contato permanente e sem intermediários

A mobilidade é uma constante na história da humanidade desde tempos nômades, sendo, portanto, uma característica essencial da espécie humana. Lemos (2009b) explica que a cultura da mobilidade não surgiu com a sociedade industrial nem tampouco nasceu com os dispositivos móveis. A cultura da mobilidade faz parte da evolução da cultura humana como um todo e evoluiu de acordo com os períodos históricos. Até o século XVIII, a história

registra uma mobilidade considerada tradicional, e que depois passa a ser territorial, com o surgimento do Estado Nação no século XIX. Surgem então os meios de transporte e de comunicação do século XX, e a mobilidade passa a ser globalizada. Hoje, a modernidade ampliou as formas de mobilidade, tanto física, com os transportes, como virtuais, com os meios de comunicação de massa. O que significa dizer que a mobilidade física já não representa um empecilho para a mobilidade informacional.

Atualmente assistimos a uma grande mobilidade de pessoas, objetos, informação e conhecimento (MOURA, 2010). Jornais, revistas e rádios são exemplos de mídias móveis, com conteúdos móveis, que podem ser lidos ou ouvidos em diferentes locais, contextos e hora. O que há de novo no celular é a mobilidade dos sujeitos, a viabilidade de contactar diretamente uma pessoa, sem intermediários, a possibilidade de comunicação ubíqua, ou seja, pode-se conversar, trocar imagens, vídeos e compartilhar todo tipo de informação com quem se queira, a qualquer hora, em qualquer lugar. No caso dos telefones fixos quase sempre existe um intermediário antes de se falar diretamente com a pessoa desejada.

Com os dispositivos portáteis, móveis e ubíquos, temos uma “mobilidade ampliada”, que potencializa as dimensões física e informacional, sem dissociar um tipo de mobilidade do outro (LEMOS, 2009b). Emerge um tipo eletrônico de nomadismo, cuja diferença está no ponto de parada, que não se fundamenta mais numa fonte de água ou na conquista de um novo território delimitado pela geografia. O lugar de encontro não é mais automaticamente determinado no espaço físico (CARON; CARONIA, 2005). A mediação da tecnologia torna-se, de alguma maneira, o ponto de encontro dos indivíduos que comunicam.

A mobilidade, em sua dimensão física (transporte de pessoas, objetos, *commodities*) e informacional (sistemas de comunicação), cria uma dinâmica tensa entre o espaço privado (fixação) e o público (a passagem, a efemeridade), entre o próximo e o distante, entre curiosidade e apatia (Simmel, 1988). É nesse movimento que se produz a política, a cultura, a sociabilidade, a subjetividade. Há, nas relações sociais, movimento e repouso, isolamento e agregação, compulsão social e necessidade de isolamento. A comunicação se estabelece nessa dinâmica do móvel e do imóvel. (LEMOS, 2009b, p. 28)

Com relação ao contexto escolar, Moura (2010, p. 8) entende que

o conceito *mobile* pode reportar-se tanto às tecnologias móveis, como à mobilidade do aprendente e também a mobilidade dos conteúdos. Neste sentido, a mobilidade não deve ser apenas entendida em termos de movimento espacial, mas também em termos de transformações temporais e derrube de fronteiras, alargando os horizontes da aprendizagem e do acesso à informação

O significado de pessoas, objetos, informação, produtos e serviços em mobilidade, de acordo com Lemos, representa, para a sociologia, a passagem do paradigma do “social como sociedade” para o dilema do “social como mobilidade”. Inspirado no pensamento do sociólogo inglês John Urry, o pesquisador diz:

Para Urry, essa sociedade complexa e móvel exige um pensamento em movimento, complexo, fluido e desterritorializado para que possa dar conta das pequenas perturbações no sistema, consequência do uso das tecnologias móveis e das práticas contemporâneas de flexibilidade social, típicas da chamada pós-modernidade. (LEMOS, 2004, p.5)

O entendimento de Lemos, a partir do sociólogo inglês, é que as mobilidades intelectuais também seriam interessantes para as ciências sociais. Urry (2000 apud LEMOS, 2004) entende que a ciência social aplicada, especialmente no campo das ciências da comunicação e da sociologia, deveria encarar esse novo, o desafio epistemológico que é o de pensar a sociedade humana imersa nessa rede móvel e fluida.

Nesse movimento dinâmico ocorre a troca incessante de arquivos pessoais entre aparelhos e/ou pela Internet, servindo assim, o celular, também como infraestrutura para a mobilidade de conteúdos. Mobilidade representada tanto pelos celulares quanto pelos usuários que circulam pelos espaços físicos. O que caracterizaria, de acordo com Santaella (2007), um duplo nomadismo e uma dupla mobilidade.

De um lado, o celular traz à presença do usuário pessoas e situações remotas, ou seja, a presença do que está ausente; de outro, o falante também entra na situação vivida pelo interlocutor. Algo similar já sucedia com o telefone fixo. Entretanto, nesse caso, o lugar ocupado pelos membros da conversação era pressuposto e raramente entrava no conteúdo da comunicação. O espaço ocupado e situação vivida pelos falantes não eram partes do assunto comunicado porque não era objeto de indagação. Na comunicação móvel, pelo contrário, a primeira pergunta que é feita, assim que a conexão é instalada é *"Onde você está?"* Ora, no movimento, o que conecta o corpo ao lugar são traços, rastros. Embora em deslocamento contínuo, subjacente a qualquer informação que o falante forneça sobre o lugar transitório que ocupa, está a resposta: *"Sempre ao alcance"*. (SANTAELLA, 2007, p. 238)

Estar sempre ao alcance significa estar perto dos que estão distantes. Essa disponibilidade constante é, para Santaella (2007), o logo da comunicação móvel. Embora possa provocar interrupções contínuas no fluxo dos afazeres cotidianos, o celular seria um tranquilizador: “Estar sempre lá – ao toque de um sinal, em qualquer lugar que se esteja – estreita relações” (p. 238). A autora também destaca que estar sempre ao alcance significa ser sempre detectável, o que pode gerar situações desfavoráveis ao próprio usuário, bem como

oportunidades para as grandes empresas de *softwares* e de comunicação, que lucram com informações sobre as pessoas e que, em geral, foram disponibilizadas por elas mesmas.

Entretanto, para Wolton (2006), estar sempre ao alcance e com possibilidades de fazer-se presente, com qualquer tipo de sentimento e sensação, com probabilidade de compartilhamento sem controle, pode ter efeito contrário ao de estreitar relações. Para o autor, as performances técnicas e dos mercados são visíveis e mais fáceis de serem analisadas. O complicado, na visão dele, diz respeito aos homens e às sociedades, cada qual com sua identidade, cultura e comunicação, formando o que ele batizou de “triângulo infernal”. Todo mundo quer experimentar essa busca do outro que a comunicação significa em primeiro plano, mas quando o outro, o receptor da mensagem, mostra-se exigente em sua identidade, estilo e vocabulário, a comunicação, em qualquer escala, seja individual ou coletiva, nas relações humanas, familiares ou sociais, aparentemente triunfante, apresenta-se frágil e ameaçada.

Estar sempre ao alcance significa pensar no que Wolton (2006) chamou de “triunfo do receptor”. Quanto mais as técnicas permitem a expressão, mais evidente é a questão das diferenças do outro – étnicas, sexuais, religiosas, culturais e estéticas.

O receptor traz resumidamente todo o problema da alteridade. Reexaminar seu papel e suas ambigüidades, entre inteligência e resistência, honestidade e mentira, descontinuidade e atividade, é relançar uma reflexão indispensável sobre a complexidade da comunicação. (WOLTON, 2006, p. 37)

Também para Lemos (2004), o ato comunicativo tornou-se mais complicado com a difusão dos dispositivos móveis. Segundo ele, os celulares podem aumentar as possibilidades de emissão e recepção de informações, ampliando as probabilidades de comunicação, mas não garantem o enriquecimento do processo comunicativo. A loucura, a violência, a desestrutura familiar, as questões de gênero e as diferenças de fé religiosa sempre existiram, só que agora, com o celular, há a possibilidade do registro, do compartilhamento entre aparelhos ou pela Internet, e, portanto a probabilidade de evidência imediata. Trocas rápidas de informações podem gerar grandes problemas de comunicação, seja com a família, seja com as instituições formais, como a escola, o Ministério Público, o Conselho Tutelar.

Levar em conta o universo cultural e identitário dos comunicadores – no caso da escola, dos jovens com seus celulares –, pode ser válido na comunicação que é estabelecida ou que deveria ser estabelecida nos processos educativos, especialmente na relação professor-aluno em sala de aula. Pode ser válido, mas nada simples. Se considerarmos a presença média de 30 estudantes por sala, são 30 diferentes universos culturais e identitários, registrando,

filmando, fotografando, compartilhando conteúdos, com ou sem autorização, em cada sala de aula. São sujeitos “outros”, diz Lemos (2009a), que participam de uma nova esfera de conversação, ora como emissores, ora como receptores de diferentes mensagens.

As idiossincrasias humanas registradas, compartilhadas e reveladas instantaneamente, segundo Santaella (2010), talvez sejam o desafio maior da era da mobilidade. A humanidade tem em mãos um instrumento de registro e compartilhamento com potencial de divulgação mundial, mas o que regulará seu uso são os interesses bons ou maus de cada um, as loucuras, a violência, a má-fé e a não aceitação das diferenças de qualquer natureza. Um instrumento poderoso de comunicação, mas, alerta Wolton (2006), capaz de gerar a não comunicação e causar conflitos de diferentes ordens:

O esforço para compreender o outro, ou ao menos para coabitar com ele, torna-se quase inversamente proporcional à facilidade com que se trocam mensagens com ele. Na ponta dos canais e das redes, encontramos frequentemente a incompreensão, para não dizer a incomunicação. (p. 19)

A possibilidade de comunicação constante pode ser uma dádiva, mas apresenta riscos de incompreensão ou incomunicação, por causa da visibilidade dos sentimentos, da cultura e da identidade do “receptor”, o outro. Nessa esfera em que as pessoas podem assumir o controle de sua própria produção midiática, Jenkins (2009) enfatiza que os resultados tanto podem ser maravilhosamente criativos como também uma má notícia para todos os envolvidos. Para o autor, essa pode ser apenas uma questão de tempo de aprendizagem para obter-se esse poder nas interações diárias: “Neste momento, estamos usando esse poder coletivo principalmente para fins recreativos, mas em breve estaremos aplicando essas habilidades a propósitos mais ‘sérios’” (JENKINS, 2009, p. 30).

O acesso livre, informal e descentrado ao outro tornam visíveis e registráveis muitas das idiossincrasias – motoras, afetivas, emocionais, cognitivas – dos usuários dos aparelhos celulares (SANTAELLA, 2010). Em poucos minutos, vídeos ou fotos autorais que expressam desvios da sexualidade ou a violência do ser humano podem ser baixados por qualquer pessoa e visualizados em seus dispositivos móveis pessoais. Todo e qualquer tipo de comportamento pode ser registrado e compartilhado em voz, vídeo, foto e microtexto. Tanto por trocas de arquivos pessoais entre aparelhos quanto pela Internet. Isso pode ocorrer fora e dentro das instituições escolares. A disseminação dessas informações não garante um enriquecimento do processo comunicativo, tampouco a construção de uma sociedade da comunicação aberta, melhor ou em direção ao entendimento. Por isso, Lemos (2004) afirma que a era da conexão não é necessariamente a era da comunicação.

a) *Comunicação contínua*

O celular é caracterizado como interface social, pois é um meio digital intermediando relações entre dois ou mais usuários, presentes ou não fisicamente, e, no caso da escola, redefinindo relações comunicacionais e reconceitualizando o espaço em que essas interações ocorrem. Ao permitir novas formas de interação, a tecnologia obriga o indivíduo a repensar os modelos culturais do encontro social, pontuam Caron e Caronia (2005).

Souza e Silva (2006) relata que já há algum tempo os telefones celulares têm sido estudados como tecnologias sociais, em contraste com a tradicional comunicação bilateral oferecida pelos telefones fixos. Eles também já foram estudados como produtores de relações sociais, por meio do uso de mensagens de texto na Finlândia. Para a autora, os celulares devem ser estudados não como telefones portáteis, e sim como microcomputadores: “A comparação com a Internet fixa se torna mais pertinente do que a comparação com os telefones fixos tradicionais” (SOUZA E SILVA, 2006, p. 46).

As relações comunicacionais não são rompidas, não são desconectadas e podem fazer-se presentes em contextos distantes, a qualquer momento, seja por *instant message*, pela Internet ou pelo sistema de voz do celular. São participantes que mesmo ausentes podem fazer-se presentes graças à tecnologia, podem juntar-se à conversação a qualquer momento, mudando a estrutura de participação. Caron e Caronia (2005) denominam a presença dos ausentes como “participantes fantasmas” e, no entendimento deles, “os direitos, as obrigações, as expectativas e mesmo as boas maneiras dos participantes uns em relação aos outros, devem então ser negociadas em função dos direitos, das obrigações e das expectativas dos participantes fantasmas” (p. 7).-Conforme os autores, “estar presente” ou “ausente”, “estar aqui” ou “lá”, “estar sozinho” ou “com alguém” seriam apenas etiquetas lexicais que necessitam de uma renegociação, cada vez mais contextualizada de sua significação.

5. Reconfiguração do tempo e do espaço

A palavra “espaço” deriva do termo latino “*spatium*” e seu uso foi expandido paralelamente ao conceito de tempo, conforme Santaella (2007). Tanto o tempo quanto o espaço, explica a autora, são dominados por um paradigma comum, o *continuum* linear matemático. Newton chamava a atenção para o “fato de que o espaço abstrato, verdadeiramente matemático, não deveria ser confundido com o espaço de nossa experiência sensória” (SANTAELLA, 2007, p. 164). No “espaço da percepção e das experiências

humanas o conceito de espaço passa a ter um estatuto psíquico, social e histórico que apresenta uma multiplicidade transbordante de facetas (p. 164)”. E os usos, comportamentos e efeitos psicossociais que a popularização dos dispositivos móveis tem provocado, pontua a autora, conduzem os indivíduos a novos sentidos que o espaço da experiência sensória vem adquirindo no contexto contemporâneo. Essas concepções são também partilhadas por Lemos (2004), que considera que as novas formas de comunicação sem fio estão redefinindo o uso do espaço de lugar e dos espaços de fluxos. Nas cidades contemporâneas, diz o autor, os tradicionais espaços de lugar (rua, praças, avenidas, monumentos) estão, pouco a pouco, transformando-se em espaços de fluxos, espaços flexíveis, comunicacionais, lugares digitais.

Na superação das distâncias, proporcionada pelas mídias e suas relações com o espaço, Santaella (2007) aponta três avanços no desenvolvimento tecnológico: o primeiro veio com a invenção do telégrafo; o segundo, com o rádio e a televisão; e o terceiro, com a revolução digital. O telégrafo e o telefone abriram as portas para a simultaneidade; o sistema de disseminação do rádio e a televisão criaram um novo tipo de espaço social; e a revolução digital, representada pela Internet e pelos dispositivos móveis, também criaram um espaço próprio, o ciberespaço. Entretanto, enquanto teóricos e críticos se envolviam nas discussões sobre os significados desses avanços, “sorratamente um pequenino aparelho, com a aparência de um brinquedo para adultos, foi insidiosamente tomando conta da cena: o aparelho celular, destinado a provocar mudanças substantivas no foco de nosso olhar crítico sobre o espaço” (SANTAELLA, 2007, p. 184).

A possibilidade de comunicação contínua dos usuários que carregam aparelhos portáteis e móveis de comunicação enquanto se deslocam estaria também integrando os espaços físicos e digitais. No caso da escola, os estudantes comunicam, transmitem e compartilham informações para e com qualquer pessoa, ao mesmo tempo em que estão sentados e enfileirados nas carteiras da sala de aula. Por exemplo, um estudante da 6ª série, em sala de aula, pode fazer-se presente na sala de aula da 8ª série, por meio das mensagens multimidiáticas e das trocas instantaneamente entre eles, superando as barreiras físicas que, neste caso, seriam as paredes que separam uma sala de aula da outra. Fisicamente os alunos encontram-se ali na escola, na sala de aula, mas simultaneamente estão interconectados com outras pessoas, presentes ou não no mesmo espaço físico que eles. Em suma, sem sair do lugar, eles podem deslocar-se para outros espaços de comunicação.

Isso ocorre, conforme Santaella (2007), porque o binômio presença e ausência passou a adquirir ambiguidades, pois, se anteriormente, nas sociedades tradicionais, os estados de presença e ausência estavam bem definidos, agora tornaram-se borrados com o duplo

nomadismo e a dupla mobilidade. Entretanto, a mobilidade de pessoas, tecnologias e conteúdos interconectam-se, e as interseções entre elas estão embaraçadas; por isso, o termo “hipermobilidade” estaria mais adequado. “Hiper mobilidade porque à mobilidade física do cosmopolitismo crescente foi acrescida a mobilidade virtual das redes” (SANTAELLA, 2007, p. 187), entendendo como redes os canais de comunicação e os vínculos sociais gerados por cada indivíduo que tem laços sociais com outros indivíduos.

No entendimento de Souza e Silva (2006), as etiquetas lexicais, as ambiguidades entre presença e ausência, entre espaços físicos e digitais, estão perdendo o sentido, justamente pela vivência nessa dupla articulação ubíquitária. Por isso, a autora propõe o conceito de “espaço híbrido”.

Espaços híbridos são espaços móveis, criados pela constante movimentação de usuários que carregam aparelhos portáteis de comunicação continuamente conectados à Internet e a outros usuários. [...] A possibilidade de conexão constante ao se mover pela cidade transforma a nossa experiência de espaço, pois insere contextos remotos dentro de contextos presentes. Essa conexão inclui tanto interações sociais, quanto conexões ao espaço informacional, isto é, à Internet. (SOUZA E SILVA, 2006, p. 24)

Essa nova lógica espacial entende o aparelho celular, tanto em suas capacidades comunicativas como computacionais, como um instrumento que relaciona, ao mesmo tempo, o real com o virtual e que é também parte integrante de espaços públicos. Por isso, Souza e Silva (2006) acredita não ser mais possível a desconexão entre espaços físicos e digitais, afinal, não é mais preciso “sair” do espaço físico para entrar em contato com ambientes digitais. Se na Internet fixa é o usuário que se desloca até a rede, com os dispositivos móveis, pontua a autora, a rede de conexão passa a envolver os usuários e os objetos enquanto se deslocam pelos espaços urbanos. Dessa forma, os usuários não mais percebem espaços físicos e digitais como entidades desconexas, assim como “não têm mais a sensação de ‘entrar’ na Internet como ocorria geralmente quando se precisava sentar em frente a uma tela de computador e discar uma conexão” (p. 27). “Sendo assim, as bordas entre os espaços digitais e físicos, aparentemente claras com a Internet fixa, se tornam difusas e não mais completamente distinguíveis” (p. 28).

Em 1992, com a criação da *World Wide Web* (www), a Internet também foi conceitualizada como um espaço imaterial de informação, e os espaços digitais foram considerados como essencialmente desconectados da realidade física, culminando no uso do termo realidade virtual (RV) como antônimo de vida real (VR), levando a crer na existência de vidas distintas, uma dentro da tela e outra fora dela. Por isso mesmo, algumas das questões levantadas nas primeiras décadas de existência da Internet tratavam da separação entre

espaços físicos e digitais. Para Souza e Silva (2006), não faz mais sentido dissertar sobre a desconexão entre esses espaços porque, com a crescente popularização dos telefones móveis, os conceitos de ciberespaço e Internet tornaram-se quase que sinônimos.

Um espaço híbrido, então, seria criado pela fusão das bordas entre os espaços digitais e físicos, em virtude do uso das tecnologias móveis como interfaces sociais. A fusão dessas bordas incluem questões sociais, culturais e comunicacionais e, por isso, um espaço híbrido não é constituído apenas pela tecnologia. Ele é “criado pela conexão de mobilidade e comunicação, e materializado por redes sociais desenvolvidas simultaneamente em espaços físicos e digitais” (SOUZA E SILVA, 2006, p. 32). Dessa forma, o espaço é entendido como “um conceito produzido por e embutido em práticas sociais, nas quais a infra-estrutura de suporte é composta por uma rede de tecnologias móveis” (p. 45).

Na perspectiva de Toschi (2011), o celular pode ser considerado uma tecnologia social, um dispositivo que medeia a relação entre a realidade virtual e a realidade concreta, deixando de fazer sentido o receio de que para navegar na Internet é preciso se isolar das relações pessoais. “O virtual convive com o real e o potencializa”, diz a autora (p. 125), observando que é comum verem-se adolescentes portando esses telefones móveis na escola, apesar da existência de regras e leis de proibição. Por isso, Toschi (2011) sugere refletir-se sobre a potencialidade dessa mídia de configurar o espaço da escola como um espaço híbrido, que integra os muros físicos da escola à infinitude do digital.

6. Sobre Convergência

Jenkins (2009) recorreu à historiadora Lisa Gitelman para definir os meios de comunicação. Essa historiadora oferece um modelo de mídia que trabalha em dois níveis: no primeiro, um meio é uma tecnologia que permite a comunicação; no segundo, é um conjunto de “protocolos” associados ou práticas sociais e culturais que cresceram em torno dessa tecnologia (p. 41). Sua interface, seu conteúdo, seu público e seu status social podem mudar. Os meios de comunicação antigos são forçados a conviver com os meios emergentes. As tecnologias de distribuição – fita cassete, por exemplo – tornaram-se obsoletas e foram substituídas por CDs, arquivos mp3, mas os meios de comunicação persistem como camadas dentro de um estrato de entretenimento e informação cada vez mais complicado. Dessa forma, para Jenkins (2009), é preciso compreender os meios de comunicação também como sistemas culturais, pois, uma vez que um meio se estabelece, ao satisfazer alguma demanda humana essencial, ele continua a funcionar dentro de um sistema maior de opções de comunicação.

Celulares, *tablets*, disponibilizadores de música e de vídeo representam um universo tecnológico sem fio cada vez mais interconectado, que é levado por muitas pessoas aonde quer que vão, inclusive para a escola. São tecnologias que permitem a criação, a edição e o compartilhamento de informações autorais. No caso específico dos celulares, há a convergência de recursos da microinformática, da televisão, da fotografia, do rádio e do telefone em um só aparelho. Novas e antigas mídias interagindo de forma cada vez mais complexa (JENKINS, 2009). Com os celulares em mãos, os usuários não apenas consomem produtos midiáticos, mas também têm a possibilidade de produzir, emitir e distribuir sua própria mensagem para muitos, tornando ainda mais complexo o processo comunicativo e interativo com os outros.

E é essa transformação cultural, tanto na forma de produzir quanto na de consumir os meios de comunicação, que Jenkins (2009, p. 29) explica o conceito de convergência: “Palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando”. O autor combate a ideia de que a convergência deva ser compreendida principalmente como um processo tecnológico que une múltiplas funções dentro dos mesmos aparelhos. Em vez disso, para ele, a convergência representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos. “A convergência não ocorre por meio de aparelhos, por mais sofisticados que venham a ser. A convergência ocorre dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações sociais com outros” (JENKINS, 2009, p. 30).

Assim, a convergência representaria também uma mudança cultural nas relações dos indivíduos com as mídias. O poder do produtor e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis, de forma que velhas e novas mídias colidem, e a mídia corporativa e a alternativa se cruzam. A cultura da convergência é o futuro, mas está sendo moldada hoje (JENKINS, 2009).

A convergência das mídias é mais do que apenas uma mudança tecnológica. A convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento. Lembrem-se disto: a convergência refere-se a um processo, não a um ponto final. (JENKINS, 2009, p. 43)

Compreendo que esse processo de convergência, quando aparece na escola, desperta novas questões na relação entre educador e educando no processo de ensino e aprendizagem. Partindo da compreensão do processo docente como genuinamente de comunicação,

compreendo o ensino não só em sua dimensão curricular transmissora de conhecimentos, mas, especialmente, na dimensão da relação professor/aluno no processo interativo de uma aula (TOSCHI, 1995).

7. Efeitos sociais, culturais, cognitivos da disseminação da posse e uso do celular

Nicolaci-da-Costa realizou um estudo exploratório, em 2004, com jovens cariocas, com o objetivo de identificar os impactos que os celulares têm na organização subjetiva dos jovens. A pesquisadora constatou que o uso constante da comunicação virtual por meio dos celulares rompe com a membrana que separa o domínio da realidade física da realidade virtual. Os celulares dos jovens pesquisados serviram de infraestrutura para a mobilidade, que, por sua vez, gerou uma sociabilidade ininterrupta e contínua, na medida em os jovens podiam ter acesso instantâneo, personalizado e íntimo com quem desejassem e quando quisessem. Além disso, o uso que fizeram de seus celulares promoveu nos estudantes sensações de autonomia e de liberdade e possibilitou-lhes a manutenção de espaços de privacidade e intimidade exclusivamente virtuais e que podem apresentar consequências em relação à emancipação dos pais e à organização psicológica desses sujeitos (NICOLACI-DA-COSTA, 2004).

Nesse estudo, os jovens enfatizaram não gostar de intermediários e que, entre ligar para um número fixo ou para o celular de uma pessoa, optavam pelo celular. A pesquisadora chama a atenção para o fato de que, se não fosse o custo da ligação celular, provavelmente nem pensariam em fazer ligações para telefones fixos. “A difusão e a popularização dos celulares dão lugar a uma nova forma de personalização das chamadas: a do acesso direto e imediato à pessoa com quem se deseja falar” (NICOLACI-DA-COSTA, 2004, p. 12), evidenciando uma autonomia e uma liberdade individual impensáveis até poucas gerações atrás. Com o identificador de chamadas é possível identificar, pela tela ou visor, quem está chamando, e decidir se aquela ligação será atendida ou não e de que maneira, com que entonação de voz se fará o atendimento. No caso dos jovens pesquisados por Nicolaci-da-Costa (2004), ao identificar que eram os pais que estavam ligando, muitas vezes eles não atendiam a chamada ou atendiam de modo que os pais não percebessem que estavam fazendo alguma coisa que desaprovavam.

A partir desse estudo, a autora acrescentou novas dimensões à discussão dos impactos dos celulares sobre seus jovens usuários, a saber: 1) os jovens cariocas mantinham seus celulares sempre por perto, admitiram carregá-los até para o banheiro e nunca deixá-los

desligados; 2) autonomia e liberdade – com o celular, os pais passaram a poder controlá-los a distância, entretanto, os jovens nem sempre atendiam aos telefonemas dos pais, pois os encaravam como invasão ou forma de cercear sua liberdade; 3) os celulares tornaram o acesso à rede social fácil, personalizado, íntimo e passível de constantes reconfigurações; 4) os celulares permitem a manutenção de espaços de privacidade e intimidade antes inexistentes; 5) os celulares são vistos como pessoais e intransferíveis.

Essas dimensões desdobram-se em indicadores de mudanças microssociais, novos comportamentos e opiniões em relação a aspectos básicos do funcionamento social e cultural (NICOLACI-DA-COSTA, 2004). O primeiro é a adoção dos celulares para a segurança de seus portadores, como no caso das chamadas de emergência, principalmente em lugares ermos; sua contrapartida é o risco de acidentes que o celular pode acarretar quando o usuário está dirigindo. O segundo indicador está relacionado à discussão entre o público e o privado, principalmente na sua versão de privatização ou de ruptura dos espaços públicos, em consequência do uso de celulares na rua, nos meios de transporte, nos restaurantes etc. O terceiro é a nova e flexível forma de coordenação de atividades, afazeres domésticos e programação social a distância que dispensa os horários e lugares previamente marcados. Já o quarto está no surgimento de novas possibilidades de controle interpessoal (como aquela exercida pelos pais sobre filhos via celulares), que é a contrapartida das também novas possibilidades de autonomia individual. Esses indicadores explicariam, em parte, a universalidade do desejo de aderir ao celular.

Santaella (2007) discute também os vínculos emocionais que esses dispositivos são capazes de criar, uma vez que considera que a apropriação do celular deve-se à representatividade de outra pessoa (com quem se deseja comunicar), que está sempre ao alcance ou, nas palavras de Wolton (2006), o celular simboliza a onipresença do outro. Essa mesma percepção é também encontrada nos estudos de Caron e Caronia (2005), que compreendem que o celular sempre ao alcance das mãos simboliza a gerência da família, das atividades domésticas e do(s) filho(s) sempre acessível(eis).

Cada pessoa trata o seu celular e aquilo que ele lhe proporciona de uma maneira diferente e muito pessoal. Não apenas pelos aspectos externos, como cor, modelo e ícones, que personificam esses dispositivos, mas muito mais pela capacidade que cada usuário desenvolve para se apropriar e reinventar os recursos do celular pelo modo de usá-lo. “Não é o equipamento que necessariamente define a mobilidade, mas o tipo de comunicação”, diz Santaella (2007, p. 234), pois os usos do celular sofrem principalmente os efeitos do contexto e das intencionalidades dos sujeitos.

O sociólogo Dominique Cardon (2005), em seu artigo “A inovação pelo uso”, discute uma característica que considera essencial nos usos das tecnologias emergentes: a prática dos usuários pode originar inovações no uso que não foram previstas pelos idealizadores das tecnologias. Dito de outra maneira, as inovações, pelo uso, nascem das práticas dos usuários e são divulgadas por meio das redes de intercâmbio entre eles.

Ao se falar de usuário de preferência a utilizador, é possível também insistir no fato que o relacionamento das pessoas com as ferramentas técnicas não pode ser reduzido à implementação das funções previstas pelos idealizadores, mas que a apropriação das tecnologias é uma atividade social, cultural, econômica e política de pleno direito. O uso das tecnologias na verdade se inscreve profundamente na vida social das pessoas e é limitativo considerar-se o impacto das TIC como uma simples questão de custo, de funcionalidades ou de simplicidade das interfaces. Isso ocorre porque a questão da apropriação pelo uso tem um papel muito importante na análise das transformações que as novas ferramentas de comunicação proporcionam a nossas sociedades. (CARDON, 2005)

De acordo com esse autor, a noção de “uso” apareceu na sociologia das mídias com a corrente funcionalista de “usos e gratificações” dos trabalhos americanos dos anos de 1960 e 1970. Os primeiros estudos de comunicação indagavam: o que as mídias fazem às pessoas que são expostas a elas? Os propositores da abordagem dos “usos e gratificações” não indagavam como as mídias influenciam as pessoas, e sim o que as pessoas fazem com as mídias. Os pesquisadores dessa corrente consideravam que os receptores não recebiam passivamente as mensagens, mas utilizam ativamente as mídias para delas retirar satisfações específicas que respondessem às suas necessidades psicológicas. Para Cardon (2005), apesar das diversas críticas que esses pesquisadores receberam, por reduzirem a atração pelas tecnologias a mecanismos de compensação psicológica, seus trabalhos abriram caminho para uma análise do uso, emancipando-se de um determinismo unilateral da técnica sobre a sociedade.

A noção de apropriação permite a descrição do processo de interiorização progressiva das competências técnicas e cognitivas pela obra dos indivíduos e dos grupos que mantêm cotidianamente essas tecnologias. Serge Proulx considera que são necessárias quatro condições para a apropriação social de uma tecnologia: “a) o domínio técnico e cognitivo do artefato, b) a integração significativa do objeto técnico na prática cotidiana do usuário, c) o uso repetido dessa tecnologia que abre possibilidades de criação (ações que gerem novidades na prática social), d) finalmente, em nível mais propriamente coletivo, a apropriação social supõe que os usuários sejam adequadamente representados no estabelecimento de políticas públicas e, ao mesmo tempo, levados em consideração nos processos de inovação (produção industrial e distribuição comercial)”. (CARDON, 2005, s.p)

Essas observações são também analisadas pelos professores Caron e Caronia (2005), que explicam que a questão dos usos está submissa a um processo de domesticação cultural, em que as tecnologias adquirem ou perdem funções, tendo seus usos e significações reformulados de maneira contextualizada. Para eles, existe uma reinterpretação da tecnologia, de acordo com as necessidades específicas de cada cultura. Nas dimensões constitutivas das tecnologias, estão integrados o contexto e os atores que dele fazem parte. Em sua pesquisa, Caron e Caronia (2005) observaram que os adolescentes reinterpretaram de maneira radical as funções e significados de seus celulares, segundo seus próprios quadros culturais de referência.

CAPÍTULO 3 - USOS DOS DISPOSITIVOS MÓVEIS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ANÁPOLIS

Este capítulo trata da apresentação da metodologia e da descrição dos dados encontrados pela pesquisa nos relatos espontâneos dos pesquisados e na etapa de observação sistemática. Apresenta, ainda, a tabulação e a análise dos dados do questionário que foi aplicado a 1.022 estudantes dos 6º, 7º e 8º anos do Ensino Fundamental e dos 1º e 2º das escolas de Ensino Médio do município de Anápolis (GO). A partir de três categorias de análise – contexto escolar; dispositivo móvel e legislação –, busquei desenvolver uma compreensão da realidade observada sobre os usos realizados pelos estudantes de seus dispositivos móveis¹⁰ enquanto estavam na escola.

Este estudo é, ao mesmo tempo, parte do projeto de pesquisa “Celular na Escola: Políticas, Usos e Desafios Pedagógicos”, desenvolvida na Universidade Estadual de Goiás (UEG), sob a coordenação da professora Mirza Seabra Toschi e realizada por pesquisadores da Rede Goiana de Pesquisa em Políticas Públicas de Inclusão Digital (REPPID). A pesquisa contou também com a participação das bolsistas de Iniciação Científica¹¹ e acadêmicas de Pedagogia da UEG Mariana Soares da Silva e Tatiane Custódio da Silva Batista. Para coletar os primeiros dados para a definição do campo de investigação desses estudos que se inter cruzam, as bolsistas e eu visitamos a Secretaria Municipal e a Subsecretaria Estadual de Educação, em busca da autorização para observar o uso de uma tecnologia proibida por lei nas escolas. Com as representantes desses órgãos, ficou definido que a autorização deveria vir das gestoras de cada instituição, critério, inclusive, que definiria o universo da pesquisa.

Atuei na pesquisa “Celular na Escola: Políticas, Usos e Desafios Pedagógicos” como vice-coordenadora e coordenadora de Iniciação Científica. Ao mesmo tempo em que aprendia sobre o exercício da pesquisa acadêmica, suas complexidades e rigores, orientava as discussões e reflexões que surgiam durante o processo de interação conjunta. Tal oportunidade enriqueceu meu desenvolvimento intelectual tanto quanto o desenvolvimento

¹⁰ Como explicado no 1º Capítulo considero o termo “dispositivo móvel” mais apropriado para compor as discussões sobre os celulares. De acordo com Peixoto (2012), o termo dispositivo concebe as potencialidades técnicas e socioculturais contextualizados pelas representações e usos que os envolvem.

¹¹ A acadêmica de Pedagogia Mariana ficou responsável pelo acompanhamento nas escolas de Ensino Fundamental e a também acadêmica de Pedagogia Tatiane foi responsável pelo acompanhamento nas escolas de Ensino Médio. Elas foram minhas companheiras nas etapas de observações, aplicação do questionário e registro fotográfico do estudo. O intervalo entre os meses de abril a junho de 2013, momento de realização das observações nas escolas, coincidiu com o período de greve que a UEG vivenciou e, dessa forma, foi possível às acadêmicas vivenciarem o período matutino das escolas.

dessas estudantes como pesquisadoras, o que, certamente, contribuirá para que ampliem a produção de conhecimento sobre os usos dos dispositivos móveis nas escolas, já que também decidiram dar continuidade a essa temática em seus Trabalhos de Conclusão de Curso de Pedagogia. O relatório do referido projeto de pesquisa foi apresentado no XI Seminário de Iniciação Científica e VIII Jornada de Pesquisa e Pós-graduação, realizado em outubro de 2013, na UEG. E a continuidade desse estudo faz-se também nesta dissertação de mestrado.

3- Metodologia

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa e utiliza o método comparativo constante, por coletar dados em múltiplos locais simultaneamente (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Foram utilizados instrumentos como observações, anotações em Protocolos de Registros¹² (PR), Diário de Campo (DC) e aplicação de questionário. O tratamento das informações colhidas propiciou, além da análise qualitativa, a análise quantitativa, apresentada por meio de gráficos e tabelas. A partir dos dados de campo e de certas palavras, frases e padrões de comportamento que se repetiram, foi possível esboçar três categorias para análise do material: 1) contexto escolar; 2) dispositivo móvel; 3) legislação.

Os referenciais da pesquisa qualitativa levam em conta o contexto em que o estudo está inserido, bem como desvelam as múltiplas dimensões presentes na realidade empírica investigada, exigindo diferentes fontes de informações e utilizando instrumentos variados. Bogdan e Biklen (1994) apresentam cinco características básicas da abordagem qualitativa: 1) o ambiente natural é fonte direta de dados, e o pesquisador é o seu principal instrumento; 2) a investigação qualitativa é descritiva; 3) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; 4) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo; 5) o significado é de importância vital na abordagem qualitativa. Em suma, o estudo qualitativo é aquele que se desenvolve numa situação natural, é rico de dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.

O ambiente natural – a escola – é a fonte direta de dados, por isso, o envolvimento com o campo de pesquisa deve estabelecer-se por um período de tempo significativo para manter contato com a situação a ser estudada, uma vez que o pesquisador é o principal instrumento. Dessa forma, no desenvolvimento deste trabalho, estive presente nas quatro unidades de ensino que foram selecionadas, a partir de visitas técnicas para apresentação dos

¹² Utilizarei a sigla PR para identificá-los, seguidos dos respectivos números. Exemplo: PR1, PR2 etc.

projetos de pesquisa e com aceite da equipe gestora para a realização dos estudos. Os meses de abril e maio foram dedicados ao Ensino Médio e maio e junho, ao Ensino Fundamental. As acadêmicas de Iniciação Científica e eu estivemos presentes em cada unidade por um período de quinze dias corridos, perfazendo um total de 96 horas de observação em sala de aula. Para uma abordagem qualitativa de pesquisa, o propósito de passar um período de contato direto com o cotidiano da escola, no intuito de observar as situações em que ocorrem os usos dos celulares dos sujeitos da pesquisa em ambiente escolar, foi importante para desenvolver a compreensão de seus significados, a partir dos próprios pesquisados.

De acordo com Bodgan e Biklen (1994), estudos de observação participante em múltiplos locais simultaneamente – como este, que tem como campo quatro unidades escolares – têm a característica do método comparativo constante. Os passos desse método, segundo Glaser (1978 apud BODGAN; BIKLEN, 1994, p. 103-104), são:

1. Inicie a recolha de dados;
2. Procure situações-chave, acontecimentos recorrentes ou actividades com base nos dados que constituam categorias a estudar;
3. Recolha dados que proporcionem muitos incidentes das categorias de estudo, procurando a diversidade das dimensões subjacentes as categorias;
4. Escreva sobre as categorias que está a explorar, tentando descrever e justificar todos os incidentes que possui nos seus dados enquanto procura, incessantemente, novos incidentes;
5. Trabalhe com os dados e com o modelo emergente para descobrir processos sociais e relações básicas;
6. Ocupe-se da amostragem, codificação e escrita, à medida que a análise se concentra nas categorias principais.

Todo passo descrito transcorreu de forma simultânea nas quatro unidades escolares. Na rede municipal de ensino foram observadas seis turmas do 6º ano, cinco turmas do 7º ano e quatro turmas do 8º ano, totalizando assim 15 turmas, num período de quatro semanas, e 48 horas de observação de aulas. Na rede estadual de ensino foram observadas 11 turmas do 1º ano, seis turmas do 2º ano, totalizando 17 turmas, num período de cinco semanas e 48 horas de observação de aulas. Vale registrar também que o número médio de estudantes por turma e em cada série oscilava entre 30 e 35 alunos.

Os procedimentos de pesquisa pela busca das relações quantitativas de escolas municipais e estaduais do município de Anápolis tiveram início em março de 2013. Enviei e-mail para a Coordenação Estadual de Ensino Médio, que me encaminhou uma relação de 31 unidades escolares com Ensino Médio, atualizada em 2012. Nesse quantitativo não estão inclusas as escolas conveniadas, que são aquelas mantidas mediante parceria entre Estado e instituições particulares ou confessionais, como igrejas, Polícia Militar, Serviço Social da

Indústria (SESI), entre outras instituições. No caso do Ensino Fundamental, uma lista semelhante foi encaminhada pela assessora de Educação e Tecnologia, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, da qual constavam 54 escolas municipais, sem listar as conveniadas.

Pelo fato de o objeto desta pesquisa tratar de uma tecnologia proibida por leis e regimentos escolares, o critério para a definição das escolas foi a autorização das gestões municipais e estaduais e o aceite da direção da instituição. Desta forma, a primeira etapa da pesquisa constituiu-se em apresentar o projeto de pesquisa e seus objetivos às coordenações municipais e estaduais de ensino. Realizamos visitas oficiais a essas coordenações e encaminhamos ofícios para a Secretaria Municipal de Educação e à Subsecretaria Estadual de Educação.

No caso das unidades de Ensino Fundamental, foram selecionadas cinco escolas situadas entre o Centro e a periferia da cidade para serem iniciadas as visitas. Feito isto, no dia 2 de abril de 2013 iniciamos as visitas formais, com ofício expedido pela coordenação do Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da UEG, solicitando a autorização para que eu fizesse a coleta de dados na rede municipal de ensino. As diretoras e vice-diretoras de duas unidades de ensino não quiseram que a pesquisa fosse realizada nas escolas sob sua gestão. A primeira escola visitada foi também a primeira a recusar a realização desta pesquisa. A alegação da diretora foi que a escola estava com projetos da área de saúde, e com pesquisadoras de nutrição realizando atividades entre duas a três vezes por semana. Ela enfatizou que a escola estava sobrecarregada e que seria interessante se procurássemos uma que não tivesse a presença de outros pesquisadores. A direção da primeira Escola Municipal visitada não se mostrou muito interessada no tema e disse não ter problema com a presença do celular no Ensino Fundamental, porque o aparelho era proibido, ou recolhido. Relatou a existência da “Carta de Compromissos”, que é colada no caderno dos estudantes e na qual está explícita a proibição do uso do celular na escola (Anexo 3).

Em outras cinco escolas visitadas, tivemos duas recusas e a tarefa de escolher duas entre as três que aceitaram a realização desta pesquisa. Uma das unidades tinha apenas seis salas de aula da segunda fase do Ensino Fundamental e esse foi critério para sua exclusão. Mas cabe registrar o depoimento da diretora dessa instituição para a proibição dos celulares na escola: ela contou que os estudantes haviam se mobilizado por SMS para comparecer no dia das eleições para a nova direção da escola, de maneira a não eleger a antiga diretora. E ela não foi eleita. Isso mostra, já de início, a presença, mesmo subterrânea, dos celulares na escola e a possibilidade de mobilização espontânea que esse dispositivo móvel apresenta.

No caso do Ensino Médio, também foi adotado o mesmo procedimento. A proposta de pesquisa foi apresentada para a coordenadora pedagógica da Subsecretaria de Ensino Médio, que sugeriu as duas maiores unidades de ensino de Anápolis. Com o aceite das escolas, o próximo passo foi organizar as observações. Para garantir o anonimato das escolas, as de Ensino Médio serão identificadas com as letras A e B e as de Ensino Fundamental, C e D.

A Escola A de Ensino Médio, localizada na região norte de Anápolis, era arborizada, com quadra de esporte coberta, quadros brancos em todas as salas de aula, carteiras e cadeiras em bom estado de conservação. A Escola B, localizada na região sul, estava com a conservação do prédio bastante comprometida, com paredes esburacadas, carteiras e cadeiras quebradas ou faltando partes, o mato tomava conta da quadra de esporte ao ar livre, o banheiro feminino não tinha porta e em algumas salas de aula faltava parte do teto. Essa unidade escolar ainda apresentou uma peculiaridade: será transformada em Colégio Militar a partir de 2014.

As escolas de Ensino Fundamental eram de pequeno porte, comparadas às estruturas das instituições de Ensino Médio. A Escola C, localizada na região sul da cidade, tinha dez salas de aula, com quadra de esporte ao ar livre, a sala dos professores era um espaço improvisado. A Escola D de Ensino Fundamental, localizada na região norte, foi a unidade de menor porte, comparada as outras três. Era arborizada, possuía duas turmas de cada série (6^a, 7^a e 8^a) e um dos espaços destinados para as salas de aula parecia ter sido improvisado em um pequeno auditório.

Bogdan e Biklen (1994), como diretrizes gerais, sugerem que o conteúdo das observações envolva uma parte descritiva, denominada Protocolo de Registro (PR), com notas detalhadas do que ocorrer no campo, ou seja, com descrição dos sujeitos e do local, bem como das atividades gerais e dos comportamentos das pessoas observadas; e que seja feita a reconstrução de diálogos e anotações sobre atitudes, ações e conversas do próprio observador com os participantes durante o estudo. Outra parte das observações recebe o nome de Diário de Campo (DC) e deve ser reflexiva, com anotações pessoais do pesquisador, incluindo dilemas éticos e conflitos que podem eventualmente surgir. Para ajudar na organização dos dados, a sugestão desses autores é que, ao iniciar cada registro, deve-se indicar a hora, o dia, o local da observação e o período de duração.

Para seguir essas orientações, usei dois cadernos, um para o Ensino Fundamental e outro para o Ensino Médio, para o apontamento escrito das informações de campo, e procurei anotar os registros sempre próximos do momento de observação, o mais breve possível, para não haver esquecimento. A essas anotações foi dado o nome de Protocolos de Registro (PR).

Numa parte do caderno fiz anotações descritivas, com esforço para registrar objetivamente os detalhes do que ocorria em sala de aula, no pátio, na hora do recreio e na entrada e saída da escola. Na outra parte, denominada “Diário de Campo”, foram iniciadas as reflexões sobre o que havia sido observado, minhas impressões e palpites.

As observações ocorreram em diferentes situações dentro da escola: na entrada e na saída dos estudantes, na hora do recreio, em situações de sala de aula e de reuniões, na sala dos professores, entre outras que surgiram no dia a dia da pesquisa. Houve também conversas informais, ou seja, relatos espontâneos dos pesquisados. A metodologia incluiu, ainda, o registro de fotos com o meu celular (o objeto de pesquisa é também instrumento de coleta de dados), na perspectiva de tomar cenas nas quais se usa o celular na escola, dentro e fora da sala de aula (Anexo 9).

Para que a observação se torne um procedimento científico válido, ela precisa passar por um planejamento cuidadoso, ser controlada de forma sistemática e contar com uma preparação rigorosa do observador. Conforme Lüdke e André (1986), a observação, como metodologia de investigação, possibilita experiência direta com o fenômeno pesquisado e a apreensão da perspectiva dos sujeitos, conhecendo o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações, importantes características da abordagem qualitativa. Dizem ainda as autoras:

Planejar a observação significa determinar com antecedência “o quê” e “o como” observar. A primeira tarefa, pois, no preparo das observações é a delimitação do objeto de estudo. Definindo-se claramente o foco da investigação e sua configuração espaço-temporal, ficam mais ou menos evidentes quais aspectos do problema serão cobertos pela observação e qual a melhor forma de captá-los. (p. 25)

O que observar já está determinado no objetivo geral proposto para esta pesquisa: identificar e analisar quais são os usos que os estudantes fazem de seus celulares no ambiente escolar. Quanto aos objetivos específicos, buscam-se: a) descrever e analisar as situações e os contextos em que o celular é usado na escola; b) conhecer a opinião dos estudantes sobre a proibição legal dos celulares em ambiente escolar; c) conhecer e analisar se houve e quais as consequências da proibição legal do uso do celular no cotidiano das escolas; d) identificar e analisar os efeitos dos usos que os estudantes fazem de seus celulares quando estão na escola.

Mas como observar e qual a melhor forma de cumprir esses objetivos? Patton (1980 apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 26) acredita que para isso é preciso: aprender a fazer registros descritivos, saber separar os detalhes relevantes dos triviais, aprender a fazer anotações organizadas e utilizar métodos rigorosos para validar as observações. O meu papel

e os propósitos de estudo foram explicitados para a equipe gestora das escolas pesquisadas desde o início, o que, de acordo com Lüdke e André (1986), me identifica como “observadora participante”, pois minha identidade e os objetivos de minha pesquisa foram revelados aos grupos de gestores e professores.

A parte reflexiva, pontuam Bogdan e Biklen (1994, p. 165), é um “meio para a realização de um estudo melhor, e não um fim em si próprias”, uma forma de tentar dar conta e de controlar o efeito do observador. Enfatizam ainda os autores que “a parte reflexiva das notas de campo insiste que a investigação, como todo comportamento humano, é um processo subjetivo” (p.167). Dessa forma, pesquisar sobre os usos do celular na escola foi também pesquisar a própria escola, o dia a dia dos profissionais, as exigências a que estão sujeitos, as cobranças que recebem das instâncias municipais, estaduais e federais.

Por isso, foram realizados registros sobre as estruturas físicas e arquitetônicas da escola, as dinâmicas das aulas e outras situações do contexto que despertaram a atenção das pesquisadoras. Houve uma preocupação constante com as pequenas ações aparentemente desinteressadas, as atitudes e expressões que permearam as interações entre os grupos de pessoas das escolas pesquisadas. O registro dessas pequenas ações, foi uma constante durante as observações que busquei realizar de forma sistemática e intensiva, procurando descrever, de forma cursiva, as situações de sala de aula.

De acordo com Bodgan e Biklen (1994), numa pesquisa qualitativa, a preocupação deve ser mais com o processo do que com os produtos ou resultados, por isso, o intuito do pesquisador deve ser o de verificar como o problema – neste caso, o uso dos dispositivos móveis na escola – se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas. Entre as quatro instituições públicas pesquisadas, a Escola Municipal D foi a única em que notei que as professoras levavam para a sala de aula os *notebooks* que receberam da Prefeitura pelo projeto Professor Conectado¹³ (Escola Municipal D, PR nº 14 e 15), mas só o usavam para fazer a chamada. Após a realização oral da chamada, as professoras das aulas observadas, o guardavam. Novas indagações surgiam diante dessas pequenas ações, perguntas que não serão respondidas neste estudo, mas que podem receber atenção especial em estudos posteriores sobre a presença das tecnologias emergentes na escola: o uso do *notebook*,

¹³ O projeto Professor Conectado é uma das ações que compõem o Plano Técnico Pedagógico de Tecnologia de Inclusão Digital. Todas elas visam a fortalecer o título de Cidade Digital conquistado pelo município de Anápolis, via Programa Cidade Digital. O projeto objetivou munir todos os professores regentes [e efetivados] da Secretaria Municipal de Educação de Anápolis-GO – com computadores portáteis (*notebooks*) e dispositivos de conexão (modem) à internet.

também dispositivo móvel, deve atender apenas às demandas burocráticas e avaliativas da gestão da instituição?

As observações seguiram o cronograma de aulas de cada escola, e todas foram realizadas no turno matutino. Antes da realização da primeira observação em sala de aula, cabe anotar que as gestoras de cada escola sempre nos apresentavam ao grupo de docentes, e a mim cabia a explicação dos objetivos da pesquisa. A reação dos docentes foi bem semelhante nas duas escolas de Ensino Médio, com euforia e declarações como: “Você vai ver nosso sofrimento” (Escola Municipal A, PR nº 1); “Você vai ver nosso tormento!” (Escola Estadual A, PR nº 3); “Ah! O celular é um problema!” (Escola Estadual B, PR nº 5). Foram depoimentos e reações que já indicavam o uso do celular em sala de aula e a existência de uma relação de conflito que esse uso desencadeava.

Realizei um rodízio das observações. Assistia da primeira até a terceira aula, antes do sinal do recreio, em uma turma, e depois do recreio, mudava de turma. Isso ocorreu nas duas escolas de Ensino Médio. No fim de cada semana de observação é que eu e as bolsistas de Iniciação Científica nos identificávamos para os alunos como pesquisadoras e qual o tema do estudo. Até então, éramos apresentadas pela coordenação da escola como pesquisadoras da Universidade Estadual de Goiás, mas sem identificação do objeto da pesquisa. Durante a aplicação do questionário, explicávamos sobre a pesquisa e solicitávamos a colaboração dos estudantes para que o respondessem. O questionário foi impresso e era composto por cinco questões objetivas e duas subjetivas, e teve finalidade de identificar: a posse do celular, a idade que o aluno tinha quando da obtenção do primeiro aparelho, as principais funcionalidades utilizadas, se os estudantes consideram-no ou não fator de distração e a opinião deles sobre a proibição de seu uso na escola. Foram aplicadas para todas as séries finais do Ensino Fundamental e para todas as turmas de 1º e 2º anos do Ensino Médio, de cada uma das quatro escolas. Portanto, o questionário contemplou turmas observadas e não observadas.

Lüdke e André (1986) consideram que novos aspectos podem ser detectados, novos elementos ou dimensões podem ser acrescentados, à medida que o estudo se desenvolve. Por isso, o pesquisador precisa manter-se atento a novas respostas e novas indagações no desenvolvimento de seu trabalho. E outras perguntas surgiram diante do contexto observado: quantos são os professores do Ensino Básico com sólida formação cultural e científica? Sem domínio do conteúdo ou com desvio de área, como exigir desse profissional a incorporação didática de qualquer tecnologia? Em quantas salas de aula o professor está? Em quantas escolas esse mesmo professor trabalha? Quem quer ser professor do Ensino Básico?

Quantos no Brasil são licenciados para esse fim, em cada disciplina exigida pelo atual currículo? Essa escola, com professores que não possuem formação na disciplina que ministram aulas têm condições de incorporar as mídias com intencionalidade pedagógica? Sem uma política séria de valorização e prestígio da profissão, é possível vislumbrar alguma mudança na qualidade da educação pública do país?

Por vezes, a realidade observada fez-me refletir sobre a história da educação formal pública no Brasil e sua desvalorização, que também é histórica; sobre os objetivos e funções da escola pública; sobre a formação de professores e a falta de interesse dos jovens nessa profissão. No exercício de observar e descrever o dia a dia das quatro escolas pesquisadas, notei fragilidades de diversas ordens: carências na infraestrutura arquitetônica; absenteísmo do quadro docente; dupla ou tripla jornada de alguns professores; rígidos procedimentos burocráticos; avaliações preestabelecidas pelos governos estadual e federal; didática centrada no copiar do quadro branco ou de giz para o caderno; foco exclusivo na necessidade de aprender para passar nas provas do colégio, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou no vestibular; valorização da memória para passar de ano ou nas diversas avaliações; carência cultural e científica de alguns dos profissionais; influências de crenças religiosas no agir pedagógico docente.

Para Lüdke e André (1986), a compreensão de uma instância singular significa que o objeto estudado é uma representação singular da realidade, que é multidimensional e historicamente situada. Portanto, afirmam as autoras, “para compreender melhor a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas devem ser relacionadas à situação específica na qual ocorrem ou à problemática determinada a que estão ligadas” (p. 20). Estuda-se algo que está inserido em um contexto, em sua situação natural, focalizando a realidade de forma complexa e contextualizada; desse modo, os usos do celular no contexto escolar passam também pela compreensão da escola pública, do seu papel, dos seus objetivos, de sua desvalorização, da demanda dos poderes econômicos e políticos e das legislações que atestam uma relativa autonomia à equipe gestora da escola. A partir desse entendimento e da sistematização dos dados encontrados, três categorias de análise emergiram: o contexto escolar, a legislação e o dispositivo móvel. Essas categorias “implicam constante ida e volta do material de análise à teoria” (FRANCO, 2007, p. 61) e nesse ínterim ajudaram na compreensão e interpretação de uma tecnologia emergente, proibida e usada no ambiente escolar.

1. O contexto escolar

Na execução desta pesquisa, questões vinculadas à ação dos docentes e à administração da escola se destacaram, tanto no processo de observação quanto nos relatos espontâneos e nas justificativas dos estudantes ao responderem o questionário. No que diz respeito à escola, serão enfocados: a) a administração e o controle do uso do celular dentro da instituição; b) o local de armazenamento dos aparelhos confiscados; c) os casos de sumiços e furtos de dispositivos móveis na escola. Quanto à ação dos docentes, serão aqui descritos e analisados: a) o absenteísmo; b) a personalidade e a profissionalidade; c) o controle sobre o planejamento de aula.

Os deveres da escola que envolvem a sua administração, passam pelo controle sobre o que os estudantes fazem no período que estão sob sua tutela, o que às vezes exige que dê satisfações aos pais, por exemplo, nos casos de furtos tecnologia de alto custo. A preservação da imagem da instituição pode ser comprometida caso haja, nos períodos em que recebe os estudantes, produção e compartilhamento, via dispositivos móveis, de vídeos e fotos sobre organização de brigas, exploração da sexualidade ou outras questões que possam gerar algum tipo de desgaste para a direção.

Essa categoria - contexto escolar - envolve também as condições contextuais que foram observadas em relação à formação de professores, contemplando a sua presença ou ausência do na sala de aula, o planejamento da aula e a sua capacidade de intervenção diante de uma situação concreta que ocorre em sua sala de aula, apesar da existência leis proibitivas.

O questionário aplicado aos estudantes (Apêndice 1), tinha como propósito de identificar a posse do telefone celular pelos estudantes, a idade de obtenção do primeiro aparelho, os usos que fazem dele, a opinião que têm sobre a proibição desses dispositivos na sala de aula e se consideram o aparelho como fator de distração. Esses elementos quantitativos complementam a pesquisa de natureza qualitativa. O mesmo questionário foi aplicado em todas as escolas e a todos os alunos das 6^a, 7^a e 8^a séries do Ensino Fundamental e dos 1^o e 2^o anos do Ensino Médio, o que inclui turmas observadas e não observadas. Não foi solicitada identificação dos respondentes, e o roteiro foi composto por cinco perguntas fechadas e duas abertas.

A primeira pergunta fechada questionava a posse de um aparelho celular ou *smartphone*. Com a sofisticação tecnológica que os aparelhos celulares adquiriram, convencionou-se denominar *smartphone* (telefone inteligente) os aparelhos que permitem conexão com a Internet, por meio de rede sem fio ou rede de dados móvel, e que podem ter

novas aplicações instaladas, de acordo com o interesse de cada usuário. Cada empresa de telefonia criou seu próprio espaço de acesso a essas novas aplicações, ou simplesmente aplicativos, os quais chamaram de loja. Por exemplo, aparelhos da Nokia podem baixar aplicativos pela OVI e os da Samsung, pela Samsung App. As empresas de sistema operacional também desenvolveram suas lojas, tais como a Apple, que criou a Apple Store, e o Google, que desenvolveu o Google Play. Essas lojas são espaços virtuais nos quais o usuário pode comprar ou baixar gratuitamente uma infinidade de aplicativos e instalá-los em seus dispositivos móveis, de acordo com a capacidade de memória do aparelho. A intenção ao indagar: “Você tem celular ou *smartphone*?” estava em identificar tanto a posse de um quanto do outro, uma vez que, para atingir os objetivos desta pesquisa, o importante é verificar os usos que os sujeitos fazem de seus dispositivos móveis quando estão na escola, quaisquer que sejam eles. Na perspectiva de Costa (2011), em breve não haverá mais a distinção entre celulares convencionais e *smartphones*, um dos fatores está no barateamento dos custos de produção.

A segunda pergunta fechada teve a intenção de conhecer a idade de obtenção do primeiro celular, e a terceira tratava da marca e modelo do celular atual. Cada marca e modelo podem oferecer características diferentes, por exemplo, em relação à capacidade de armazenamento e memória. No Ensino Médio, os estudantes indicaram 13 marcas e modelos diferentes, sendo que as quatro mais citadas foram: Samsung, citada por 315 alunos (47%); LG, por 105 (16%); Nokia, por 88 (13%); e Iphone, por 21 (3%). No Ensino Fundamental, dez marcas foram citadas por aqueles que disseram possuir celular ou *smartphone* e as quatro mais mencionadas foram: Samsung, por 146 (41%); Nokia, por 65 (18%); LG, por 32 (9%); e Motorola, por 23 (6%).

A questão número quatro objetivou identificar o acesso à Internet por dispositivo móvel. Para isso, procurou-se quantificar os celulares pré-pagos e pós-pagos e se o plano permitia acesso à Internet por rede móvel (3G) ou por rede sem fio (*Wi-Fi*). O aparelho celular pode ser pré-pago e ter conexão apenas por rede móvel ou pode ser pré-pago e permitir conexão tanto por 3G quanto por *Wi-Fi*. Em geral, todos os celulares e *smartphones* pós-pagos podem acessar a Internet tanto por 3G quanto por *Wi-Fi*. Despertou-me a atenção, durante a aplicação do questionário, o questionamento dos estudantes dos dois níveis de ensino sobre a diferença entre pré e pós-pago. Eles não apresentaram dúvidas na diferenciação entre celular e *smartphone* e entre 3G e *Wi-Fi*, mas foi recorrente a pergunta sobre o que seria pré e pós-pago. Até mesmo as professoras que estiveram presentes nas salas de aula durante a aplicação do questionário se espantaram com essa dúvida.

O total do universo pesquisado foi de 1.022 estudantes de Ensino Fundamental e Médio, e deles 954 (93%) disseram possuir um aparelho celular ou *smartphone*, sendo que 461 alunos (48%) têm um aparelho da marca Samsung. A maioria tem linha pré-paga, isto é, 773 estudantes (81%) e 79 (8%) possuem linha pós-paga. Quanto ao acesso à Internet, 248 (26%) dos estudantes utilizam rede sem fio, enquanto 213 (22%) acessam por 3G e 269 (28%) afirmaram ter conexão tanto por rede móvel quanto por rede sem fio. Ressalta-se que a linha pré-paga também pode acessar a Internet por 3G.

Tabela 1 - Consolidação numérica da posse, linha e acesso à Internet entre os 1.022 estudantes pesquisados

	Nº DE ESTUDANTES	%
POSSE CELULAR	954	93%
MARCA MAIS CITADA (SAMSUNG)	461	48%
PRÉ-PAGO	773	81%
PÓS-PAGO	79	8%
3G	231	22%
Wi-Fi	248	26%
3G E Wi-Fi	269	28%

Fonte: Elaborada pela autora, a partir das observações em campo (2013).

A questão número 5 era de múltipla escolha e solicitava a indicação dos recursos mais utilizados no celular. A questão 6 era aberta e questionava sobre a opinião com justificativa sobre a consideração do celular distrair ou não das aulas. O resultado dessas questões serão apresentados ao longo desse capítulo.

A questão 7 do questionário indagava: “Qual a sua opinião sobre a proibição dos celulares na sala de aula?” No Ensino Médio, a maioria dos estudantes (51%) não concorda com a proibição, enquanto no Ensino Fundamental, 43% dos respondentes concordam. No entanto, uma porcentagem significativa dos respondentes das quatro escolas, ou seja, 20% dos alunos de Ensino Médio e 14% dos alunos de Ensino Fundamental, responderam que concordam e discordam simultaneamente com a proibição dos celulares na escola. Essa não era uma opção do questionário, tendo sido acrescentada pelos respondentes. O questionário oferecia um espaço para as respostas das questões de número 6 e 7. As justificativas dos respondentes dessa questão foram agrupadas por similitude. Como era uma questão aberta, as respostas foram de acordo com o pensamento de cada respondente. Entretanto, alguns dizeres se repetiam, quase com a mesma redação e por isso foi possível agrupá-las, como se verá nas tabelas que serão apresentadas ao longo deste capítulo.

Ao tabular essas justificativas, optei por enumerá-las em sequência, por turma e por escola, uma vez que, conforme já mencionado, o questionário não solicitou identificação do nome do respondente. Dessa forma, tenho uma pasta para cada escola, separadas por turmas, onde foram guardados os 1.022 questionários aplicados neste estudo. Assim, tenho a localização de quantos foram os respondentes e qual o conteúdo das respostas por escola, turma e numeração, que serão citados obedecendo à seguinte estrutura: (Questionário aplicado na Escola Estadual X, Yº ano, Respondente nº Z).

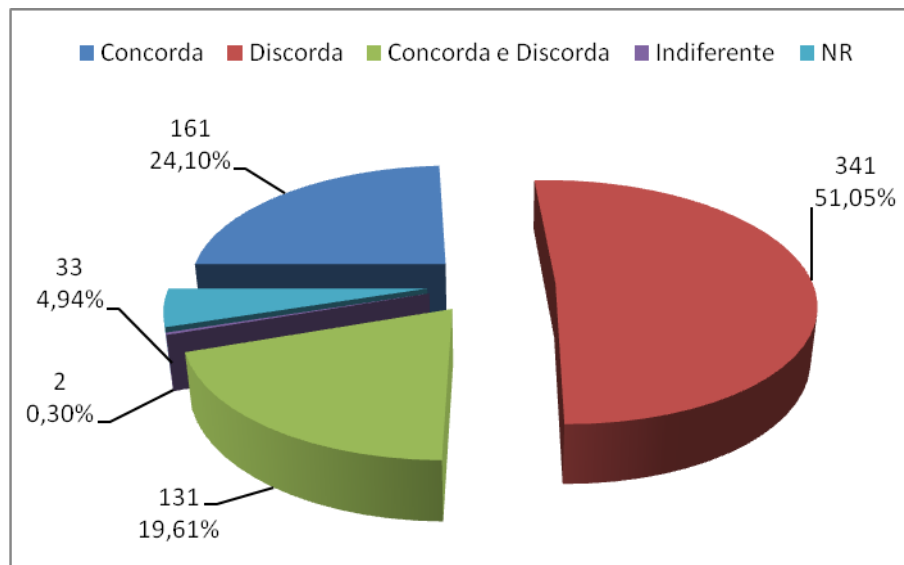


Figura 1 – Opinião dos estudantes do Ensino Médio sobre a proibição do uso do celular em sala de aula
Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário aplicado nas escolas (2013).

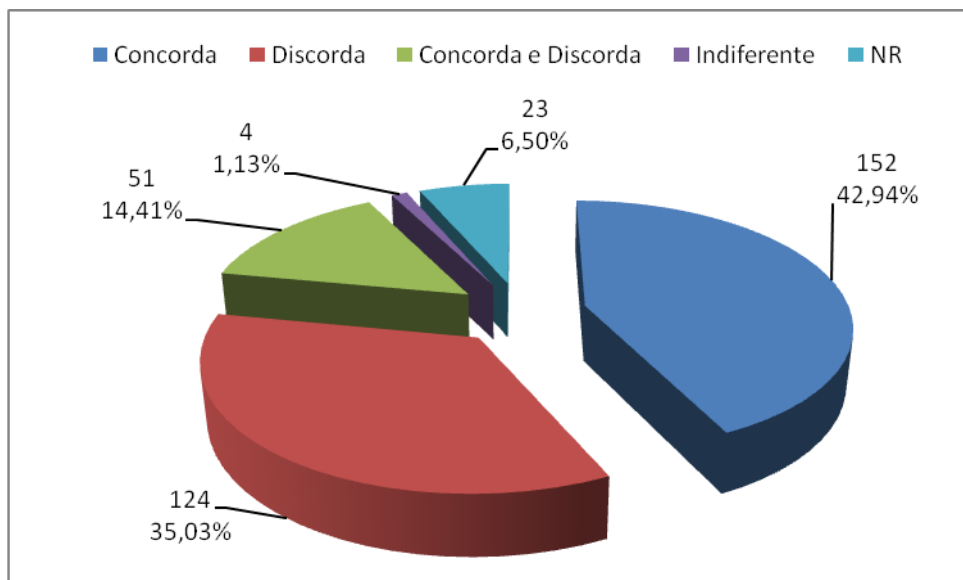


Figura 2 - Opinião dos alunos do Ensino Fundamental sobre a proibição do uso do celular em sala de aula
Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário aplicado nas escolas (2013).

No Ensino Médio, entre os 24% que responderam que concordam com a proibição do uso do celular em sala de aula, 42% justificaram tal afirmativa alegando que o dispositivo atrapalha a aula e dificulta o aprendizado. Para 30%, a proibição está correta, porque o horário de aula é para prestar atenção, e 12% concordam, porque o celular não é utilizado de maneira correta.

Tabela 2 – Justificativa dos estudantes de Ensino Médio sobre a concordância com a proibição dos celulares em sala de aula

CONCORDA, PORQUE...		
Atrapalha a aula e dificulta o aprendizado	67	41,61%
Horário de aula é para prestar atenção	48	29,81%
Não é utilizado de maneira correta	20	12,42%
Não justificou	14	8,70%
Evita dispersão/ notas baixas	9	5,59%
Aplicar o mesmo para professores	3	1,86%
Total	161	100%

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário aplicado nas escolas (2013).

No Ensino Fundamental, entre os 43% que responderam concordar com a proibição, 44% justificaram tal afirmativa porque julgam que o celular atrapalha a aula e dificulta o aprendizado. Para 13%, a proibição está correta, porque o horário de aula é para prestar atenção, e 9% concordam, porque o celular não é utilizado de maneira correta.

Tabela 3 – Justificativa dos estudantes de Ensino Fundamental sobre a concordância com a proibição dos celulares em sala de aula

CONCORDA, PORQUE...		
Atrapalha a aula e dificulta o aprendizado	67	41,88%
Não justificou	38	23,75%
Horário de aula é para prestar atenção	20	12,50%
Não é utilizado de maneira correta	14	8,75%
Pode ser roubado	9	5,63%
Se some um aparelho, a culpa cai na escola	6	3,75%
Evita dispersão/ notas baixas	6	3,75%
Total	160	100%

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário aplicado nas escolas (2013).

Em sala de aula, verifiquei ações de burla à proibição, tais como: retirar o celular do bolso da calça, do casaco de frio, da mochila ou da bolsinha de lápis e caneta; tentar um disfarce com os braços, ou entre as pernas, levantando uma capa do caderno, dividindo o espaço da mesa entre o caderno e a mochila; colocar o dispositivo móvel no bolso pequeno da

mochila, ou simplesmente mantendo o aparelho em cima da mesa. Observei estudantes que copiavam a matéria do quadro ao mesmo tempo em que mexiam em seus celulares. Algumas vezes, quando o professor se ausentava da sala de aula, alunos aproveitavam para tirar fotos, gravar vídeos ou compartilhar os fones de ouvido.

Também registrei alunos que fizeram uso de seus telefones celulares como auxiliares do processo de aprendizagem, por exemplo, com o uso da calculadora (Escola Estadual B, PR nº 9); para baixar livros solicitados pelos professores (Escola Estadual A, PR nº 4); para fotografar o conteúdo que estava escrito no quadro branco, em vez de copiá-lo no caderno (Escola Estadual A, PR nº 3). A foto do conteúdo do quadro branco poderá ser visualizada em qualquer hora e lugar que o estudante queira, e, fazendo isso, ele transformou o que ficaria registrado no caderno, que dificilmente carregará consigo aonde quer que vá, em um conteúdo móvel de contato permanente. Essa atitude lembrou-me a opinião de Moura (2010) sobre a mobilidade de o conteúdo ser um dos benefícios da aprendizagem móvel, ou *m-learning*.

Ao visualizar alguns alunos manuseando o celular, cada docente teve uma reação que lhe foi própria. Nas duas unidades escolares do Ensino Médio, observei professor que não falou nada, outros que simplesmente mandavam guardá-lo, enquanto alguns advertiam com ameaças do tipo:

–Vou encaminhar quem eu pegar no celular para a sala da diretora. (Escola Estadual A, PR nº 1)

– Guarda isso aí, senão você irá ficar sem ele!
(Escola Estadual B, PR nº 9)

–Já falei que não quero ver celular em sala de aula, vou tirar nota. (Escola Estadual A, PR nº 2)

–Já falei que não quero ver isso na minha frente.
Guarda, porque senão vocês terão problemas.
(Escola Estadual A, PR nº 2)

– Guarda isso aí.
Até parece que vocês não conhecem o regimento da escola.
(Escola Estadual A, PR nº 4)

Na hora do recreio, nas oportunidades em que estive na sala dos professores, a presença do aparelho foi facilmente identificada. Alguns professores demonstraram curiosidades sobre aplicativos, enquanto outros declararam, em conversas informais, fazer uso apenas para ligações e SMS em momentos que julgavam ser adequados. Cabe mencionar que foi possível reparar professores navegando no *Facebook* enquanto tomavam café na sala dos

professores, atitude recorrente nas quatro escolas visitadas. A vice-diretora da Escola A estava sempre com seu celular no bolso traseiro da calça jeans. As diretoras das outras escolas não portavam seus aparelhos visivelmente, mas quando eu me direcionava para a sala delas, o celular estava ora na bolsa, ora em cima da mesa. Então, o uso do celular foi notado também por parte da equipe gestora e docente, o que demonstrou que o uso desse dispositivo móvel na escola não é realizado apenas pelos estudantes.

Na seção seguinte, estão descritas e analisadas as questões vinculadas ao exercício da docência.

a) Absenteísmo de professores

Na Escola Municipal C, de 20 aulas observadas, faltaram professores em sete. Eles foram substituídos pela coordenadora técnica, que passava alguma atividade do livro da disciplina correspondente à matéria do professor, por exemplo, na aula de Matemática, exercícios do livro da disciplina. Durante a ausência dos professores e da coordenadora técnica na sala de aula, o uso do celular, dos tocadores de mp3 e dos fones de ouvido foi observado com frequência. Com a coordenadora técnica em sala, os estudantes ficavam em silêncio e não foi observado o uso de qualquer dispositivo móvel (Escola Municipal C, Diário de Campo, PR nº 10, nº 11, nº 12 e nº 13).

Na Escola Estadual A, na ausência do professor que daria a sexta aula, a representante da turma ficou responsável por distribuir uma folha que continha exercícios para serem resolvidos em classe. Enquanto a representante distribuía a folha, seis estudantes se agruparam e arrumaram quatro carteiras, que se transformaram em uma mesa que serviu de apoio para um jogo de baralho. Do outro lado, algumas meninas se agruparam, após retirarem seus dispositivos móveis das bolsas e mochilas, e ficaram em pé conversando. Poucos permaneceram sentados. Perguntei para um garoto qual seria a aula, e ele respondeu que seria de Artes, mostrando-me a folha com a tarefa, que era sobre arte rupestre (Escola Estadual A, PR nº 2). Em outra observação, nessa mesma escola, o professor de Física informou para a turma de 1º ano que não poderia ficar, porque tinha sido convocado, de última hora, para acompanhar os estudantes dos 3º anos até a Universidade Federal de Goiás, em Goiânia. Passou um exercício do livro e solicitou que eles realizassem em sala. Poucos alunos concentraram-se nessa atividade, pois a turma tornou-se dispersa (Escola Estadual A, PR nº 3).

Na Escola Estadual B, chamou-me a atenção o depoimento do professor de Educação Física, que, em atitude de justificativa, se direcionou a mim para explicar que, por causa da ausência de dois professores, ele fora convocado para passar atividade, no mesmo horário, para o 1º A, o 2º A e o 3º B. Enquanto os alunos do 3º B jogavam futebol na quadra descoberta, os do 2º A teriam ficado com uma atividade escrita em sala de aula e os do 1º A dispersavam-se andando, conversando e mexendo em seus celulares pela escola. O professor de Educação Física lembrou-lhes que o uso do celular era proibido e que se alguém continuasse a mexer no aparelho seria advertido. Após dar esse aviso, saiu em direção à sala de aula do 2º A.

Alguns estudantes ficavam em pé, debruçados na mureta que circunda a quadra, alguns apenas conversando, muitos com os celulares em mãos, outros dividindo o fone de ouvido. Ainda nessa mesma escola, os alunos não tinham uniformes específicos para a prática de atividade física, que ocorria com as garotas usando sandálias, ou mesmo saias. O mato tomava conta da quadra descoberta (Escola Estadual B, PR nº 5).

b) Pessoaalidade e profissionalidade docente

Em conversas informais com os docentes, obtive depoimentos de professores que desconsideram a possibilidade de uso intencional do celular em sala de aula e outros que a consideram, mas temem a Lei. Na Escola Estadual B, o professor de Matemática relatou que, por iniciativa própria, estava fazendo um curso oferecido pela editora de livros FTD, de aplicativos de matemática para *tablets*. Disse que planejar aulas utilizando esses recursos tecnológicos representa muito mais trabalho para os professores, mas acredita que proporcionará maior satisfação também: “É o mundo deles, né?” (Escola Estadual B, PR nº 9). Outro relato espontâneo foi o da professora de Inglês da Escola Municipal C, que vislumbrava uma utilização intencional do celular em sala de aula, mas não planejava colocar em prática por temer a legislação e a reação dos colegas. Ela disse que “um bom uso do celular seria o uso do tradutor, tanto utilizando por meio da Internet como através do aplicativo que já vem instalado em alguns aparelhos” (Escola Municipal C, DC, relato espontâneo da professora de Inglês do 8º ano). Já a professora de Biologia da Escola Estadual A perguntou-me se eu poderia ensiná-la a trabalhar pedagogicamente o celular em sala de aula (Escola Estadual A, DC, relato espontâneo da professora de Biologia do 1º ano).

A professora de Português da Escola Estadual A declarou ter celular e utilizá-lo apenas para realizar ligações telefônicas: “Eu não gosto e não tenho tempo” (Escola Estadual

A, PR nº 2). Na opinião de outra professora da Escola A, que declarou também não gostar de celular, as tecnologias deveriam evoluir para um sistema que bloqueasse o sinal de celular próximo das escolas, como nos presídios. Lembrei-a de que os presidiários também usam os celulares dentro do presídio, ao que ela retrucou: “Mas tem que ter alguma forma de coibir os usos dos celulares na escola”. Ouvindo nossa conversa, a vice-diretora disse: “Mas na igreja também está assim. Todo mundo leva, ninguém desliga!” (Escola Estadual A, PR nº 4).

Considerando o que diz Nóvoa (2009, p. 38), que afirma que “o professor é a pessoa, a pessoa é o professor”, podemos inferir que, se o docente não se interessa por tecnologias, não usa celular ou usa-o somente para fazer ligação telefônica, é natural que o entendimento e a reação dele partam de sua personalidade. No entendimento de Nóvoa (2009), no ensino, as dimensões profissionais cruzam-se sempre, inevitavelmente, com as dimensões pessoais. A profissão docente não se esgota em matrizes científicas ou mesmo pedagógicas, pois no corpo a corpo diário a que os professores estão submetidos, é necessário compreender também a dimensão humana e relacional do ensino. “É impossível separar as dimensões pessoais e profissionais”, pontua (p. 38). As dimensões para o exercício de um bom trabalho docente possuem um sentido cultural, numa profissionalidade docente que se constrói no interior de uma personalidade do professor. Então, a reação do professor diante do uso do celular em sala de aula será baseada também em suas considerações pessoais sobre os dispositivos móveis. Acrescentaria ainda as considerações pessoais entre o cumprimento da legislação e as situações em sala de aula.

Nas turmas observadas, nenhum docente usou seu próprio celular em sala de aula. O único dispositivo móvel que observei sendo utilizando pelas professoras foi o *notebook* do Projeto Professor Conectado, na Escola Municipal D. Não sei se algo os inibia, como a presença de uma pesquisadora na sala, ou se o pouco uso é mesmo rotina. Entretanto, na resposta sobre a proibição dos celulares na sala de aula, 3% dos estudantes de Ensino Médio disseram concordar com ela, desde que fosse aplicada também aos professores. E 5% dos respondentes do Ensino Médio e 4% dos estudantes do Ensino Fundamental afirmaram que os professores também fazem uso de seus celulares em sala de aula e por essa razão não concordavam com a proibição. Já entre os que declararam concomitância entre concordar e discordar com a proibição porque os professores também usam celular, os percentuais foram de 3% para Ensino Médio e 2% para Ensino Fundamental. Embora sejam percentuais pequenos, são reveladores de que já ocorreu de o professor usar o celular em sala de aula.

Suponho que minha presença determinou mudanças de atitudes de alguns docentes, pois percebi que, comigo em sala de aula, os professores não recolhiam os celulares, mas no

fim do período, quando visitava as salas das diretoras, encontrava celulares confiscados das turmas em que eu estivera presente. Apenas uma única vez, na aula de uma professora da Escola B de Ensino Médio, vi um aluno ter o celular confiscado.

No Anexo 4 está o registro fotográfico dos celulares que foram apreendidos em uma manhã em que eu estive presente na escola, onde assisti seis aulas em duas turmas de 1º ano. Foram entregues quatro celulares confiscados das turmas de 1º ano, nenhum na minha presença. Esses celulares foram-me mostrados pela vice-diretora, no fim do período de observações. Solicitei à diretora que me deixasse fotografá-los e ela me direcionou para sua sala, abriu a gaveta de sua escrivaninha e contamos 14 celulares de diferentes marcas e modelos. Perguntei o que ela fazia com esses aparelhos e ela respondeu que não mexe neles, apenas deixa-os guardados esperando os pais ou responsáveis irem buscar. “Às vezes, deixo os meninos retirarem os chips, mas o aparelho eu só entrego para o pai, a mãe ou o responsável” (Escola Estadual A, PR nº 1).

Dos 14 aparelhos recolhidos, dois estavam na gaveta da diretora há um ano. Esse fato vale uma reflexão sobre os chips e os cartões de memória também serem portáteis, móveis e com potencial de trocar informações armazenadas entre máquinas. Se o estudante retirar o microchip, onde ficam armazenados seus contatos telefônicos e o cartão de memória do celular, ele leva consigo grande parte de seus registros e poderá utilizá-los em outro aparelho. As memórias, também móveis, permitem levar toda a biblioteca pessoal e ter acesso imediato a ela em outros dispositivos. Ou seja, as informações ali gravadas podem ser repassadas para diversos dispositivos, como *netbooks*, tocadores de mp3 e outros aparelhos de telefone celular. Então, se o aparelho for barato, dificilmente o estudante contará para os pais que o celular foi apreendido pela escola ou retornará à sala da diretora para buscá-lo.

Outro exemplo de indicativo de mudança da postura docente diante de minha presença foi durante observação de aula da professora de História da Escola B. Após uma explicação oral do conteúdo, a professora começou a passar um esquema do que havia dito no quadro e ouvi duas alunas comentando:

- Desde quando ela explica e escreve no quadro?
- Acho que é a primeira vez que ela está fazendo isso!
(Escola Estadual B, PR nº 8)

Outra situação em que essa percepção encontra eco foi durante a aula de Português no 1º ano do Ensino Médio, também na Escola B. A professora entrou na sala, disse que iria corrigir os exercícios, mas foi alertada por uma aluna de que ela já havia realizado a correção

naquela turma. Então, a professora disse que iria passar matéria nova no quadro e que era para todo mundo copiar. Ao começar a passar a matéria sobre “O que é semântica”, em certo momento ela olhou para trás e percebeu um aluno mexendo no celular dele. Sem falar nada, ela foi até a sua carteira, pegou o celular e o guardou numa caixinha de sapatos que ela havia levado consigo. Alguns alunos sorriram, e a professora voltou a preencher o quadro com matéria; os alunos silenciaram e começaram a copiá-la. O menino que teve o celular confiscado ficou desolado. Levantou da carteira e foi até à professora, que estava em pé, de frente para o quadro, e tentou argumentar que aquela tinha sido a primeira vez que ela o viu mexer no celular. Ela responde que não, que toda aula era a mesma coisa, e se ele quisesse o aparelho de volta teria que buscá-lo com a vice-diretora. O garoto retornou para a carteira, bravo, e deu um murro no caderno. Quando bateu o sino para a mudança de professores e depois que a professora saiu da sala, ele disse: “Vadia”. Três colegas aproximaram-se dele, que lhes solicitou que emprestassem um celular para ele ligar para a mãe. Ele liga, conta que a professora “tomou” o celular dele e pede para a mãe ligar para a vice-diretora.

No intervalo de recreio, direcionei-me para a sala dos professores, onde o assunto girava em torno do comportamento de um aluno do 2º ano. A vice-diretora explicava aos professores que reclamavam do estudante, que já havia chamado a mãe do garoto para conversar e que havia ouvido a seguinte resposta: “Jesus irá abençoar meu filho e ele vai mudar!” Os professores dispararam a sorrir e começaram a fazer piadas. A vice-diretora contou outro caso, em que ouviu de outra mãe que ela não sabia mais o que fazer com o filho. “Se a senhora não sabe o que fazer com seu filho, eu vou saber?”, foi a resposta que ela disse ter dado à mãe.

Nesse momento, a professora de Português chegou à sala, não me viu e começou a falar:

- Tive que tomar o celular do Eduardo com aquela menina fazendo observação na minha aula.
- Tive que dar uma bronca, mas falei baixinho para ela não ouvir.
- Olha ela ali, alertou a vice-diretora
- Você ouviu? indaga a professora
- Sim, ouvi, respondi.
- Nós temos um combinado. Eles não podem usar o celular, fone de ouvido ou boné na minha aula.
- Ou eles deixam na mochila ou na caixa que eu sempre levo.
- A mãe dele já me ligou, disse a vice-diretora.

(Escola Estadual B, PR n º8)

Esse fato revelou: a tomada de um dispositivo móvel por um docente; a relação de conflito que se estabelece com essa ação; a tentativa da professora de dissimular uma prática (tomar os celulares dos estudantes) diante de minha presença; e a importância dos pais na interação entre o grupo social que convive na escola.

c) *Controle sobre o planejamento de aula*

A professora de Redação entrou na sala de aula, no seu horário, já dando uma bronca: “Soube que vocês baixaram, em seus celulares e *tablets*, o livro. Mas isso é pra fazer em casa. Aqui, eu já falei que é pro celular ficar guardado”. Segue a aula. Num determinado momento, um aluno levanta para mostrar uma mensagem que um colega passou para ele por celular e vai até a professora, que está em pé, de frente para toda a sala. A professora ficou estarecida e escreveu a mensagem no quadro branco “*Ou hamanha nois vai par o soopenhe?*” Ao terminar de escrever, ficou de frente para a turma e deu outra bronca nos estudantes, dizendo que eles sabem que é proibido o uso do celular em sala de aula. Ao concluir essa fala, os alunos começaram em coro a dizer o nº da Lei Estadual¹⁴ que proíbe o uso de celular, em voz alta, com atitude de zombaria. A professora nada disse a esse respeito, mas enfatizou que já havia trabalhado com eles a linguagem da Internet, mas que aquela frase não se aplicava nem ao “*internetês*” e continuou a correção oral da lista de exercício, realizou a chamada e passou de mesa em mesa para vistar os cadernos (Escola Estadual A, PR nº 4).

Várias questões despontam desse exemplo, mas, dentro dessa categoria – contexto escolar –, quero refletir sobre a capacidade do professor em lidar com os usos de uma tecnologia presente na escola, apesar de proibida. De um lado, estão sujeitos adolescentes que aceitam e fazem uso cotidiano de leitura e escrita por meio de seus celulares ou telas móveis; de outro, sujeitos docentes que podem até fazer uso do celular, mas não o consideram, por força de lei, por desconhecimento ou por sua personalidade, capaz de mobilizar o ensino e a aprendizagem.

A intervenção da professora poderia ter sido uma atitude instigadora da inquietação do estudante com a mensagem mal redigida. Além de toda a construção da oração, que merecia ser corrigida, que palavra é esta: *soopenhe*? Ela poderia ter provocado uma discussão sobre a importância de escrever para ser compreendido até mesmo por mensagem de celular, mobilizando dessa forma os usos cotidianos de escrita em tela para a aprendizagem formal da

¹⁴ Lei nº 16.993, de 10 de maio de 2010, que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular na sala de aula das escolas da rede pública estadual de ensino de Goiás.

língua portuguesa e até mesmo dos estrangeirismos, pois o aluno quis dizer “shopping”. Nesse caso, o foco do aprendizado não estaria somente na tecnologia presente em sala de aula, mas também no contexto de uso e no impacto da forma da escrita e da leitura realizada por quem recebeu uma mensagem mal redigida, valorizando o uso correto da língua. numa situação real de necessidade de ser compreendido pelo outro. por meio da escrita na tela. Entretanto, a intervenção da docente se limitou à proibição do dispositivo, e não à oportunidade de aprendizagem.

A situação descrita apresentava-se como uma boa oportunidade de diálogo e orientação sobre linguagem, forma, conteúdo e hora de envio das mensagens que os estudantes trocam por meio de seus celulares. Ler e escrever por meio de pequenas telas não torna a leitura e a escrita menos válida. As práticas de leitura e escrita que o celular oferece podem ser integradas ao letramento digital ou aos letramentos múltiplos (ROJO, 2010). Uma vez que a professora mencionou já ter trabalhado a linguagem da Internet, ela poderia ter trabalhado a linguagem das mensagens instantâneas, o formato, o conteúdo e o momento ideal de troca.

Novas tecnologias digitais da informação e da comunicação tomaram conta de nossas vidas, não somente pelos computadores, mas também pelos celulares, televisores etc., mantendo-nos permanente e globalmente conectados, num mundo de informação e comunicação rápidas que alteram as barreiras de espaço e de tempo. Mais que isso, essas tecnologias tornaram-se as ferramentas e as formas principais do trabalho em nossas sociedades urbanas contemporâneas. (ROJO, 2009, p. 28)

Essa autora defende o conceito de multiletramentos, que contempla a multiplicidade de linguagens e mídias nos textos contemporâneos, a multiplicidade de práticas de letramento que circulam em diferentes esferas da sociedade e a multiculturalidade e diversidade cultural. Neste sentido, o jovem que se comunica por aplicativos de mensagens instantâneas estaria obedecendo às condições específicas de circulação da língua em uma esfera de comunicação. Por força da convergência de mídias que integram também os aparelhos celulares, a linguagem escrita misturou-se com outras formas de linguagem, tais como a imagem estática (desenho, grafismos, fotografias), os sons (linguagem falada, música) e a imagem em movimento (os vídeos).

Essa combinação de linguagens modificou a configuração dos textos e, conseqüentemente, a forma de ler e escrever. “Hoje, é preciso tratar da hipertextualidade e das relações entre as diversas linguagens misturadas nos textos” (ROJO, 2009, p. 29). Os letramentos na atual sociedade urbana, diz a autora, sofisticaram-se, passando a exigir novas competências e capacidades de tratamento dos textos e das informações. Para ela, tornou-se

mais difícil responder às questões sobre o que os jovens precisam aprender na contemporaneidade ou quais práticas letradas os docentes podem encaminhar na sala de aula, pois é preciso considerar a multiplicidade e a diversidade das práticas letradas nas sociedades urbanas contemporâneas e “os letramentos escolares não acompanharam essas mudanças e permanecem arraigados em práticas cristalizadas, criando insuficiências” (p. 23).

Caberia à escola, como agência de letramento patrimonial e cosmopolita, abordar os produtos culturais letrados com os quais alunos, professores e diretores estiverem envolvidos. Para Rojo (2009), o papel da escola na contemporaneidade é o de colocar em diálogo – não isento de conflitos – os textos, enunciados, discursos das diversas culturas locais, das diferentes formas de uso das linguagens (verbal, corporal, plástica, musical, gráfica) e das línguas, desenvolvendo nos estudantes, “competências básicas para o trato com as línguas, as linguagens, as mídias e as múltiplas práticas letradas, de maneira crítica, ética, democrática e protagonista” (p. 119).

Os aplicativos de mensagens instantâneas e a comunicação gerada por meio deles fazem parte da diversidade de materiais disponíveis hoje na cultura letrada, assim como baixar o livro solicitado, na loja de aplicativos de seu dispositivo móvel, ainda em sala de aula, para ler na tela e não mais no papel, mesmo que essa atitude não tenha sido prevista pelo professor. Não se trata aqui de fazer uma substituição do papel pelo digital. O que se quer discutir é a compreensão geral que o professor tem de aproveitar situações reais, acontecimentos em sala de aula e aproveitá-los, em momentos previstos ou não, com o intuito de enriquecer a prática pedagógica a partir de aplicações reais do conteúdo científico. Trata-se de usar tais elementos justamente para envolver o aluno, despertar seu desejo pelo conhecimento e ajudá-lo a enxergar suas aplicações.

Cafiero (2010) entende que ler é mais do que decodificar e que uma boa aula de leitura começaria com o acionamento ou mobilização de conhecimentos anteriores do leitor, valorizando-os. Segundo a autora, ler é atribuir sentidos. Entretanto, os sentidos não estão prontos no texto. Caberia ao professor contribuir para que seus estudantes criem boas estratégias para estabelecer relações necessárias ao aprendizado. Para isto, seria importante que, em sala de aula, o aluno fizesse perguntas, levantasse hipóteses, confrontasse interpretações.

Não adianta mandar o aluno ler dizendo-lhe: “Leia porque a informação está aí”. Muito menos adianta mandar abrir o livro didático e copiar o texto que lá está. Isso não é aula de leitura. A realização de cópia é mera atividade motora, não favorece o entendimento do texto. (CAFIERO, 2010, p. 86)

No caso anteriormente narrado, caberia à docente realizar a mediação para a aprendizagem de um dispositivo cujo uso é disseminado entre seus estudantes, mas ela ignorou essa prática cultural e as situações geradas a partir dela em sala de aula para cumprir a lei. Libâneo (2006) entende que o papel da escola é propiciar aos alunos aprendizagens sólidas e duradouras, mas que isso não ocorrerá se não for prestada atenção direta e intencional aos motivos e desejos dos alunos. “É na sala de aula, espaço de mediação cultural, que se pode fazer, professores e alunos juntos, a leitura crítica das informações e familiarizá-las na relação com as mídias e multimídias” (p. 43). Isso significa que a escola não deveria ser um lugar fechado. Na perspectiva do autor, a escola precisa ligar-se com o mundo, com a cultura paralela e social e com o mundo da comunicação e informação. “A escola é um espaço de síntese, ou seja, ela é o lugar de síntese entre a cultura experienciada e vivenciada pelos alunos nas mídias, na cidade, na rua, no cotidiano da cultura e cultura formal” (p. 37). Pelas observações realizadas, atrevo-me a dizer que a escola deveria ser um espaço de síntese, mas ainda não o é.

Na seção seguinte, serão descritas e analisadas as questões vinculadas à administração da instituição escolar.

d) Administração e controle escolar

O que observei sobre os usos do celular em sala de aula foi a seguinte dinâmica: o docente recolhe o celular do estudante e o encaminha para a diretora ou coordenadora pedagógica. Somente os pais ou responsáveis podem ir buscá-lo. Quando os pais vão à escola, eles ouvem da equipe gestora sobre a proibição e um alerta que da próxima vez ele será encaminhado para o ouvidor e agente do Juizado da Secretaria Municipal, e, no caso do Ensino Médio, encaminhado para o Conselho Tutelar ou Ministério Público.

A atitude de controle (ou tentativa de controle) sobre o que fazem os estudantes também foi percebida em outras situações, tais como: verificar se eles estão com uniforme por baixo do casaco de frio; checar se os alunos estão sentados em seus lugares, que foram antecipadamente definidos, no início do ano, no que as escolas denominaram de Mapa da Sala.¹⁵ Ainda, a ação do docente de caminhar de mesa em mesa para dar um visto no caderno, verificando se os alunos estavam copiando a matéria que havia sido redigida no quadro de giz ou branco.

¹⁵ Nas quatro escolas observadas, em cada classe tinha um aluno que era representante da turma e ficava responsável por verificar o mapeamento da sala, ou seja, se os estudantes estavam sentados em seus lugares previamente definidos.

Outro fato que demonstrou a necessidade de controle sobre o aluno está no depoimento da diretora da Escola Municipal C. Essa escola tem *Wi-Fi*, mas a senha não é liberada para os estudantes. Ao ser questionada, a diretora da escola respondeu-me: “Deus me livre, ninguém controla. A Lei não me ampara. A Lei institui e nos deixa sós”. Ela contou que entre seus estudantes, especialmente no turno noturno, existem traficantes e prostitutas e que ela se sente desamparada legalmente com algumas situações desagradáveis que acontecem na escola. (Escola Municipal C, DC, Relatório da primeira visita).

Essas foram algumas das situações notadas no contexto escolar, indicando que controlar os estudantes faz parte das incumbências da administração. Mas, se administrar uma escola significa controlar as ações do seu público, o que fazer diante de uma tecnologia de comunicação da qual não se tem controle sobre com quem as pessoas estão conversando ou trocando arquivos de áudio, vídeo e foto em tempo real? É possível controlar o fluxo de comunicação direta e pessoal que o celular permite?

O celular com internet móvel, uma ferramenta de comunicação que permite o contato constante e personalizado com outras pessoas, pode representar campo livre de compartilhamento de informações “não controláveis”. Alguns tipos de informações compartilhadas instantaneamente podem transformar-se em um tormento para os gestores das instituições de trabalho.

Para Santaella (2010), o que tem de novo na cultura móvel é a visibilidade de muitas das idiossincrasias – motoras, afetivas, emocionais, cognitivas dos usuários. Essa visibilidade, conforme Wolton (2006), é inversamente proporcional à capacidade individual de compreender as diferenças dos outros. A loucura, a violência, a desestrutura familiar, as questões de gênero e as diferenças de fé religiosa sempre existiram, só que agora, com a comunicação instantânea, móvel, de qualquer lugar, inclusive de dentro da escola, há a possibilidade do registro, do compartilhamento e da evidência imediata.

O esforço para compreender o outro, ou ao menos para coabitar com ele, torna-se quase inversamente proporcional à facilidade com que se trocam mensagens com ele. Na ponta dos canais e das redes, encontramos frequentemente a incompreensão, para não dizer a incomunicação. (WOLTON, 2006, p. 19)

Com o celular em mãos, é mais fácil registrar fatos e trocar mensagens, seja pelos aplicativos de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) SMS, *Bluetooth*, 3 G ou *Wi-Fi*. Os interesses de cada um, sejam eles bons ou maus, as loucuras, a violência, a má-fé, a não aceitação das diferenças dos outros, seja em relação à fé, aos conceitos políticos, ao gosto

musical, à crença religiosa, à sexualidade, seja à qualquer diferença podem ser destacados e compartilhados, mas nem sempre compreendidos ou aceitos. Nos dizeres de Santaella (2010), a caixa preta dos sentimentos humanos pode tornar-se pública. E tornando-se pública como controlar e responder pela imagem da instituição? Nas conversas com as quatro diretoras e vice-diretoras, as questões de comportamento sobressaíram ao discutir o uso do celular. A proibição ante ao uso do celular esteve ligada também à responsabilidade da gestão sobre o que ocorre no espaço formal público, quais repercussões certos conteúdos podem trazer para a imagem daquela instituição educativa e a satisfação que elas, gestoras, devem aos pais sobre o que fazem (alunos que praticam a ação comunicativa de compartilhar) e o que sofrem (alunos que são vítimas do conteúdo compartilhado) seus filhos quando sob a tutela da instituição.

e) Local de Armazenamento dos celulares confiscados

Os celulares confiscados representam também outro problema para as gestoras: onde guardá-los. Na Escola Estadual A, eles são guardados na gaveta de um dos armários da sala da vice-diretora ou no armário da sala da diretora. Na Escola Estadual B, os celulares confiscados são guardados na sala da gestão. Como houve um caso de arrombamento de armário para resgate dos aparelhos, a vice-diretora passou a levá-los para casa (Escola Estadual B; PR nº 5, relato espontâneo da vice-diretora).

f) Sumiços e Furtos

Furtos e sumiços de dispositivos móveis, como *tablets* e *smartphones*, foram relatados pelas diretoras e coordenadoras técnicas e pedagógicas das quatro escolas visitadas, ocorrências que geram cobranças dos pais para a equipe gestora. A coordenadora técnica da Escola Municipal C relatou que, na semana que antecedeu a minha observação na instituição, uma aluna havia levado para a escola um celular que veio do exterior, cujo valor era superior a R\$ 2.000,00, que foi furtado em horário escolar. Por isso, a equipe gestora estava reforçando ainda mais a proibição do uso do celular na escola. O sumiço do aparelho ocorreu numa terça-feira; na quinta-feira as coordenadoras foram avisadas; e na sexta-feira os pais da aluna foram à escola para procurar o aparelho por toda a parte da instituição e nada encontraram. Então, os gestores reforçaram aos pais sobre a existência da Lei Estadual nº 16.993, informando-lhes que os funcionários não conseguem ter controle da segurança da

escola e não se responsabilizam por perdas ou roubos (Escola Municipal C, DC, relato espontâneo da coordenadora técnica)

Ainda nessa escola, durante a observação da aula de Ciências, a coordenadora passou na sala distribuindo um panfleto de reforço sobre a proibição do uso do celular, com destaque para o fato de a escola não se responsabilizar por aparelhos que sejam perdidos ou roubados em suas dependências (Anexo 8). Avisou também que, se algum professor ou gestor encontrar alguém utilizando o celular ou portando algum aparelho eletrônico, eles serão retidos por três dias na secretaria até o responsável se apresentar. Caso não apareça o responsável, o aparelho será encaminhado para o juizado (Escola Municipal C; P. R. nº 11).

Na Escola de Ensino Médio A, na hora do recreio, a bedel colocava uma corda impedindo o acesso dos alunos do pátio às salas de aula. O registro fotográfico, realizado com meu celular, consta do Anexo 7. Questionada sobre o motivo da corda de isolamento, ela declarou: “São os sumiços de celulares e outros pequenos furtos. Outro dia sumiu um *tablet*, caríssimo” (Escola Estadual A, PR nº 1).

Na Escola de Ensino Fundamental D, registrei a conversa entre duas estudantes da 8ª série sobre o compartilhamento das fotos da festa da quadrilha em uma rede social da Internet, ao que uma delas complementa: “Roubaram meu celular, senão teria postado minhas fotos também” (Escola Municipal D, PR nº 15).

Roubo e furto também apareceram nas respostas dos estudantes ao questionário aplicado. A pergunta de número sete era aberta e indagava sobre a opinião do aluno sobre a proibição dos celulares na sala de aula e, em suas respostas, 4% dos estudantes de Ensino Fundamental justificaram a concordância com a lei em razão do sumiço de aparelhos e de a culpa recair sobre a escola e 6% disseram concordar com a proibição porque o aparelho pode sumir ou ser roubado na escola. Abaixo seguem algumas das justificativas dos estudantes da Escola Municipal C, cuja direção distribuiu o panfleto de reforço à proibição, em virtude dos sumiços de aparelhos que estavam ocorrendo na escola:

Certo. Assim evita que desapareça.
(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 6º ano, Respondente nº 3)

A opinião é que ficou melhor porque muitas vezes as pessoas perderam o seu celular.
(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 6º ano, Respondente nº 17)

Foi ótima ideia para melhorar o aprendizado, os roubos, as mensagens ou alguma coisa igual.
(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 6º ano, Respondente nº 25)

Concordo porque se some um celular a culpa cai na escola.

(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 6º ano, Respondente nº 31)

Acho regular pois podemos perde-lo na escola.

(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 6º ano, Respondente nº 53)

Acho bom. Assim evita os roubos.

(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 6º ano, Respondente nº 58)

Está certo porque nós podemos perder, ser roubado, ser recolhido e etc.

(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 6º ano, Respondente nº 59)

Eu acho que evita de roubar e acontecer várias outras coisas.

(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 6º ano, Respondente nº 77)

Bom porque os celulares podem ser roubados e muito mais.

(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 7º ano, Respondente nº 6)

Muito boa porque senão some o celular e fica na responsabilidade da escola e fica ruim.

(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 7º ano, Respondente nº 18)

Concordo pois na escola ele pode sumir, pode confiscar e além de proibido é errado.

(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 7º ano, Respondente nº 19)

Eu concordo porque se some algum celular a culpa cai na escola.

(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 7º ano, Respondente nº 60)

Esses comentários são expressivos, na medida em que os alunos reforçam a concordância com a lei, em virtude de uma situação que extrapola os muros da escola e que mereceria outra investigação sobre a causa dos roubos, furtos, sumiços e a atribuição de responsabilidades sobre essa ação quando ela ocorre na escola.

Nessa categoria foram descritos e analisados temas relacionados ao contexto da escola pública e que se destacaram durante o exercício da pesquisa. Para uma melhor compreensão, os temas foram divididos entre questões que se referem à ação dos docentes e à administração da escola. A cultura organizacional da escola e a que orienta a ação do docente são elementos que influenciam e são influenciadores das situações e contextos em que o celular é usado na escola.

2. Dispositivo móvel

Como apresentado no 1º Capítulo, entendo que o celular deve ser considerado tanto em suas dimensões técnicas quanto sociais e culturais, por isso, a preferência pelo termo dispositivo. Toschi (2011) considera que não é a materialidade que define um dispositivo, em especial o dispositivo comunicacional, e sim os processos variados que seu suporte permite que ocorram e os conteúdos que perpassam por ele. Dessa forma, nessa categoria, a preocupação esteve centrada em agrupar e descrever as ações observadas de usos e estratégias de uso que ocorreram ao longo dos três meses de observação nas escolas, e analisá-las junto com as respostas dos estudantes ao questionário, enfocando não apenas as funções técnicas dos celulares, mas também as relações que foram estabelecidas a partir dos usos, que ocorrem, conforme observado, de duas maneiras: usos permitidos e usos subterrâneos.

As estratégias de uso escondidas foram aqui denominadas subterrâneas porque, embora não sejam aceitas pela escola, elas ocorrem de forma oculta nos espaços da própria escola. Na justificativa para esses usos subterrâneos, destacaram-se dos dados coletados em campo: a necessidade dos estudantes de manter seus dispositivos sempre próximos de suas mãos, pois, ainda que estivessem desligados ou sem uso, precisavam estar visíveis; e a necessidade da presença do celular porque ele representa o contato direto com os familiares e uma sensação de segurança caso alguma coisa urgente ocorra.

2.1 Usos permitidos

Nas Escolas de Ensino Médio A e B, o uso do celular era permitido na entrada e na saída da escola e na hora do recreio, o mesmo ocorrendo na Escola de Ensino Fundamental C. Na Escola de Ensino Fundamental D não era permitido em momento algum.

A única aula observada em que o uso do celular foi permitido foi a de Educação Física. Na escola de Ensino Fundamental C, os professores permitiam o uso do aparelho celular na quadra de esportes, alegando ser uma boa maneira de os alunos poderem aproveitar os recursos do telefone móvel que portavam consigo. Alguns alunos utilizavam o celular para dançar, montar coreografias, cantar em grupos, enquanto outros ficavam sozinhos ouvindo músicas com fones de ouvido. Em todas as observações realizadas na quadra de esportes, os alunos estavam utilizando o aparelho. Não foi diferente nas escolas de Ensino Médio.

Na Escola A, os alunos tinham calça específica para atividade física e a maioria deles descia para a quadra de esportes com seus celulares em mãos e, quando não estavam em

quadra, ficavam nas arquibancadas ora assistindo os colegas, ora mexendo ou apenas olhando para seus aparelhos. Alguns relataram jogar, enviar SMS, ouvir música ou acessar as redes sociais. Em um determinado momento, percebi que o aluno que fazia papel de goleiro estava com os fones de ouvido. Quando tive oportunidade, perguntei-lhe se estava ouvindo alguma coisa ou era mania. Ele contou que estava ouvindo música e que conseguia fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

Essa justificativa também foi encontrada nas respostas à pergunta número seis do questionário, que indagava ao aluno se o celular é fator de distração das aulas, 10% dos respondentes do Ensino Médio e 9% do Ensino Fundamental consideraram que não, afirmando que são capazes de realizar duas atividades ao mesmo tempo, e ouvir música pode ser uma delas. Usar o celular para ouvir música ficou em primeiro lugar como função mais usada, conforme declarado por 97% (Ensino Médio) e 88% (Ensino Fundamental) dos estudantes, o que pode justificar a presença constante dos fones de ouvidos e do compartilhamento dele na hora do recreio.

Na quadra de esportes da Escola Municipal C, a maioria dos alunos tirava seus celulares dos bolsos para as atividades da aula de Educação Física, uns para ouvirem músicas com fones, outros apenas para segurá-los nas mãos e de vez em quando olharem alguma coisa no aparelho. Enquanto jogavam bola na quadra, percebi que apenas um aluno ficou mexendo no celular. O uso do celular nas aulas de Educação Física dessa escola era realizado para tocar música, para dançar e montar coreografias, que também eram filmadas. Registros em fotos dessa aula estão no Anexo 9 (Escola Municipal C, PR nº 12). Em conversa com o professor dessa aula, ele relatou que permite o uso porque auxilia nas atividades propostas por ele.

– Acho interessante a liberação do uso do celular na quadra de esportes, pois os alunos podem ouvir e dançar músicas em um volume que não atrapalha as outras aulas, e as alunas praticam atividades físicas utilizando os recursos do celular para animar o ambiente.
(Escola Municipal C, DC, relato espontâneo do professor de Educação Física)

Essas situações em que uso do celular era permitido criavam oportunidades para os estudantes exercerem seus modos de ser. Para Nicolaci-da-Costa (2004), o celular configura-se como condição da identidade dos jovens urbanos na contemporaneidade. Era na entrada para a escola, no momento de troca de professores, na hora do recreio e na saída da escola, que os fones de ouvido e os dispositivos móveis emergiam dos bolsos das calças, casacos, mochilas ou de qualquer outro lugar onde estivessem guardados. O recreio era o palco do

desfile de vários eletrônicos portáteis – celulares, mp3 *players*, fones de ouvido, *tablets*, *netbooks* e acessórios, como a diversidade de capinhas para celulares. Vários modelos, marcas e tamanhos circulavam nas quatro escolas. O fone de ouvido era frequentemente compartilhado entre o proprietário e outro colega. Nesses espaços de uso permitido havia a possibilidade de exercer a cultura digital móvel (LEMOS, 2004), condição juvenil da atualidade (NICOLACI-DA-COSTA, 2004). Seguem, nesse sentido, algumas transcrições das respostas dos estudantes ao questionário, quando indagados sobre a opinião em relação à proibição:

Pelo menos no recreio a gente podia ter a liberdade de mexer no que quiser, pois é a hora do nosso descanso!
(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 8º ano, Respondente nº 50)

Mesmo proibindo, todo mundo usa, porque hoje em dia o uso de celular virou febre no mundo e nessa idade de colégio, não existe limites para nós.
(Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 109)

Acho uma palhaçada, porque somos jovens, adolescentes e o celular pra nós é a mesma coisa que nossa vida.
(Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 201)

Acho que eles deviam proibir somente na hora das aulas e não no recreio, Educação Física e nos intervalos.
(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 6º ano, Respondente nº 46)

Eu acho muito chato. A gente pode trazer o celular nas aulas de Educação Física para ouvir música.
(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 6º ano, Respondente nº 65)

Os celulares deveriam ser proibidos somente em sala de aula. Na hora do recreio poderíamos utilizá-lo para ouvir música.
(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 7º ano, Respondente nº 10)

Não deveria ter ocorrido essa proibição, pois tem gente que precisa falar com seus responsáveis e ouvir música estudando as pessoas prestam atenção mais fácil.
(Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Resposta nº 236)

Nesses relatos aparecem dois elementos de identificação do universo juvenil: a música e o celular. A questão número cinco procurou identificar quais são as funcionalidades mais usadas em seus dispositivos. Tratava-se de uma questão fechada, que permitia 16 opções de identificação dos principais recursos presentes em qualquer aparelho e uma opção para que o respondente indicasse outros recursos. Tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Fundamental, o recurso mais utilizado é a música, o que condiz com a presença dos fones de

ouvidos na escola e com algumas das justificativas apresentadas acima, em que os estudantes indicam gostar de estudar com música.

Entre os recursos mais utilizados pelos estudantes de Ensino Médio, 97% declararam que música é o recurso mais utilizado em seu celular, seguida do SMS (92%), do despertador (81%) e da função relógio (76%). Sobre o uso do celular como relógio, cabe uma anotação: o celular é proibido, inclusive, para visualizar as horas. Mas a ação de retirar o celular do bolso da calça ou da blusa de frio, olhar as horas e retorná-lo para o bolso foi comum nas salas de aula das duas escolas de Ensino Médio. Eu mesma fiz uso do meu celular como relógio em várias ocasiões durante as observações. Tirava meu celular da bolsa, olhava as horas e guardava-o novamente. Alguns estudantes identificaram como exagero a ação de tomar o celular ao usá-lo como relógio:

Acho certo quando é usado incorretamente, quando é só para ver horas não acho problema.

(Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 50)

Acho exagero, pois nem todo mundo usa ele com finalidade de não prestar atenção na aula, como por exemplo, quem o usa como relógio.

(Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 116)

Muito ruim, nem podemos olhar as horas no celular que já querem pegar o nosso celular.

(Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 174)

Muito chata porque a gente nem pode olhar as horas no celular senão eles tomam o celular e isso é muito ruim.

(Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 191)

Tabela 4 - Recursos mais usados pelos estudantes de Ensino Médio em seus celulares

CLASSIFICAÇÃO	RECURSO UTILIZADO	Nº DE RESPOSTAS	%
1º	MÚSICA	620	97%
2º	SMS	588	92%
3º	DESPERTADOR	521	81%
4º	RELÓGIO	488	76%
5º	INTERNET	482	75%
6º	REDES SOCIAIS	450	70%
7º	MÁQUINA FOTOGRÁFICA	439	68%
8º	CALCULADORA	418	65%
9º	CALENDÁRIO	363	57%
10º	GAMES	353	55%
11º	CÂMERA DE VÍDEO	331	52%
12º	APLICATIVOS	308	48%
13º	SISTEMA DE VOZ	257	40%
14º	RÁDIO	193	30%
15º	<i>BLUETOOTH</i>	173	27%
16º	GPS E MAPAS	143	22%
17º	DICIONÁRIO	109	17%

Fonte: Organizada pela autora, a partir das observações em campo (2013)

Resultados semelhantes também podem ser verificados nas respostas dos estudantes do Ensino Fundamental: o recurso de música é o primeiro mais utilizado 88%, seguidos pelos recursos de relógio (78%) e despertador (78%).

Tabela 5 - Recursos mais usados pelos estudantes de Ensino Fundamental em seus celulares*

CLASSIFICAÇÃO	RECURSO UTILIZADO	Nº DE RESPOSTAS	%
1º	MÚSICA	301	88%
2º	RELÓGIO	268	78%
3º	DESPERTADOR	266	78%
	SMS	266	78%
4º	BLUETOOTH	261	58%
5º	MÁQUINA FOTOGRÁFICA	256	75%
6º	CÂMERA DE VÍDEO	239	76%
7º	GAMES	228	70%
8º	INTERNET	224	66%
9º	REDES SOCIAIS	208	61%
10º	CALENDÁRIO	202	67%
	CALCULADORA	202	59%
11º	SISTEMA DE VOZ	197	59%
12º	APLICATIVOS	133	39%
13º	RÁDIO	127	37%
14º	GRAVADOR DE VOZ	102	24%
15º	BLOCO DE NOTAS	83	30%
16º	GPS E MAPAS	79	17%
17º	DICIONÁRIO	58	23%

Fonte: Organizada pela autora, a partir das observações em campo (2013)

*341 alunos responderam à questão

Sobre o uso da calculadora

A calculadora, o relógio e o calendário foram citados pelos estudantes como recursos necessários e que poderiam auxiliá-los em sala de aula. Sete por cento dos respondentes do Ensino Médio e 8% dos respondentes do Ensino Fundamental não concordam com a Lei que proíbe o uso do celular nas escolas (Lei nº 16.993, de 10 de maio de 2010), pois julgam que recursos como calculadora, relógio e calendário são necessários. E 26% dos respondentes do Ensino Médio e 4% dos respondentes do Ensino Fundamental disseram concordar com a Lei, porque o uso incorreto atrapalha e, simultaneamente, discordaram porque recursos como a calculadora e outras tecnologias presentes no celular podem ajudar.

Narrarei em seguida duas situações de sala de aula, uma em que o pedido para uso da calculadora do celular foi feito e não permitido e, em outra situação, a estudante que utilizou a calculadora de seu celular para corrigir o cálculo da professora. Numa determinada aula de Química da Escola A, na qual a professora estava trabalhando um conteúdo que precisava da

realização de operações com números decimais, uma aluna usou a calculadora do celular e percebeu que a conta feita pela professora (sem o uso de calculadora) estava errada. Então, com muita descrição, chamou a professora à sua cadeira e mostrou em seu celular a conta que fez. A professora duvidou ter errado, mas foi convencida pela demonstração da estudante em seu celular e, então, corrigiu no quadro.

Na Escola B, passou-se o seguinte questionamento sobre uso da calculadora, na aula de Química:

- Professora, pode usar calculadora na prova?
- Pode. Menos a do celular, nem se o celular estiver sem o chip.
Já avisei, se usar celular na prova a nota será zero!

(Escola Estadual B, Protocolo de Registro nº 9)

Os dispositivos móveis são parte integrante da vida desses estudantes desde muito pequenos. Nas escolas pesquisadas, 96 % dos estudantes de Ensino Médio afirmaram possuir um aparelho de telefone celular ou *smartphone* e responderam que a obtenção do primeiro aparelho foi a partir dos quatro anos de idade, com maior concentração a partir dos dez anos, faixa etária em que foram obtidas 25% das respostas. No Ensino Fundamental, 89% declararam a posse de um aparelho, com a primeira obtenção a partir dos três anos de idade e com a maior concentração também a partir dos dez anos de idade, conforme 23% dos respondentes.

Tabela 6 – Idade de obtenção do primeiro celular dos estudantes de Ensino Médio

Idade que obteve o primeiro celular		
4 anos	1	0,15%
5 anos	4	0,60%
6 anos	12	1,80%
7 anos	37	5,54%
8 anos	60	8,98%
9 anos	66	9,88%
10 anos	165	24,70%
11 anos	90	13,47%
12 anos	102	15,27%
13 anos	55	8,23%
14 anos	32	4,79%
15 anos	14	2,10%
16 anos	30	4,49%
Total	668	100%

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário aplicado nas Escolas A e B de Ensino Médio (2013).

Tabela 7 - Idade de obtenção do primeiro celular dos estudantes de Ensino Fundamental

Idade que obteve o primeiro celular		
3 anos	2	0,56%
4 anos	1	0,28 %
5 anos	16	4,52 %
6 anos	16	4,52 %
7 anos	33	9,32 %
8 anos	32	9,04 %
9 anos	63	17,80 %
10 anos	83	23,45 %
11 anos	48	13,56 %
12 anos	16	4,52 %
13 anos	8	2,26 %
14 anos	1	0,28 %
Não Respondeu	35	9,89%
Total	354	100%

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário aplicado nas Escolas C e D de Ensino Fundamental (2013).

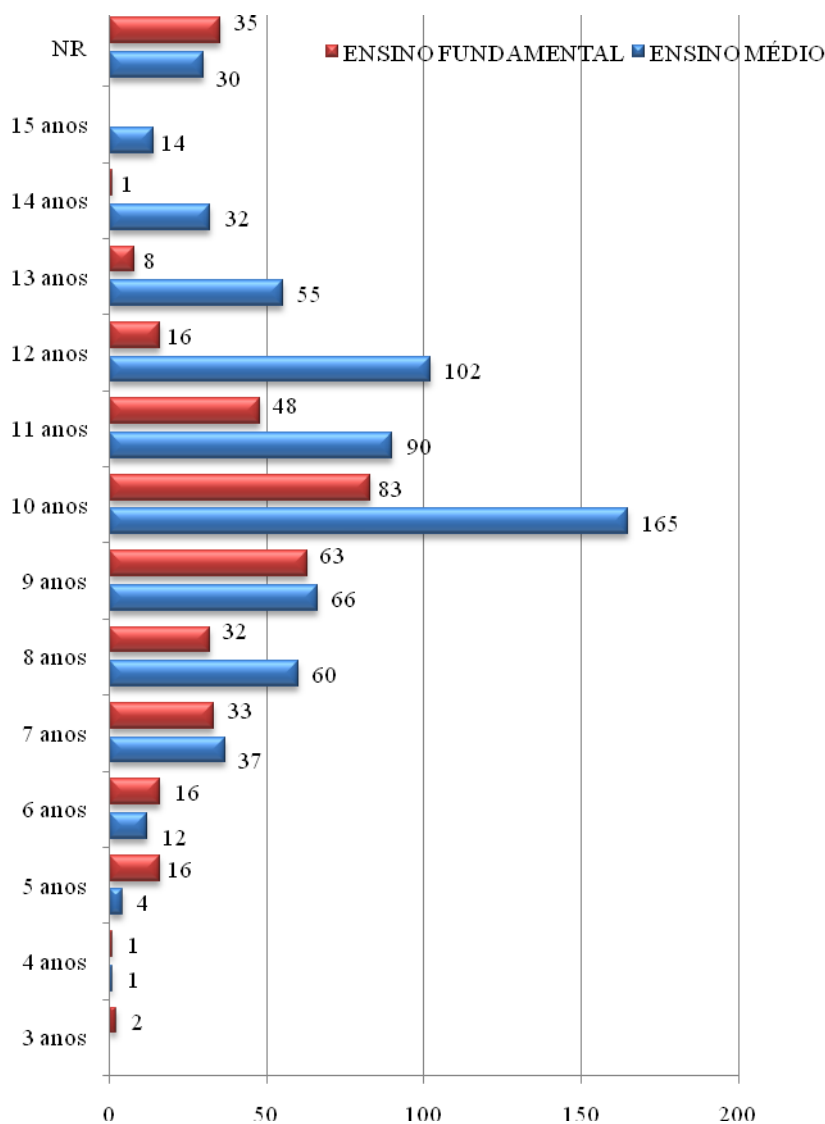


Figura 3 – Comparação da faixa etária de obtenção do primeiro celular pelos estudantes
 Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário aplicado nas Escolas (2013).

A idade de dez anos representa um marco tanto para os estudantes do Ensino Fundamental quanto para os de Ensino Médio pesquisados. Esse dado pode ser bastante significativo. Artopoulos (2011), que pesquisou sobre a cultura juvenil móvel na América Latina, afirma que a aquisição do primeiro celular é um rito de passagem que simboliza o momento em que os jovens vão começar a ser percebidos como, “protoadultos”. Para o autor, o celular é parte fundamental da construção da identidade do jovem e dos processos sociais que lhes dão sentido. É um “fenômeno que abarca toda a juventude da estrutura social contemporânea” (p. 36) e imbrica nos modos de ser jovem hoje. Ele também discorre sobre o conceito de cultura juvenil móvel como “o sistema específico de valores e crenças que constitui concretamente o comportamento de um grupo etário e que apresenta uma série de

características distintas em relação a outros grupos etários da sociedade” (p. 36). A cultura juvenil móvel explicaria a mudança de modelo na natureza das interações humanas.

Moura (2009) entende como fundamental a compreensão do celular como um ponto de relação social dos jovens, pois, para essa geração, ter ou não um celular é estar ou não incluído nas formas de contato, de encontro, nas trocas de mensagens, fotos e vídeos, nas redes sociais virtuais. De acordo com os estudantes desta pesquisa, ter um celular é poder ouvir música, visualizar as horas, programar o despertador e calcular. Pedir um celular para os pais ou avós é pedir para ser um nó de uma rede de contatos, dos vínculos da sociedade contemporânea. É pedir um relógio, um tocador de músicas, o acesso à Internet. “Expressar-se através desta ferramenta é a norma”, diz Moura (p. 55), e, por isso, em seu entendimento, reduzir os dispositivos móveis à proibição não é negar apenas a convergência de tecnologias, o acesso à calculadora e ao relógio, por exemplo. É desconsiderar a socialização e os vínculos na sociedade contemporânea.

Em sua tese de doutorado, Moura (2010) conclui que a proibição do uso do celular na escola indica a relação negativa da instituição com os dispositivos móveis, e não dos jovens, e questiona até quando o sistema educativo irá manter essa atitude de negação de uma tecnologia que está disponível e que os estudantes estão motivados a usar. Para ela, reduzir o celular à proibição é negar o acesso a diversas tecnologias que estão convergidas no aparelho, é desconsiderar as formas de socialização e o fortalecimento dos vínculos que os jovens urbanos da cultura móvel estabelecem em seus cotidianos. É excluir a cultura juvenil móvel da cultura escolar.

2.2 Usos subterrâneos

Estratégias de uso clandestino de celular foram observadas nas escolas campo desta pesquisa e serão categorizadas como “usos subterrâneos”. Estão aqui contempladas as estratégias de uso que não podiam aparecer, porque o uso em sala de aula não está autorizado. Usos escondidos denunciados pelo brilho da tela refletido no rosto, pelo movimento das mãos em posição de digitação ou ainda do dedo indicador que desliza na tela *touchscreen*, como se o usuário estivesse procurando algum arquivo ou aplicativo, foram percebidos em todas as observações em sala de aula de três escolas. Foram constantes as situações em que vi estudante levantar a capa do caderno sob a mesa, tentando disfarçar o movimento das mãos como se estivesse folheando o caderno, mas na verdade estava mexendo em seu aparelho celular (Escola Estadual B, PR nº 6). O uso do celular escondido por entre as pernas (Escola

Estadual B, PR nº 6/ Escola Municipal D, PR nº 16), dentro da mochila (Escola Estadual B, PR nº 7/ Escola Municipal D, PR nº 16) ou embaixo da carteira (Escola Estadual B, PR nº 8). Também foram anotados usos do celular como se fosse espelho, para olhar os dentes, ajeitar os cabelos ou até mesmo se maquiarem.

Nas Escolas de Ensino Médio A e B e na Escola de Ensino Fundamental C, no momento de troca de aulas, os dispositivos móveis, tocadores de música e fones de ouvido eram retirados das mochilas, bolsos, estojos e passavam a ter destaque nas mãos ou sob a carteira. Foi uma ação constante nessas três escolas. Já na Escola de Ensino Fundamental D, essa prática não foi comum, poucas vezes foram observadas e somente nas turmas do 8º ano. Porém, nessa escola, o relato espontâneo de estudantes da turma do 8º ano revelou o uso do celular no banheiro, único espaço em que não havia vigilância.

Durante a aplicação do questionário à turma do 8ª ano, a professora ausentou-se da sala e deixou-me sozinha com os estudantes; estes, então, começaram a ler em voz alta o questionário e a falar:

– A gente usava muito, mas daí a diretora deu uma bronca e disse que ia mandar nossos telefones para o Ministério Público. (Escola Municipal D, PR nº 17)

– Você não foi ao banheiro e a gente usa muito lá. (Escola Municipal D, PR nº 17)

Quando a professora retornou à sala de aula, os alunos silenciaram. Então ela começou a dizer:

– Vocês querem saber qual é a minha opinião? Se vocês soubessem usar não precisaria de Lei, nem de Ministério Público. O celular é instrumento pedagógico? Não. Então para quê trazer para a escola?

Então é interrompida pelos estudantes:

– Mas, professora, o pai e a mãe da gente pode precisar falar com a gente!

- É, professora! Tem muito aluno que troca SMS com pai e mãe.

A professora contra-argumenta:

– A escola tem telefone! Por que eles não ligam para a escola?

Outro aluno interrompe:

– Mas, professora, por que proibir o uso da calculadora? Ela pode nos ajudar.

A professora rebate:

– Vocês precisam aprender a usar o cérebro e evitar o mal de Alzheimer.

(Escola Municipal D, PR nº 17)

Nesse exemplo, temos o banheiro como o único lugar em que os estudantes estavam livres, sem vigilância e tendo apenas eles mesmos como cúmplices. Mas poderia ser analisado também, a partir do depoimento dos estudantes sobre o pai e a mãe precisarem falar com eles, na subcategoria Gerência da Família e o Sentido de Urgência, que será apresentado no próximo tópico. Outro tema que pode ser pensado a partir daí é o reconhecimento do celular apenas como telefone, a invisibilidade do microchip e as capacidades computacionais não foram avaliadas pela docente, que desconsidera a possibilidade desse dispositivo como instrumento pedagógico. Entretanto, Moura (2010), Prensky (2010) e Suintila, como apresentado no 1º Capítulo, consideram o celular como instrumento pedagógico e fornecem dicas de utilização dos dispositivos móveis com possibilidades de ensino e aprendizagem. Diz a primeira:

Embora algumas pessoas mais cépticas desconfiem da verdadeira utilidade dos telemóveis ou outras tecnologias móveis na sala de aula, da nossa experiência resulta uma posição positiva que nos leva a acreditar nas potencialidades destas tecnologias em contexto educativo. Nas experiências de ensino que desenvolvemos, não nos centramos na tecnologia em si, mas no valor que ela pode acrescentar à aprendizagem dos alunos. O mais importante não é o media mas o método e a pedagogia usados. (MOURA, 2010, p. 499)

Alguns estudantes também compartilham dessa ideia, como revelam as palavras dos alunos, transcritas aqui. Em suas respostas à questão aberta de número sete do questionário, que solicitava a opinião deles sobre a proibição do celular em sala de aula, assim se expressaram:

Eu acho ruim porque tem aulas que tem necessidade de usar o celular, como nas aulas de inglês. Poderíamos usar o google tradutor.
(Questionário Aplicado na Escola Municipal D, 7º ano, Respondente nº 45)

Acho que tem que ser liberado pois tem como fazer pesquisas durante as aulas.
(Questionário Aplicado na Escola Municipal D, 7º ano, Respondente nº 45)

Para pesquisar algo é preciso o uso do celular e ele pode até ajudar, mais quando estiver na hora da prova é só o professor pegar de todos os alunos.
(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 8º ano, Respondente nº17)

Na minha opinião eu acho que não é necessário a proibição porque às vezes pode ajudar em algumas pesquisas e etc.
(Questionário Aplicado na Escola Municipal D, 8º ano, Respondente nº 20)

Eu acho que não se deve proibir pois ele até pode ajudar em algo tal como: calculadora, calendário, relógio entre outros.
(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 8º ano, Respondente nº 20)

Acho que é desnecessário porque devia ser utilizado como uma ótima solução para os estudos.

(Questionário Aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 1)

Acho que em vez de proibir o uso de celulares em sala de aula, poderiam pensar em uma boa forma de o uso do celular nos ajudar nos estudos.

(Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 204)

É errado, pois o celular/smartphone hoje ajuda muito com dicionário, calculadora, wikipédia móvel, tradutores e daqui uns tempos nem precisa de livros, pois com os celulares conseguiremos tudo que precisar.

(Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 233)

Eu acho muito chato porque o celular também pode ser útil para fazer cálculos e pesquisas.

(Questionário Aplicado na Escola Estadual B, 2º ano, Respondente nº 28)

Bom eu acho que não deveriam proibir, pois tem várias coisas que tem no celular que nos ajuda no dia a dia, mesmo dentro do colégio, por exemplo: você pode utilizar o celular para entrar na Internet para pesquisar dúvidas ou sobre algum trabalho e não distrai não.

(Questionário Aplicado na Escola Estadual B, 2º ano, Respondente nº 65)

As respostas às perguntas abertas, depois de categorizadas, foram agrupadas e alguns de seus resultados são: entre os 51% dos estudantes do Ensino Médio que não concordam com a proibição dos celulares em sala de aula, 21% justificaram tal opinião porque acreditam que o aparelho pode ser ferramenta de estudo e pesquisa. Para 19%, mesmo proibido, o celular é usado e, por isso, discordam da proibição, e 15% afirmaram que não podem ser impedidos de falar com os pais, pois pode ser alguma coisa urgente.

Tabela 8 – Justificativa dos estudantes de Ensino Médio sobre a discordância com a proibição dos celulares em sala de aula.

DISCORDA, PORQUE...		
É ferramenta de estudo/pesquisa	72	21,11%
Mesmo proibido, é usado	64	18,77%
Não justificou	58	17,01%
Ficará impedido de falar com os pais/pode ser emergência	50	14,66%
O aluno deve ter consciência do limite	26	7,62%
Necessidade de recursos (calculadora, relógio, calendário etc)	24	7,04%
Sabe utilizar na hora certa*	21	6,16%
Não atrapalha a aula	16	4,69%
Professores também usam	5	1,47%
Não consegue ficar sem	5	1,47%
Total	341	100%

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário aplicado nas escolas (2013).

*Saber a hora certa de usar: durante a realização de exercícios (ouvir música), para ver as horas, para calcular, na troca de professores, em aulas vagas etc.

Entre os 35% dos estudantes do Ensino Fundamental que não concordam com a proibição dos celulares em sala de aula, a grande maioria não justificou. Entretanto, 20% afirmaram que não podem ser impedidos de falar com os pais, pois pode ser alguma coisa urgente; 15% justificaram dizendo que sabem utilizar o celular na hora certa; e 8% registraram a necessidade de utilizar seus recursos, como a calculadora, o calendário e o relógio.

Tabela 9 – Justificativa dos estudantes de Ensino Fundamental sobre a discordância com a proibição dos celulares em sala de aula.

DISCORDA, PORQUE...		
Não justificou	46	37,10%
Ficará impedido de falar com os pais/Pode ser urgente	25	20,16%
Sabe utilizar na hora certa*	19	15,32%
Necessidade de recursos (calculadora, calendário, relógio etc)	10	8,06%
É ferramenta de estudo/pesquisa	8	6,45%
Mesmo proibido, é usado	4	3,23%
O aluno deve ter consciência do limite	4	3,23%
Não atrapalha a aula	4	3,23%
Professores também usam	4	3,23%
Total	124	100%

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário aplicado nas escolas (2013).

*Saber a hora certa de usar: durante a realização de exercícios (ouvir música), para ver as horas, para calcular, na troca de professores, em aulas vagas etc.

No Ensino Médio, entre os 20% que responderam concordar e discordar simultaneamente com a proibição, 26% alegaram que o uso incorreto atrapalha, mas os recursos e a tecnologia podem ajudar. Para 19%, o celular distrai das aulas mas pode haver a necessidade de atender alguma ligação urgente; enquanto para 17% o uso do celular deveria ser proibido apenas em sala de aula, e permitido durante os intervalos.

Tabela 10 – Justificativa dos estudantes de Ensino Médio sobre a concomitância entre concordar e discordar com a proibição dos celulares em sala de aula.

CONCORDA E DISCORDA, PORQUE....		
O uso incorreto atrapalha, mas os recursos e a tecnologia podem ajudar	34	25,95%
Necessidade de atender ligação urgente, mas distrai da aula	24	18,32%
Dentro de sala é certo, mas nos intervalos não	23	17,56%
Não justificou	14	10,69%
Na hora da explicação e do exercício é certo, mas ao terminar, não	12	9,16%
Ajuda, mas não é utilizado na hora certa	10	7,63%
É correto, mas não pode deixar em casa	5	3,82%
Proibir, sim, confiscar, não	5	3,82%
O professor também usa	4	3,05%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário aplicado nas escolas (2013).

No Ensino Fundamental, entre os 14% que responderam concordar e discordar simultaneamente com a proibição, 67% responderam que o uso celular deveria ser proibido apenas em sala de aula, e permitido nos intervalos. Para 10%, o uso incorreto atrapalha, mas os recursos e a tecnologia podem ajudar. E para 8%, o celular distrai das aulas mas pode haver a necessidade de atender alguma ligação urgente.

Tabela 11 - Justificativa dos estudantes de Ensino Fundamental sobre a concomitância entre concordar e discordar com a proibição dos celulares em sala de aula.

CONCORDA E DISCORDA, PORQUE....		
Dentro de sala é certo, mas nos intervalos, não	34	67%
O uso incorreto atrapalha, mas os recursos e a tecnologia podem ajudar	5	10%
Não justificou	5	10%
Necessidade de atender ligação urgente, mas distrai da aula	4	8%
Na hora da explicação e do exercício é certo, mas ao terminar, não	2	4%
O professor também usa	1	2%
Total	51	100%

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário aplicado nas escolas (2013).

a) Prótese Personalizada

Notei uma necessidade por parte da maior dos estudantes: manter seu dispositivo móvel sempre próximo de si, próximo das mãos ou dos olhos. Em diversas ocasiões, especialmente nas duas escolas de Ensino Médio, registrei a ação de colocar o celular em cima da mesa, ao lado do caderno, dentro da bolsinha de lápis e deixá-lo ali. Às vezes eles não mexiam nos aparelhos, mas parecia ser necessário manter ou visualizar o celular próximo deles. Colocavam o aparelho em cima da mesa, ou embaixo da carteira.

Na análise das respostas à pergunta aberta número sete do questionário, que indagava sobre a proibição dos celulares, 5% dos estudantes de Ensino Médio disseram não concordar com a proibição, porque não conseguem ficar sem ter o celular por perto. Entre os estudantes de Ensino Médio que concordam e discordam ao mesmo tempo com a proibição, 5% alegaram que não podem deixar o aparelho em casa, pois precisam dele caso alguma coisa urgente aconteça (Tabela 3).

Durante o período de observação, eu estava conversando no intervalo entre aulas com uma garota sentada à minha frente e perguntei-lhe sobre os recursos que mais usava em seu celular. Ela respondeu que eram as redes sociais e os aplicativos de mensagem instantânea, e emendou:

– Nossa, uma vez a professora de redação tomou meu celular. Nossa! Fiquei péssima. Parecia que tinha perdido uma parte de mim. Pedi para meu tio vir buscar meu aparelho no mesmo dia.
(Escola Estadual A, P.R. nº 4)

Ficar sem o celular, para o jovem, é perder uma parte de si. Para essa garota, o celular é uma extensão dela mesma. Resultado dos estudos de Nicolaci-da-Costa em 2004 já apontavam que a posse e o uso do celular pelos jovens constituem a base de sua identidade na realidade fluída e flexível. Todos os jovens que ela entrevistou tinham seus celulares sempre por perto, até mesmo para ir ao banheiro. Conforme a autora, “não é à toa que os jovens se sentem perdidos quando não têm seus celulares por perto” (2004, p. 17). O fato de o terem por perto gera uma sensação de segurança, de estarem acompanhados. Para uma das estudantes entrevistadas da pesquisa de Nicolaci-da-Costa (2004, p.17), o celular representava tudo o que ela tinha de fixo na vida. São depoimentos que aludem também ao conceito de prótese altamente personalizada e atada ao corpo, atribuído ao celular por Santaella (2007, p. 214):

Não é casual a ênfase com que tantas pessoas declaram sem timidez a frase revelatória do seu apego ao celular: “Não vivo sem ele!” Esse apego ajuda a explicar o extraordinário ritmo de crescimento no consumo desse pequeno objeto. Apego gera dependência. Esta cresce à medida mesma que novas funções vão sendo acrescentadas ao celular.

Cada utilizador tem uma forma única de apropriação do seu celular. O modelo, a cor, os sinais de toque, os ícones, os salva-telas e os papéis de parede, enfim, a natureza pessoal desse dispositivo funciona, de acordo com Santaella (2007), como prótese altamente personalizada, que vai contribuir para concretizar os objetivos pessoais, culturais e sociais de cada utilizador. Conforme a autora, toda essa personificação que os celulares permitem é a base dos processos identificatórios que fortalecem laços emocionais.

b) Gerência da Família e o sentido de urgência

O celular, de acordo com Caron e Caronia (2005), permite a relação familiar a distância e tornou-se um meio de comunicação que facilita a coordenação das atividades da família. “A família contemporânea parece ter encontrado uma tecnologia que permite o exercício do controle e da responsabilidade familiar, de um lado, e a independência e autonomia comunicativa das suas próprias crianças de outro” (p. 7). Também em Lemos (2004) encontrei reflexão semelhante, quando ele denomina o celular de “controle remoto do cotidiano” (p. 6) e explica que estudos no Japão e na Finlândia mostraram que a ênfase ao uso dos telefones celulares foi explicada em parte pela possibilidade de controle e coordenação sobre diferentes ações do cotidiano, incluindo a manutenção do círculo de amizade, e por aumentar a sensação de segurança e o contato permanente com os familiares.

Essa relação foi percebida nos depoimentos das gestoras sobre a permissão da entrada dos alunos com seus dispositivos móveis na escola. A vice-diretora da Escola de Ensino Médio B declarou, em conversa informal, a realização de um acordo com os estudantes. Como a escola atende alunos de municípios vizinhos e que, portanto, precisam sair muito cedo de casa para conseguir chegar até as 7h15min no colégio, há um desencontro entre pais e filhos, a vice-diretora diz que fez um acordo com eles: “Caso pai ou mãe ligue, os alunos precisam pedir permissão para o professor e atender fora da sala de aula” (Escola Estadual B, Diário de Campo, PR nº 5, relato espontâneo da vice-diretora).

Outro momento em que a relação do celular como instrumento da gerência da família apareceu foi na aula de Química, na Escola B. Uma aluna que estava sentada à minha

esquerda atendia o celular enquanto a professora passava matéria no quadro. Ela deitou na carteira para tentar disfarçar. Ouvi a conversa:

– Alô, pai?

– Não. Não, pai...

Um garoto chama a atenção dela dizendo em voz alta:

– Olha o uso do celular...

A garota desliga.

(Escola Estadual B, Protocolo de Registro nº 9)

Esse foi o único momento em que registrei uma ligação de um pai para filha no horário de aula, mas os estudantes usaram esse contato como justificativa para discordar da proibição do uso do celular ante a necessidade de atender ao chamado dos pais, porque poderia ser “urgente”. Essa palavra foi frequente na redação dos respondentes. Reproduzo algumas das respostas à questão sete do questionário, “Qual a sua opinião sobre a proibição dos celulares na sala de aula?”

Que não é necessário a proibição pois se acontecer alguma coisa com alguém da família como vai nos comunicar?

(Questionário Aplicado na Escola Municipal D, 6º ano, Respondente nº 49)

Uma injustiça porque vai se é uma coisa urgente e a escola não atende?

(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 6º ano, Respondente nº 68)

Eu acho que é bom mas é ruim, porque se a nossa mãe vai ligar a gente não pode atender e ela pode ligar na escola, só que às vezes ninguém atende e pode ser urgente.

(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 6º ano, Respondente nº 81)

Não concordo porque às vezes é causa de emergência.

(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 7º ano, Respondente nº 41)

Desnecessário. Porque às vezes precisamos fazer alguma ligação urgente para os pais e não podemos.

(Questionário Aplicado na Escola Municipal D, 8º ano, Respondente nº 6)

Não acho muito boa porque tem certos alunos que precisam do celular para ligar pros pais na saída ou em caso de urgência.

(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 8º ano, Respondente nº 8)

Boa e ruim. Boa pois te deixa mais atento às aulas e ruim pois pode ser preciso atender um telefonema de urgência. (Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 31)

Ridícula, porque o celular é bom para calcular, para ligar em caso de urgência, bom seria se não proibisse mais. (Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 63)

Ridículo, vai que acontece alguma coisa e nossa mãe manda um SMS e a gente não pode ver porque é proibido. (Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 100)

Errada, pois eu tenho que levar o celular, pois eu tenho que ligar para o homem que me busca.

(Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 117)

Oh, fala a verdade mesmo, eu acho uma coisa muito besta, pois muitas vezes o colégio não tem um remédio certo que talvez precisamos tomar e precisamos do aparelho para ligar para os pais e eu não paro de usar e pronto!

(Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 209)

Um último exemplo foi de uma situação que ocorreu no 1º ano da Escola Estadual A. No intervalo entre aulas, comecei a conversar com duas estudantes que usaram a todo momento o celular durante a aula de Inglês.

– Por quê você traz o celular para a escola?

– Eu preciso dele!

– Por quê?

– Para saber da minha mãe, se acontecer alguma coisa..

Outra aluna interrompe e diz:

– A mãe dela viaja muito!

Aproveito e pergunto para ela também:

– E você? Por quê traz o celular para escola?

– Porque é meu e eu quero!

(Escola de Ensino Médio A, PR nº 1)

Ficar impedido de falar com os pais, pois “pode ser alguma coisa urgente”, foi a justificativa apresentada por 50% dos estudantes do Ensino Médio e 25% dos alunos de Ensino Fundamental para discordarem da proibição dos celulares em sala de aula. Essa mesma justificativa foi apresentada por 24% dos estudantes de Ensino Médio que disseram concordar e discordar concomitantemente com a proibição, enquanto 8% dos alunos de Ensino Fundamental concordam com a proibição, pois julgam que o celular os distrai das aulas e ao mesmo tempo discordam, alegando que pode ser necessário atender a alguma ligação urgente (Tabelas 3 e 4).

Para Artopoulos (2011), os crescentes níveis de autonomia e liberdade que acompanham os usuários de dispositivos móveis andam juntos com os níveis crescentes de controle e vigilância, “graças aos usos que os pais ou responsáveis fazem dos dispositivos móveis especialmente pela permanente sensação de insegurança que permeia as vidas cotidianas da maioria dos habitantes das cidades contemporâneas” (p. 44). Essa mesma

sensação também é sentida pelas gestoras e docentes pesquisadas. Notei uma ambivalência entre os papéis de gestora e mãe, apresentados pelas diretoras e coordenadoras em nossas conversas informais: como gestoras, as quatro diretoras posicionaram-se contra a presença do celular na escola, entretanto, quando se colocaram na posição de mãe, disseram ser imprescindível que seus filhos levem seus celulares, pois elas precisam saber onde encontrá-los, o que estão fazendo, enfim, monitorá-los. E elas estenderam essas preocupações às professoras.

A diretora da Escola Estadual A contou que a maioria dos profissionais de educação que trabalha naquela unidade escolar é formada por mulheres casadas e com filhos pequenos. “Elas precisam saber sobre suas crianças para trabalharem com tranquilidade. Então, é permitido que levem seus celulares para a sala de aula, desde que atendam somente em casos de emergência e que o façam fora da sala” (Diário de Campo). Nessa mesma escola, a professora de Inglês disse que permite que o filho de 12 anos leve seu *smartphone* para a escola particular em que estuda, pois precisa se comunicar com ele, especialmente na saída do colégio. Ela contou que trabalha de manhã nessa escola, à tarde exerce a função de coordenadora pedagógica em outra instituição e à noite retorna para a Escola Estadual A para ministrar aulas no noturno (Escola Estadual A, PR nº 3). Com o celular em mãos, profissionais da educação e mães podem continuar em contato direto e constante com suas crianças, mesmo no período em que se encontram trabalhando na escola.

A esse respeito, diz Wolton (2006, p. 28):

O sucesso mundial do rádio e do telefone móvel deveria servir de indicador, bem antes da revolução da imagem pela qual somos obcecados com frequência. A voz é o outro. E se hoje os computadores podem transportar a imagem e o som, sabemos bem que a emoção remete mais frequentemente à voz. O essencial do telefone não está no fato de ser uma minimáquina fotográfica, tampouco um minicomputador, mas no fato de permitir simplesmente falar de qualquer lugar em qualquer situação.

Para o autor, o celular simboliza a onipresença do outro e satisfaz uma demanda humana essencial, que é a de se relacionar uns com os outros. Com o celular próximo, é como se o contato com o filho estivesse sempre próximo, pois é essa tecnologia emergente que possibilita saber notícias do filho pela voz do próprio filho. Controle remoto do cotidiano, conforme Lemos (2004), para tentar controlar o filho e vigiá-lo diretamente pelo seu celular. E sem intermediários, ou seja, sem precisar que outra pessoa diga o que o filho está fazendo

ou se ele está bem, e independentemente do local de trabalho e da hora que se deseja o contato com ele.

Esse contato pais-filhos corrobora com um dos indicadores de mudança microsocial identificados por Nicolaci-da-Costa (2004): o celular também representa a infraestrutura para o exercício da responsabilidade familiar, de um lado, e a busca pela independência e autonomia das suas próprias crianças de outro. Essa relação é também identificada nos estudos de Moura (2009), que concluiu que os pais, ao pretenderem controlar seus filhos presenteando-os com dispositivos móveis, estão colocando em suas mãos um minicomputador que irá proporcionar-lhes uma independência gigantesca. Como revelam as palavras dos alunos:

Acho inútil, se o aluno quer mexer no celular e não assistir a aula, deixa ele mexer, ele tem que estar ciente que não pode. É meio impossível a proibição do celular na sala.

(Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 142)

Acho desnecessário, pois tem alunos que sabem muito bem como usar o celular e a maioria das vezes trazemos o celular para ver as horas.

(Questionário Aplicado na Escola Municipal D, 8º ano, Respondente nº 24)

Acho ridículo. Uma bobeira. Se eu quero estudar nada me desconcentra, mas se eu não quero estudar eu acho motivo até mesmo na borracha que caiu no chão.

(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 6º ano, Respondente nº 40)

Acho uma bobeira se uma pessoa quiser aprender nada vai atrapalhar.

(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 7º ano, Respondente nº 1)

Alguns estudantes julgam saber a hora certa de usar seus celulares. A questão de número seis do questionário procurou identificar se o estudante acha que seu celular o distrai das aulas. O percentual de diferença entre quem afirmou que o celular o distrai e quem negou foi muito pequeno nos dois níveis de ensino. No Ensino Médio houve um empate entre os que consideram o celular como distração e os que não consideram: 48%. No Ensino Fundamental essa diferença é pouca: 55% respondentes afirmaram que sim e 43%, que não.

Tabela 12 – Opinião dos estudantes de Ensino Médio sobre se o uso do celular os distrai das aulas.

CELULAR DISTRAI DAS AULAS?		
SIM	324	48,50%
NÃO	322	48,20%
NÃO RESPONDEU	9	1,35%
NÃO TEM CELULAR	13	1,95%
TOTAL	668	100%

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário aplicado nas escolas (2013).

Tabela 13 – Opinião dos estudantes de Ensino Fundamental sobre se o uso do celular os distrai das aulas.

CELULAR DISTRAI DAS AULAS?		
SIM	196	55,37%
NÃO	151	42,66%
NÃO RESPONDEU	6	1,69%
NÃO TEM CELULAR	1	0,28%
TOTAL	354	100%

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário aplicado nas escolas (2013).

As justificativas apresentaram semelhança e foram agrupadas de acordo com o que mais se destacou na redação dos respondentes. Entre os alunos do Ensino Médio que afirmaram que o celular é fator de distração das aulas, 39% disseram que tendem a focar mais no aparelho do que nas aulas, 26% acreditam que o celular prejudica o rendimento escolar do aluno e 7% afirmaram que o celular é melhor que a aula.

Tabela 14 – Justificativa dos estudantes de Ensino Médio que responderam SIM à questão número seis: “Você acha que o celular te distrai das aulas?”

SIM, PORQUE...		
Foca mais no aparelho do que nas aulas	128	39,51%
Não justificou	85	26,23%
Prejudica o aproveitamento do aluno	83	25,62%
O celular é melhor do que a aula	24	7,41%
Horário de aula é para estudar e não brincar	4	1,23%
Total	324	100%

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário aplicado nas escolas (2013).

Entre os alunos do Ensino Fundamental que afirmaram que o celular é fator de distração das aulas, 46% acreditam que o celular prejudica o rendimento escolar do aluno, 43% disseram que tendem a focar mais no aparelho do que nas aulas e 3% afirmaram que o horário de aula é para estudar não para brincar.

Tabela 15 – Justificativa dos estudantes de Ensino Fundamental que responderam SIM à questão número seis: “Você acha que o celular te distrai das aulas?”

SIM, PORQUE...		
Prejudica o aproveitamento do aluno	91	46,43%
Foca mais no aparelho do que nas aulas	84	42,86%
Não justificou	14	7,14%
Horário de aula é para estudar e não brincar	5	2,55%
O celular é melhor do que a aula	2	1,02%
Total	196	100%

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário aplicado nas escolas (2013).

Entre os que não acham que o celular os distrai durante as aulas, 51% dos estudantes do Ensino Médio e 27% dos estudantes do Ensino Fundamental afirmaram que julgam saber usar na hora certa. Segundo eles, a hora certa de usar o celular seria durante a realização de exercícios e atividades em sala de aula – para concomitantemente ouvir música, ver as horas ou para fazer cálculos –, no período entre a troca de professores e em aulas vagas.

Tabela 16 - Justificativa dos estudantes de Ensino Médio que responderam NÃO à questão número seis: “Você acha que o celular te distrai das aulas?”

NÃO, PORQUE...		
Sabe a hora certa de usar	163	50,62%
Não utiliza durante a aula	56	17,39%
Consegue fazer as duas coisas ao mesmo tempo	32	9,94%
Utiliza para pesquisar e tirar dúvidas	26	8,07%
Não justificou	22	6,83%
Presta atenção quem/quando quiser	10	3,11%
Entende mais ouvindo música	8	2,48%
Não leva o celular para a escola	5	1,55%
Total	322	100%

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário aplicado nas escolas (2013).

Tabela 17 - Justificativa dos estudantes de Ensino Fundamental que responderam NÃO à questão número seis: “Você acha que o celular te distrai das aulas?”

NÃO, PORQUE...		
Não utiliza durante a aula	48	31,79%
Sabe a hora certa de usar	41	27,15%
Não leva o celular para a escola	18	11,92%
Não justificou	14	9,27%
Consegue fazer as duas coisas	13	8,61%
Utiliza para pesquisar e tirar dúvidas	11	7,28%
Presta atenção quem/quando quiser	4	2,65%
Entende mais ouvindo música	2	1,32%
Total		

Fonte: Elaborada pela autora, com base no questionário aplicado nas escolas (2013).

Saber a hora certa de usar, não fazer uso em sala de aula e fazer duas coisas ao mesmo tempo (como ouvir música e copiar a matéria do quadro) são elementos que sugerem autonomia e independência no uso do celular. Artopoulos (2011), Buckingham (2000), Nicolaci-da-Costa (2004), Moura(2009) e Caron e Caronia (2005) são autores que destacam a independência e autonomia que se encontram no uso do telefone celular.

Buckingham (2000) explica que o desfrute dessa autonomia e desses poderes é que torna evidente a resistência dos jovens à autoridade adulta. E explica que o “espaço dessa resistência é principalmente o das relações interpessoais, na ‘micropolítica’ da família ou da sala de aula” (p. 28). Apesar de não discutir o celular, Buckingham (2000) alerta que as mídias não são a causa principal desse aumento de poder, autonomia e liberdade das crianças e dos jovens. Esse aumento de poderes das crianças que crescem nessa era de mídias eletrônicas (que na época do estudo de Buckingham ainda não eram portáteis e móveis) evoluíram num contexto de mudanças sociais e históricas e seu entendimento deve contemplar o caráter mutável da definição de “infância” e de mídia.

Por diversas razões, as mídias eletrônicas têm um papel cada vez mais significativo na definição das experiências culturais da infância contemporânea. Não há mais como excluir as crianças dessas mídias e das coisas que elas representam, nem como confiná-las a materiais que os adultos julgam bons para elas. A tentativa de proteger as crianças restringindo o acesso às mídias está destinada ao fracasso. Ao contrário, precisamos agora prestar muito mais atenção em como preparar as crianças

para lidar com essas experiências, e, ao fazê-lo, temos de parar de defini-las simplesmente em termos do que lhes falta. (BUCKINGHAM, 2000, p. 32)

Também para Artopoulos (2011), a tentativa de restringir os jovens ao acesso a seus celulares está fracassada, porque o significado de ser jovem inclui o uso intensivo dessa tecnologia em suas vidas cotidianas. No contexto de uso dos jovens de Santiago, no Chile, o que esse pesquisador observou, diante da recusa dos sistemas escolares em aceitar o telefone celular, foi o desenvolvimento de métodos cada vez mais sofisticados para subverter os limites impostos pela escola. O entusiasmo dos jovens pelos seus celulares e a compreensão do emaranhado de questões sociais, culturais e técnicas que envolvem esses dispositivos representam, no entendimento de Artopoulos (2011), oportunidade de repensar os limites impostos pelo sistema escolar de forma a adaptarem-se a esse fenômeno que envolve toda a juventude contemporânea.

3. Legislação

As políticas educacionais de inclusão digital, de comunicação e educação, admitem a cultura da sociedade tecnológica (por razões diversas, incluindo a pressão econômica) enquanto o âmbito legislativo vai na contramão, pois parece existir uma distância considerável entre as políticas educacionais e as legislações educacionais. O MEC (2012) destaca a importância da inserção dos professores e das escolas no ambiente tecnológico e distribuiu 5 mil *tablets* aos professores de Ensino Médio, enquanto tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 2.806/2011, de autoria do deputado Márcio Macedo (PT-SE), que versa sobre a proibição do uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula dos estabelecimentos de educação básica e superior. Leis estaduais e municipais também já foram aprovadas proibindo o uso de tecnologias móveis nas escolas, em especial, do celular, sem apresentação de justificativas.

Em todas as escolas visitadas encontramos o texto da Lei estadual nº 16.993, de 10 de maio de 2010, que versa sobre a proibição ao uso do celular, anexada na entrada da escola e/ou em locais visíveis, como murais de avisos. Na entrada da escola de Ensino Médio A, havia um cartaz com as normas de funcionamento da escola, nas quais o item 6 (Anexo 5) informa sobre a proibição legal do celular na escola. Além disso, em todas as salas de aula dessa escola havia, acima do quadro branco, um cartaz fixado com a divulgação da Lei Estadual (Anexo 6).

Entretanto, o livro didático distribuído pelo MEC, *Português Linguagens 1 - literatura, produção de texto e gramática*, de Willian Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, estampa na capa um *iPhone*, o que pode ser interpretado como reconhecimento de que o celular faz parte da cultura juvenil. Esse livro foi apresentado a mim pela professora de Português, durante observação em sala de aula, na Escola Estadual A (PR nº 2). Na ocasião, ela me mostrou o capítulo sobre “Gêneros Textuais Digitais”. Perguntei se tinha alguma sugestão de atividade usando o celular e ela disse que não, justificando em seguida que “os alunos não têm maturidade. Se deixar, a gente não consegue controlar. Eles conversam entre eles. Inclusive entre turmas” (Escola Estadual A, PR nº 2).

Para Libâneo (2008), parece existir uma distância considerável entre os debates sobre a apropriação dos usos das mídias em contexto escolar, as políticas educacionais, as legislações educacionais, os sistemas de avaliação e o que ocorre no dia a dia das escolas, isto é, no ensino, no trabalho cotidiano dos professores, na aprendizagem dos alunos.

Esse distanciamento das questões mais concretas da sala de aula e do trabalho direto dos professores com os alunos é um forte indício da desatenção, do desapego, com os aspectos pedagógico-didáticos que, em última instância, são os que efetivamente atuam na aprendizagem dos alunos e no trabalho dos professores. Paradoxalmente, é na ponta do sistema de ensino, nas escolas e nas salas de aula, que as coisas efetivamente acontecem, é lá que sabemos o que os alunos aprendem, como aprendem e o que fazem com o que aprendem. (LIBÂNEO, 2008, p. 1)

Por isso, o autor considera que boa parte das políticas educacionais, que envolvem ou não as tecnologias, “fracassam por não partirem da realidade escolar, de políticas voltadas diretamente às escolas, das necessidades dos professores e das condições de aprendizagem dos alunos” (LIBÂNEO, 2008, p. 3).

a) A Carta de Compromissos

Durante a fase de observações desta pesquisa, uma das diretoras apresentou-me uma cópia do documento intitulado “Carta de Compromissos”, que foi elaborado em conjunto pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, por representantes do Ministério Público, da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Conselho Tutelar, gestores de escolas estaduais e municipais, bem como representantes dos alunos dessas redes de ensino.

Com o propósito de resgatar valores na busca de uma cultura de paz no ambiente escolar, representantes de professores, pais, alunos, funcionários e gestores de todas as unidades escolares municipais e estaduais, bem como representantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Conselho Tutelar, da Divisão de Fiscalização e Postura e do Ministério Público participaram de um seminário com objetivo de reeditar a “Carta de Intenções”, assinada em 2007 por autoridades anapolinas. Os representantes das entidades supracitadas reeditaram esse documento, que passou a ser denominado “Carta de Compromissos” e foi assinada no dia 28 de junho de 2012 em cerimônia realizada no auditório do SENAI.

O documento em síntese, apresenta preocupação com: a divulgação e cumprimento do regimento escolar; a participação da família nas atividades dos filhos; o combate ao uso e tráfico de drogas; a segurança, a partir da presença da Patrulha Escolar da Polícia Militar em todos os turnos de funcionamento das unidades escolares; as ações para coibir a indisciplina e a violência; a ciência dos pais quanto às suas obrigações em relação à educação dos filhos, incluindo a obrigação de levá-los ao médico. O compromisso de número três cita a proibição ao uso do celular:

3. Proibir nas dependências da Escola, o uso do boné, shorts curtos, minisaias, blusas curtas, decotadas e transparentes bem como alteração no uniforme (com exceção dos concluintes), uso do celular e equipamentos tecnológicos não compatíveis com as atividades pedagógicas, bem como proibir o uso do cigarro nas dependências da escola para funcionários e alunos.

Na Escola Municipal D, já no primeiro dia de pesquisa, antes da primeira observação em sala de aula, a diretora da escola me avisou que, além da Carta de Compromissos, ela havia passado de sala em sala reforçando a proibição do uso do celular, bem como o recolhimento dos aparelhos e a entrega para a Ouvidoria da Secretaria Municipal de Educação. A vice-diretora da Escola Estadual B relatou que cumpre a “Carta de Compromissos”, e, se o celular tocar, o professor deve recolhê-lo e encaminhá-lo para a gestão da escola. A equipe gestora guarda o aparelho por 48 horas, ou até que os pais ou responsáveis o busquem. Extrapolado esse limite, o aparelho é encaminhado para o Ministério Público. Perguntei onde ela guarda os “apreendidos” e ela disse que os leva para casa, desde que o armário da escola foi arrombado para o “resgate” dos aparelhos. (Escola Estadual B, Diário de Campo, PR nº 5, relato espontâneo da vice-diretora)

De acordo com o depoimento das quatro diretoras das escolas pesquisadas, a “Carta de Compromissos” é colada no caderno de todos os estudantes e é usada como instrumento de controle para a não utilização do celular em sala de aula.

b) Proibição e coerção

A vice-diretora da Escola de Ensino Médio B solicitou-me textos de caráter punitivo (expressão utilizada por ela) para punir quem usa o celular, realizando leituras sobre o quanto esses dispositivos fazem mal. Respondi que não tive acesso a esse tipo de texto, mas que tenho outros sobre os usos pedagógicos que alguns professores estão fazendo, ao que ela retruca: “Aí não! Eu quero é puni-los”. Comento sobre a distribuição dos *tablets* pelo MEC e que chegará à escola. Ela balança a cabeça e diz: “É! Parece que não vai ter jeito...” Sugeri, como 'punição', propor aos alunos que criassem uma aula a partir dos seus celulares. Ela enfatizou: “Não posso propor isso. O celular é proibido por lei” (Escola Estadual B, Diário de Campo, PR nº 9, relato espontâneo da vice-diretora). Outras situações coercitivas apareceram também nos resultados do questionário, por exemplo, em algumas das justificativas à pergunta de número sete do questionário e que foram agrupadas no item “Proibir sim, confiscar não”:

Nunca trazer o celular para a escola porque senão as coordenadoras podem tomar.

(Questionário Aplicado na Escola Municipal C, 6º ano, Respondente nº 15)

Ela é correta em proibir, mas não ao ponto de ser confiscado.

(Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 43)

Certo, mas acho que deveriam ser mais calmos na questão de tomar e dar advertências demais por isso. Se for pra dar advertências, não precisa de tomar. (Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 164)

Não acho errado proibir, só acho um absurdo eles tomarem o celular, trancarem o celular. Celular é uma coisa cara e de sua privacidade, eles não podem simplesmente tomar. (Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 80)

Uma coisa terrível, deveria proibir os professores de tomar o nosso telefone.

(Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 222)

Mesmo que represente uma porcentagem pequena, essas justificativas dos 4% que escreveram que acham correta a proibição e discordam da tomada dos aparelhos, julgo ser importante o destaque, porque uma das particularidades reveladas neste estudo está relacionada com a vigilância e o controle da escola. Não foi observado diálogo, apenas tentativa de controle a partir de uma punição: a tomada dos dispositivos móveis. E se o uso se

repete, um agente externo é acionado: a ouvidoria da Secretaria Municipal, o Conselho Tutelar ou o Ministério Público.

O fortalecimento do autoritarismo e o endurecimento da disciplina do colégio para controlar os jovens é, para Barbero (2000), uma reação dos sistemas educativos à perda de autoridade do professor, à perda do lugar de legitimação do saber, à perda do modelo de comunicação no qual se baseia a escola. Esse pesquisador colombiano entende que o modelo hegemônico de comunicação, no qual se baseia o saber escolar, é “vertical, autoritário na relação professor-aluno e linearmente sequencial no aprendizado” (p. 52) e não se relaciona com a cultura do ecossistema de comunicação que vigora fora da escola: a do saber difuso e descentrado que pode circular fora dos lugares sagrados nos quais antes estava circunscrito (escola e igreja) e longe das figuras sociais que antes o administravam (professor e clérigos). Na opinião de Barbero (2000), o modelo comunicativo-pedagógico no qual se baseia o conhecimento escolar é distante das culturas vivenciadas pelas juventudes que frequentam a instituição.

A atitude defensiva da escola e do sistema educativo estão levando-os a desconhecer ou disfarçar o fato de que o problema de fundo está no desafio que lhe é apresentado por um ecossistema comunicativo, do qual emerge outra cultura, outro modo de ver e de ler, de aprender e de conhecer. A atitude defensiva limita-se a identificar o melhor do modelo pedagógico tradicional com o livro e anatematizar o mundo audiovisual como o mundo da frivolidade, da alienação, da manipulação. Oxalá o livro fosse um meio de reflexão e de argumentação, mas, infelizmente não o é. (BARBERO, 2000, p. 56)

Para ele, os problemas da escola não serão solucionados com a ajuda de tecnologia, e sim com uma transformação do modelo de comunicação que está do sistema escolar. Por isso, o autor entende ser indispensável partir dos problemas de comunicação antes de falar-se sobre os meios. A aparição de um ecossistema comunicativo, que é ao mesmo tempo a experiência cultural, o ambiente informacional e o espaço educativo difuso e descentrado em que os jovens estão imersos por meio das tecnologias, representa desafios culturais ao sistema educativo em seu conjunto.

c) Dilemas do acesso e controle

Para o professor do Instituto de Educação da Universidade de Londres, David Buckingham (2007), o debate sobre os efeitos da mídia tem cada vez mais se entrelaçado com o debate sobre o papel dos pais. Uma das questões que apresenta é que, para os pais, gestores

e professores, é muito difícil prever o que exatamente as crianças e os adolescentes estão fazendo com seus celulares, especialmente quando nunca lhes é perguntado. A negação contínua do direito dos adolescentes de fazerem escolhas conscientes e de suas responsabilidades sobre os usos que fazem e farão de seus dispositivos móveis parece estimular o comportamento que se propõe a prevenir. Para Buckingham (2007), banir simplesmente a tecnologia é garantir a ela o sabor do fruto proibido. “O fundamental seria a movimentação em direção a uma situação na qual a regulamentação da mídia em termos de seus *usos* ou moralidade se baseie mais na orientação do que na imposição legal” (p. 207).

Tentar “proteger” as crianças restringindo o acesso a essas mídias, afirma Buckingham (2007, p. 31), estaria fadado ao fracasso: “Os clamores por mais controle emergem renovados precisamente porque a possibilidade de controle marcha a passos firmes para o desaparecimento”. Para o autor, os dilemas do *acesso* e do *controle* estão tornando-se cada vez mais agudos, em consequência das novas tecnologias e da proliferação global das mídias eletrônicas, e apresentam desafios que remetem à necessidade de prestar muito mais atenção em como preparar as jovens para lidar com as práticas cotidianas de leitura, escrita e compartilhamento de informações por meio de seus celulares ou qualquer outro dispositivo móvel.

d) Vigilância e Cumplicidade

Se, por um lado, docentes e gestores mostraram-se controladores e vigilantes diante do uso do celular em sala de aula, por outro lado, os estudantes mostraram-se cúmplices uns dos outros.

Apesar de ser bem recepcionada pelas gestoras da escola, percebia que os estudantes entendiam minha presença na instituição como alguém que estava ali para vigiá-los e denunciar o comportamento deles para a direção. Notei, várias vezes, nas quatro escolas pesquisadas, que minha presença incomodava alguns alunos, que se mostravam vigilantes e cúmplices diante da vontade de usar seus celulares. Piscadelas, apontamentos entre eles indicando ao colega para guardar o celular, pois eu estava ali observando. Não me sentia bem quando percebia essa situação, com olhares que me atribuíam o papel de inspetora ou delatora. Foi uma situação incômoda e eu cheguei a declarar para estudantes que me questionaram sobre o motivo da minha presença ali que eu não estava observando a sala de aula para puni-los, tampouco para denunciá-los.

Na Escola B de Ensino Médio, estudantes de turmas diferentes indagavam-me: “Você fica anotando aí é o nosso comportamento?” (Escola Estadual A, P. R. nº 2/nº 3 / Escola Estadual B, P.R. nº 5 / Escola Municipal D, P.R. nº 16). Respondi que até a infraestrutura da escola eu havia descrito, pois o chão da sala de aula estava todo descascado e parte do teto sem o forro, e uma estudante me questionou: “Sua pesquisa e sua presença aqui será prejudicial para a gente?” Respondi que seria indiferente (Escola Estadual B, Protocolo de Registro nº 6). Em outra ocasião, ao ver-me entrar na sala de aula, estudantes da Escola Estadual B disseram: “Vixi, vamos ter que comportar! Desliguem os celulares” (Escola Estadual B, Protocolo de Registro nº 7).

Nas Escolas C e D de Ensino Fundamental, a curiosidade sobre o que eu registrava no caderno foi geral entre os alunos. Minha postura foi de explicar que eu estava realizando uma pesquisa e que estava registrando tudo o que eu via ocorrer na sala de aula, e não apenas o comportamento deles. Os professores das quatro escolas não demonstraram preocupação ou curiosidade com as anotações realizadas em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre os usos do celular na escola foi também pesquisar a própria escola. O dia a dia, os profissionais que trabalham ali, as exigências, as cobranças das instâncias municipais, estaduais e federais. As escolas pesquisadas não são instituições livres; elas precisam cumprir regras e atingir metas estabelecidas principalmente pelas instâncias governamentais. Ao mesmo tempo são também o cenário de todo tipo de manifestação e expectativas dos alunos, de suas famílias e de outros agentes externos que refletem naquele contexto, como a violência, a droga, a prostituição, a sexualidade não orientada.

A educação formal pública passa há muito tempo por crises diversas: de evasão, violência, desestímulo de professores, sucateamento da estrutura, falta de recursos, entre outras. Em contraposição a essa realidade, tem-se a crescente disseminação e apropriação dos dispositivos móveis, que estão ocorrendo principalmente por meio de processos culturais e sociais. Esse cenário é importante porque o objeto de estudo é uma mídia de natureza complexa, inserida num contexto também complexo. E a intenção desta pesquisa é orientada pela compreensão de que os usos de qualquer tecnologia estão imbricados no contexto e nas intencionalidades dos usuários, como foi apresentado no 2º Capítulo, nas explicações de Cardon (2005) e Caron e Caronia (2005).

Uma das escolas de Ensino Médio pesquisadas apresentava problemas sérios de infraestrutura arquitetônica. Em uma das salas de aula em que estive presente, contei 32 estudantes portando celulares de última geração, em oposição ao teto que desabava. O que fazer primeiro: consertar o teto? Aguardar pelas condições ideais de infraestrutura arquitetônica? E se as condições ideais para uma escola pública de qualidade nunca chegarem? O que fazer? Enquanto isso, os estudantes divertiam-se com os usos escondidos que faziam de seus celulares e outros dispositivos móveis na sala de aula. Jovens com uma pequena central multimídia em mãos, numa escola que não tem teto.

Desde as primeiras visitas às escolas, ainda no processo de seleção das unidades que seriam pesquisadas, os depoimentos espontâneos e as reações dos docentes entrevistados já indicavam que o uso do celular ocorria em sala de aula e uma relação de conflito se estabelecia por causa disso. Se, de um lado, existe uma instituição formal, que tem tempos definidos, com horários de entrada e de saída; que exige dos alunos uniformes e que se sentem em lugares previamente indicados; que precisa obedecer a regras e determinações legislativas; e que deve satisfações aos órgãos reguladores, avaliadores e aos pais de cada um dos alunos que atende; de outro lado, temos uma tecnologia emergente, disseminada, que rompe com as

barreiras de tempo e espaço e que pode ser personalizada por cada usuário, que, por sua vez, pode gerar e disseminar informações multimídias sem precisar de alguém que autorize essa ação. Na escola, autoridade formal, regulação e controle. Com o celular em mãos, autonomia e independência. A dimensão humana e relacional do ensino (NÓVOA, 2009) deveria incluir a experiência cultural dos sujeitos e o ambiente informacional difuso e descentrado (BARBERO, 1996), a partir da presença marcante dos dispositivos móveis. O não reconhecimento disso tem acarretado consequências para o ambiente escolar, que, neste estudo, se revelaram no reforço ao autoritarismo.

A ação do docente e a administração da gestão da escola foram elementos percebidos como influenciadores das relações estabelecidas entre o grupo social que convive na escola, sejam situações de ensino, gestão, aprendizagem, sejam de uso de uma tecnologia proibida por lei. A ausência de professores, a personalidade inerente à profissão e o planejamento de aula versus situações concretas que ocorrem em sala de aula, que podem não terem sido planejadas pelo professor mas que fazem parte dos interesses dos alunos, foram alguns dos temas observados e que interferem no relacionamento entre docentes e discentes. Como envolver estudantes sem professor na sala de aula? Nesses casos, o celular poderia substituir o professor ausente? Como exigir disciplina sem professores, sem planejamento de aula, sem mediação?

Um dos pontos que este estudo revelou é que os usos dos celulares parecem estar fortemente vinculados ao controle do que se passa dentro da escola. Na análise dos dados, sob a perspectiva da categoria Contexto Escolar, a proibição do uso do celular revela-se ligada também à responsabilidade da gestão sobre o que ocorre nesse espaço formal público, às repercussões que certos conteúdos podem trazer para a imagem daquela instituição educativa e à satisfação devida aos pais sobre o que fazem (aluno que pratica a ação comunicativa de compartilhar) e o que sofrem (alunos que são vítimas do conteúdo compartilhado) seus filhos quando sob a tutela da instituição. (repete mais adiante; ver onde deixar) As potencialidades de comunicação e expressão que essa ferramenta possui, destacaram-se, de um lado, pela comunicação contínua dos estudantes com quem quer que eles queiram, mas por outro lado, pela ausência de diálogo e orientação sobre os usos que os alunos fazem do celular em sala de aula e nos corredores da escola.

Para a escola, instituição social importante, mas ainda permeada de muito controle e regulação, o que foge ao seu monitoramento pode tornar-se um grande desafio. Se administrar uma escola significa controlar as ações do seu público, o que fazer diante de uma tecnologia de comunicação cujo uso não se controla, ou seja, com quem as pessoas estão conversando ou

trocando arquivos de áudio, vídeo e foto em tempo real? É possível controlar o fluxo de comunicação direta e pessoal que o celular permite? A administração escolar tende a se tornar mais complexa.

Entre a apropriação e a proibição: o diálogo

[A proibição] Sendo para todos, até que é bom. Mas se o professor usar, ele sempre terá uma explicação, já o aluno nem voz na maioria das vezes tem para se explicar, até porque desculpa todo mundo tem. *Grato, pois poucas são as vezes que os alunos tem uma oportunidade de expressar suas opiniões.*

(Questionário aplicado na Escola Estadual A, 1º ano, Respondente nº 144. Grifos meus)

Dispositivo de comunicação móvel que não se traduz em maior diálogo, pelo contrário, o que foi observado é que o uso que os jovens fazem de seus celulares quando estão na escola reforça uma atitude autoritária e coercitiva da instituição. Estabelece-se a Incomunicação, como explicado por Worton (2006). O aluno, que agradeceu pela oportunidade de expressar sua opinião e que compõe a epígrafe desse item, exemplifica a ausência de disposição da escola ao diálogo. Para mim, é com imensa tristeza que constato que uma tecnologia emergente, contemporânea, de comunicação seja reforço para o exercício de coerção e controle pela instituição escolar. Entendo que, diante da recusa do sistema escolar de aceitar a cultura do jovem urbano, eles continuarão a aprender sozinhos, baseados na própria exploração que já fazem de seus dispositivos tecnológicos.

Embora a diretora da Escola Municipal C tenha declarado acreditar que o que falta é a “conscientização para o uso, já que não conseguimos controlar a não presença do aparelho na escola”, nenhuma das escolas pesquisadas promove palestras, realiza debates ou abre espaços de esclarecimentos, de conversação, de negociação sobre as questões que estão emergindo com a presença desse aparelho no espaço escolar. A reação observada foi a de reprimir os usos do celular na escola. Não houve diálogo para tentar conscientizar também sobre as consequências dos tipos de registro e de compartilhamento que os estudantes fazem, por exemplo, das situações desagradáveis a que podem ser submetidas as pessoas que viram alvo desses vídeos e fotos indiscretas. Ataque direto à forma tradicional com que se executa a prática educacional é a primeira e única reação.

Os resultados da pesquisa de Leite (2009), em que os alunos destacaram a atuação profissional de uma professora que sequer possuía computador, mas que tinha postura de

abertura cotidiana ao diálogo, já indicava uma expectativa dos estudantes por uma oportunidade de expressar suas opiniões.

Levar em conta o universo cultural e identitário dos comunicadores, no caso da escola, dos jovens com seus celulares, pode ser válido na comunicação que ocorre ou deveria ocorrer nos processos educativos, especialmente na relação professor-aluno em sala de aula. Pode ser válido, mas nada simples. Se considerarmos a presença média de 30 estudantes por sala, são 30 diferentes universos culturais e identitários, registrando, filmando, fotografando, compartilhando conteúdos, com ou sem autorização, durante a aula. São sujeitos “outros” que participam de uma nova esfera de conversação (LEMOS, 2009), ora como emissores, ora como receptores de diferentes mensagens, que insistem em deixar claras suas questões, que parecem não aceitar apenas ouvir, que insistem em dividir a palavra com seus professores, que estão ávidos para poder se expressar além da escrita, que gritam por uma bússola que os oriente diante da riqueza de uma tecnologia que está sempre presente. Reconhecer esses “outros” torna ainda mais complexo o papel da escola e o processo de ensinar.

Essa complexidade da comunicação expressa pela visibilidade do outro, principalmente a partir da mobilidade da tecnologia e dos conteúdos, por meio da troca incessante de arquivos pessoais entre aparelhos de celulares, pôde ser percebida nos depoimentos de cinco diretoras de Escolas Municipais e de duas de Escolas Estaduais. Essas gestoras mostraram-se incomodadas com o não controle das conversas estabelecidas entre os estudantes, diretamente entre eles sem intermediários, configurando práticas de registro e de compartilhamento de fotos, microtextos e vídeos, de todo tipo de sentimento humano. A mobilidade de conteúdos entre os próprios alunos, com destaque para os casos de sexualidade, brigas e drogas, inicialmente foram fatos comuns na fala dessas sete diretoras. O chamamento de atenção dos pais, o encaminhamento para o Conselho Tutelar e até mesmo o pedido de socorro para a Polícia Civil foram as soluções encontradas para “disciplinar” os usos do celular na escola.

O objetivo de identificar e analisar os usos que os estudantes fazem de seus celulares no ambiente escolar foi expresso pela descrição das situações observadas e foram categorizados entre os usos permitidos e subterrâneos. A análise do material coletado em campo revelam que o celular é parte da identidade de ser jovem na urbanidade contemporânea (ARTOPOULOS, 2011; NICOLACI-DA-COSTA, 2004) e representa uma prótese personalizada, como extensão do próprio corpo (SANTAELLA, 2007), numa sociedade violenta e assustadora, a relação contínua com a família, para gerenciar a vida cotidiana e para contato imediato caso alguma coisa urgente aconteça. Quanto mais a escola coíbe o uso do

celular ou não orienta sobre ele, não conversa com seus estudantes, mais distante fica da cultura juvenil móvel.

A opinião dos estudantes sobre a proibição legal dos celulares no ambiente escolar apresentou-se dividida entre os que concordam e discordam e aqueles que declararam concomitância entre concordar e discordar. Essa opção não estava no questionário e pode ser reveladora da necessidade de pensar o celular em várias perspectivas, considerando-se que esse aparelho tem potencial de acesso ao mundo virtual, a centenas de aplicativos que podem auxiliar no processo de ensino aprendizagem, como foi relatado pela redação de alguns dos estudantes.

A consequência da proibição legal dos celulares na escola é o reforço ao autoritarismo e à coerção na relação professor-aluno e ao endurecimento às normas de controle do sistema educativo. O estudo revela ainda que, quando a escola falha, ela aciona agentes externos para realizar a tarefa de vigilância e controle que a instituição não conseguiu fazer. A “Carta de Compromissos” pode ser entendida como documento em que a escola reconhece que a educação formal, da maneira como tem sido exigida, não é papel só dela e que encontrou em instituições como o Ministério Público, o Conselho Tutelar, a Polícia Civil e a Polícia Militar auxílio para lidar com as questões de violência, furtos, desobediência à lei, entre outras que emergem da sociedade contemporânea.

Também apresenta uma nova questão para o exercício da profissão: cabe ao docente realizar a mediação para a aprendizagem por meio de uma prática cultural disseminada entre seus estudantes ou ele deve ignorar a prática cultural e as situações geradas a partir dessa prática em sala de aula para cumprir a lei? E o que dizer das contradições políticas entre uma instância que proíbe o uso do celular e outra que distribuiu *tablets*? São dois dispositivos móveis, mas considerados sob perspectivas diferentes. O celular foi disseminado pela cultura, já está nas mãos de discentes e docentes; os *tablets* estão sendo distribuídos aos professores do Ensino Médio pelo governo federal. Apresentar como justificativa a existência da Lei nº 16.993/2010 para não fazer intervenções na relação dos alunos com seus celulares pode ser legal por força de lei, mas não se mostrou educativo. O exercício da mediação, enquanto papel do professor, não pode ser inibido por força de lei. Apresentar como justificativa a existência da Lei nº 16.993/2010 para não fazer mediações na relação dos alunos com seus celulares pode ser legal por força de lei, mas nem um pouco educativo se consideramos a escola como um espaço de reflexão, de expansão do pensamento, de conquista dos bens culturais, imateriais e históricos da humanidade.

O celular, dispositivo móvel, com implicações socioculturais, apresenta-se como o oposto às disposições da cultura escolar. Ele é pessoal; a escola é coletiva. Ele é livre no tempo e no espaço; a escola é reguladora e regulada dentro de espaços e tempos fixos. A escola é avaliada e monitorada por agentes internos (gestão) e externos (secretarias, governos, pais, políticas educacionais). Enfim, existem muitas diferenças entre os espaços formais de educação e os dispositivos móveis. Por exemplo, a questão do tempo e do espaço. Historicamente, segundo Libâneo (2008), a escola está restrita a espaços e tempos precisos: hora certa para entrar, hora determinada para o ensino e aprendizagem de cada disciplina curricular, hora do recreio, hora de ir embora. Espaço físico delimitado pelas questões geográficas. Mas com um dispositivo móvel em mãos, os estudantes vivenciam também o tempo e o espaço virtual. Não têm um tempo determinado para trocar mensagens com os colegas ou com os pais, podem fazê-lo a qualquer hora. Eles podem fazer-se presentes a um teclado na tela digital do celular. Para os estudantes observados, não existe o tempo certo ou determinado para baixar o livro que a professora de literatura solicitou. Diferentemente do que diz a professora: “Vocês baixaram os livros, mas isto é para fazer em casa. Aqui, eu já falei que o celular é para ficar guardado” (Caderno de Campo, Protocolo de Registro 4). Ora, se tenho em mãos uma ferramenta que me permite o contato imediato com o livro recomendado, por que delimitar o tempo em que devo ter acesso a ele? Na era da conexão móvel, os limites do tempo e do espaço são superados.

O texto da legislação goiana proíbe o uso do celular em sala de aula, mas não diz o que fazer diante da insistência ao uso. Tomar o aparelho dos estudantes reforça a ideia de que a escola é o lugar da punição e do controle. Barbero (1996), em outra parte do texto que compõe a epígrafe deste trabalho, explica que o reforço ao autoritarismo é a reação do sistema escolar diante da perda da escola como espaço legitimador do saber, da perda de autoridade, uma vez que o professor não representa mais aquele que sabe diante da multiplicidade de formas de comunicação que extrapolam o livro didático. Com os celulares sempre por perto, os jovens estão imersos num ecossistema de comunicação multimídia, com experiência cultural difusa e descentrada, e caberia à escola, ainda de acordo com Barbero (1996), repensar-se, diante desse cenário, em como ser um lugar em que o processo de aprender guarde seu encanto.

Entre a proibição e a apropriação caberia a reflexão, o diálogo, a negociação entre os pares, e não somente com a Polícia, com Ministério Público ou com o Conselho Tutelar. Discutir formas de incorporação, negociar os usos já praticados e estimular usos intencionais para o contexto escolar faz-se necessário, pois o tempo de hoje comporta os dispositivos

móveis e eles fazem parte da cultura dos sujeitos que frequentam as instituições escolares. Reduzir o celular à proibição é negar o acesso às tecnologias convergidas (relógio/despertador/acesso à Internet), é negar a cultura juvenil móvel (ARTOPOULOS, 2011) e desconsiderar as novas formas de socialização, de comunicação, de interação e dos vínculos que são estabelecidos na contemporaneidade. Precisaria existir espaço para o diálogo, de maneira que a comunidade escolar estabeleça, em conjunto, regras para usos dos dispositivos móveis na escola, como expressa a opinião do estudante:

Acho que não devia proibir. Acho que devia ter algumas regras, mas não proibir.
(Questionário Aplicado na Escola Municipal D, 7º ano, Respondente nº 6)

Ou, nas palavras de Barbero (2000), a escola precisa se inserir nesse ecossistema que se comunica.

REFERÊNCIAS

ARTOPOULOS, Alejandro. Notas sobre a cultura juvenil móvel na América Latina. In: BEIGUELMAN, Giselle; LA FERLA, Jorge (Orgs). *Nomadismos tecnológicos*. São Paulo: Editora Senac, 2011.

AZEVEDO, Adriana B. et al. *Comunicação Móvel no Ensino Superior a Distância: um estudo exploratório do acesso e interesse discente em mídias móveis*. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0696-1.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2010.

BABIN, Pierre, Kouloumdjian Marie-France. *Os novos modos de compreender: a geração do audiovisual e do computador*. São Paulo: Paulinas, 1989.

BARBERO, Jesús Martín. Heredando el Futuro. Pensar la Educación desde la Comunicación. *Nómadas*. n. 5, p. 10-22. Bogotá, septiembre de 1996.

BARBERO, Jesús Martín. Desafios culturais da comunicação a educação. *Comunicação & Educação*, São Paulo, [181: 51 a 61], maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/4108/3860>>. Acesso em: 17 set. 2010.

BENTO, Maria Cristina Marcelino; CAVALCANTE, Rafaela dos Santos. *Tecnologias Móveis em Educação: o uso do celular na sala de aula*. Disponível em: <<http://publicacoes.fatea.br/index.php/eccom/article/viewFile/596/426>>. Acesso em: 24 maio 2012.

BRASIL. Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). *Telefonia móvel fecha janeiro de 2013 com 262,26 milhões de acessos*. 21 de fevereiro de 2013a. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalPaginaEspecialPesquisa.do?acao=&tipoConteudoHtml=1&codNoticia=27877>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

BRASIL. Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). *Brasil alcança 263,04 milhões de acessos móveis em fevereiro* 22 de março de 2013b. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalPaginaEspecialPesquisa.do?acao=&tipoConteudoHtml=1&codNoticia=28196>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

BARROS, Laan Mendes de. A dimensão pedagógica da comunicação. *Revista de Educação do Cogeime*. Ano 9, nº 16, junho 2000.

BRASIL. Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e Empresas 2011*. São Paulo: CGI.br, 2012. Coord. Alexandre R. Barbosa. Trad. Karen Brito. Disponível em: <<http://www.cetic.br/publicacoes/>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2008*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2008/internet.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2011*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em

<[ftp://ftp.ibge.gov.br/Acesso a internet e posse celular/2011/PNAD Inter 2011.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Acesso%20a%20internet%20e%20posse%20celular/2011/PNAD%20Inter%202011.pdf)> Acesso em: 23 jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministro entrega *tablets* para iniciar formação de professor do ensino médio. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18241>. Acesso em: jul. 2013.

BRASIL. PL nº 2.246/2007. **Situação:** Arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa). Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=372564>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

BRASIL. PL nº 2.806/2011. Proíbe o uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula dos estabelecimentos de educação básica e superior. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=945034&filename=PL+2806/2011>. Acesso em: 6 dez. 2012.

BRASIL. PL nº 2.806/2011. **Situação:** Aguardando Parecer na Comissão de Educação (CE). Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=529264>> . Acesso em: 10 jul. 2013.

BUCKINGHAM, David. *Crescer na era das mídias eletrônicas*. Trad. Gilka Girardello e Isabel Orofino. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

CAFIERO, Delaine. Letramento e leitura: formando leitores críticos. In: RANGEL, Egon de Oliveira; ROJO, Roxane (Coord.). *Língua Portuguesa: ensino fundamental* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

CARDON, Dominique. A inovação pelo uso. In: AMBROSI, Alain; PEUGEOT, Valérie; PIMENTA, Daniel (Orgs.). *Desafios de Palavras: Enfoques Multiculturais sobre as Sociedades da Informação*. [s.l.]: C & F éditions, 2005. Disponível em: <<http://vecam.org/article591.html>>. Acesso em: jul. 2013.

CARON, André H.; CARONIA, Letizia. *Culture mobile: lês nouvelles pratiques de communication*. Les Presses de l'Université de Montréal, 2005. [Tradução livre da professora Joana Peixoto, da PUC-Goiás, janeiro 2013]

COSTA, Rogério. Nativos digitais: a nuvem dos “sem fio”. In: BARBOSA, Alexandre (Coord.). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil : TIC Educação 2010*. São Paulo: CGI.br, 2011. Disponível em: <<http://www.cetic.br/publicacoes/>>. Acesso em: 18 de abril de 2012.

DURAN, Débora. *Letramento digital e desenvolvimento: das afirmações às interrogações*. São Paulo: Hucitec, 2010.

FERREIRA, H. M. C. Cultura da Mobilidade: como ela aparece na escola. 35ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Porto de Galinhas, Pernambuco, 2012.

GERAISSATE, Alberto; SANTIAGO, Glauber; MILL, Daniel. *Mobilidade e educação: proposta de implementação de materiais audiovisuais móveis em educação musical a distância*. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2010/cd/252010234020.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2010.

IDGNOW! *Glossário wireless*. Um mini-dicionário com os principais termos do mundo das redes sem-fio. Disponível em: <<http://idgnow.uol.com.br/mobilidade/2005/11/11/idgnoticia.2006-02-09.8959907335/#&panel2-1>> Acesso em: 25 mar. 2013.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. Trad. Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LEITE, Miriam Soares. Entre a bola e o MP3 – Novas tecnologias e diálogo intercultural no cotidiano escolar adolescente. In: CANDAU, Vera (Org.). *Didática - questões contemporâneas*. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2009.

LEMOS, André. Cibercultura e Mobilidade: a era da conexão. *Revista Razón y Palabra*. Comunicações Móveis. n. 41, out./nov 2004. Disponível em <<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n41/index.html>>. Acesso em: 21 maio 2012.

LEMOS, André. Nova esfera Conversacional. In: KÜNSCH, Dimas A.; SILVEIRA, S. A. da et al. *Esfera pública, redes e jornalismo*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009a. p. 9 – 30. Disponível em: <<http://andrelemos.info/artigos/conversacao.pdf>> Acesso em: 21 maio 2012.

LEMOS, André. Cultura da Mobilidade. *Revista FAMECOS*. n. 40, dez. 2009b. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/6314/4589>> . Acesso em: 21 maio 2012.

LEMOS, Maria de Fátima Rodrigues; SCHIRMBECK, Fernando Ricardo Gambetta. *Uso da telefonia móvel: uma ferramenta de interação para a aprendizagem a distância*. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008113707AM.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e Profissão docente*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. *Cultura jovem, mídias e escola: o que muda no trabalho dos professores? Revista Educativa*, Goiânia, v.9, n.1, p.25-46, jan./jun. 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Alguns aspectos da política educacional do governo Lula e sua repercussão no funcionamento das escolas. XV ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, realizado no período de 20 a 26 de julho de 2008, São Paulo. *Anais*. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/32/art12_32.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n.1, p.13-28, 2012.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MOURA, Adelina Maria Carreiro. Geração Móvel: um ambiente de aprendizagem suportado por tecnologias móveis para a “Geração Polegar. In: DIAS, P.; OSÓRIO, A. J. (Orgs.) VI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE TIC NA EDUCAÇÃO CHALLENGES 2009 / Desafios 2009. *Actas...* Braga: Universidade do Minho, Portugal, 2009. p. 50-78. Disponível em: <<http://adelinamouravita.com.sapo.pt/gpolegar.pdf>> acesso em 15 fev 2011

MOURA, Adelina Maria Carreiro. *Apropriação do Telemóvel como Ferramenta de Mediação em Mobile Learning: Estudos de Caso em Contexto Educativo*. Tese (Doutorado em Ciências da Educação - Tecnologia Educativa) Universidade do Minho, Instituto de Educação. Braga, Portugal, dezembro de 2010.

NEIVA, Livia. A paixão pelo celular, os jovens e a escola: desafios da era da mobilidade. SEMINÁRIO INTERNACIONAL JUVENTUDES NA CONTEMPORANEIDADE. Goiânia *Anais*, 2012. Disponível em: <http://www.cienciassociais.ufg.br/uploads/106/original_anais_seminario_juventudes_2012.pdf_final.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2013.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. "Tudo o que tenho de fixo na vida é meu celular": os celulares como âncoras da identidade dos jovens nômades urbanos, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel24/AnaMAriaNicolacidacosta.pdf>> Acesso em: 25 fev. 2013.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Impactos Psicológicos do Uso de Celulares: Uma Pesquisa Exploratória com Jovens Brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. v. 20, n. 2, p. 165-174, maio-ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n2/a09v20n2.pdf>> Acesso em: 05 abr. 2012.

NÓVOA, António. *Professores: imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009.

PEIXOTO, Joana. Alguns mitos sobre a tecnologia e a inovação pedagógica. IX JORNADAS LATINOAMERICANAS DE ESTUDIOS SOCIALES DE LA CIENCIA Y LA TECNOLOGIA, 2012, Cidade do México. Balance del campo ESOCITE em América Latina y desafios. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012, v. 1.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. 7 ed. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez, 1986.

PRENSKY, Marc. "Não me atrapalhe, mãe – eu estou aprendendo!"; como os videogames estão preparando nossos filhos para o sucesso no século XXI – e como você pode ajudar! Tradução de Livia Bergo. São Paulo: Phorte, 2010.

PASSARELLI, B.; JUNQUEIRA, A.H. Gerações Interativas Brasil- Crianças e Adolescentes Diante das Telas. São Paulo: Escola do Futuro/USP, 2012. Disponível em: <<http://cenpec.org.br/biblioteca/educacao/estudos-e-pesquisas/geracoes-interativas-brasil-criancas-e-adolescentes-diante-das-telas>>. Acesso em: 03 de set. 2013.

PRETTO, Nelson de Luca. O desafio de educar na era digital: educações. *Revista Portuguesa de Educação*, 2011, 24(1), p. 95-118, 2011 CIEd - Universidade do Minho. Disponível em <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v24n1/v24n1a05.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

RIBEIRO, Patric da Silva; MEDINA, Roseclea Duarte. Mobile Learning Engine Moodle (MLE - Moodle): das funcionalidades a validação em curso a distância utilizando dispositivos móveis. *Revista novas Tecnologias na Educação*. CINTED_UFRGS. v. 7, n. 1, jul., 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/renote/article/view/14026>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2012.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SANTAELLA, Lucia. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTAELLA, Lúcia. A aprendizagem ubíqua substitui a aprendizagem formal? *Revista de Computação e Tecnologia da PUC-SP — FCET/PUC-SP*. v. II, n.1, 2010. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ReCET/article/view/3852/2515>>. Acesso em: 21 maio 2012.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica - primeiras aproximações*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 33. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SCHROOT, Melanie Desiree. Celulares: uma convergência para a aprendizagem? *Monografia* apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Mídia, Tecnologia da Informação e Novas Práticas Educacionais. Orientadora: Profa. Dra. Stella Maria Peixoto de Azevedo Pedrosa. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.mvirtual.com.br/midiaedu/monografias/celular_melanie.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2012.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Juventude, mídias e TIC. In: SPOSITO, M. P. (Coord.). *O Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

SILVA, Lúcia Oliveira. *A internet – a geração de um novo espaço antropológico*. In: LEMOS, André e Palacios (orgs). *Janel@s do ciberespaço – comunicação e cibercultura*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2001

SILVA, Maria da Graça Moreira da; CONSOLO, Adriane Treinero. *Uso dos dispositivos móveis na educação - o SMS como auxiliar na mediação pedagógica de cursos a distância*. Disponível em: <http://www.5e.com.br/infodesign/146/Dispositivos_moveis.pdf> Acesso em: 23 maio 2010.

SOUZA E SILVA, Adriana. Do ciber ao híbrido: tecnologias móveis como interfaces de espaços híbridos. In: ARAÚJO, Denise Correa. *Imagem (IR) realidade Comunicação e cibernídia*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

TOSCHI, Mirza Seabra. Contribuições das teorias da comunicação para o ensino crítico. *Inter-Ação*. Revista da Faculdade de Educação da UFG, Goiânia, jan./dez. 1995

TOSCHI, Mirza Seabra. *Leitura na tela: da mesmice à inovação*. Organizadora. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

TOSCHI, Mirza Seabra. *CMDI - Comunicação mediada por dispositivo indutor: elemento novo nos processos educativos*. In: Didática em uma sociedade complexa. Org. José Carlos Libâneo, Marilza Vanessa Rosa Suanno. Goiânia: CEPED, 2011.

TOSCHI, Mirza Seabra; NEIVA, Lívia. A escola que temos: funções e desafios contemporâneos. IN: PEREIRA, Ariovaldo Lopes. et al. (Orgs). *Diálogos Interdisciplinares em Educação, Linguagem e Tecnologia*. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, [no prelo].

TOSCHI, Mirza Seabra. *Docência nos ambientes virtuais de aprendizagem: múltiplas visões*. Org. Mirza Seabra Toschi, [autores] Andréa Kochhann [et al.] Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2013.

WILLIAMS, Trevor I. *História das invenções: do machado de pedra às tecnologias da informação*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Gutenberg, 2009.

WOLTON, Dominique. *É preciso salvar a comunicação*. São Paulo: Paulus, 2006.

YOUNG, Michael. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. *Revista Brasileira de Educação*. v.16, n. 48, set./dez. 2011. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a05.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2012.

ANEXOS**Anexo 1****LEI Nº 3.272, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2007**

“DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DE TELEFONE CELULAR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS** aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a proibir o uso de telefone celular em salas de aulas das Escolas Municipais de Anápolis.

Art. 2º. O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE ANÁPOLIS, em 05 de dezembro de 2007.

Pedro Fernando Sahium
PREFEITO MUNICIPAL

Luiz Carlos Duarte Mendes
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Saulo Sartre Ubaldino
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Anexo 2**LEI ESTADUAL Nº 16.993, DE 10 DE MAIO DE 2010.**

Dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular na sala de aula das escolas da rede pública estadual de ensino.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibido o uso de telefone celular na sala de aula das escolas da rede pública estadual de ensino.

Parágrafo único. Cabe às escolas definirem as medidas disciplinares aplicáveis aos alunos que infringirem o disposto no *caput*.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em
Goiânia, 10 de maio de 2010, 122º da República.**

ALCIDES RODRIGUES FILHO

Anexo 3

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ANÁPOLIS **GUARDIÕES JIJA – RESGATANDO VALORES** **SUGESTÃO DE COMPROMISSOS**

I Em relação às unidades escolares:

1. Divulgar e fazer cumprir o Regimento Escolar, devidamente aprovado e a Carta de Compromissos.
2. Fazer por escrito as comunicações à Secretaria Municipal de Educação ou Subsecretaria Regional de Educação, ao Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude, Polícia Civil e Ministério Público (faltas, evasão, abandono e ato infracional) desde que esgotados todos os recursos escolares, evitando as rotulações. E comunicar ao Departamento de Postura os casos de comércio ambulante e outros nas proximidades das Unidades Escolares.
3. Proibir nas dependências da Escola, o uso do boné, shorts curtos, mini-saias, blusas curtas, decotadas e transparentes bem como alteração no uniforme (com exceção dos concluintes) , uso do celular e equipamentos tecnológicos não compatíveis com as atividades pedagógicas, bem como proibir o uso do cigarro nas dependências da escola para funcionários e alunos.
4. Criar uma comissão interna composta por todos os segmentos escolares para acompanhar o cumprimento da Carta de Compromissos e Regimento Escolar e a interação entre família e escola.
5. Entregar aos pais no ato da matrícula a síntese da Carta de Compromissos e do Regimento Escolar(contendo os direitos e deveres dos pais e alunos), solicitando que assinem Termo de Ciência de recebimento. Posteriormente realizar reunião para conscientizá-los quanto aos documentos.
6. Desenvolver ações visando conscientizar os alunos sobre a importância de desempenhar com responsabilidade todas as atividades escolares que lhe forem atribuídas, dentro dos prazos estabelecidos.
7. Informar aos pais por escrito no início do ano letivo as datas de reuniões para as quais serão convocados e esclarecê-los quanto a diferença entre convocação e convite.
8. Estabelecer em conjunto com o Conselho Tutelar e Guardiões JIJA, advertência por escrito aos pais pelo não comparecimento injustificado.
9. Solicitar via ofício ao Conselho Tutelar providências pertinentes a situação de faltas, evasões, abandonos e indisciplinas, informando no documento o histórico da situação vivenciada pelo aluno, nome completo, endereço, telefone e filiação.
10. Desenvolver ações visando ampliar a participação dos pais na escola.
11. Desenvolver ações visando incentivar o desenvolvimento e estabelecimento de valores morais.
12. Promover palestras com pessoal especializado, direcionadas aos pais de alunos, abordando relacionamento familiar.

II Em relação ao Judiciário, Ministério Público e Polícia Civil:

1. Apoiar as Unidades Escolares mediante as comunicações recebidas, inclusive instaurando os procedimentos judiciais necessários.
2. Acionar a Secretaria Municipal de Educação e Subsecretaria Regional de Educação, pais e responsáveis, quanto ao não cumprimento da Carta de Compromissos e Regimento Escolar.
3. Havendo transferência como mecanismo de ajuda ao aluno, devidamente fundamentado e esgotado todos os meios existentes na Escola, o Ministério Público, quando acionado,

preferencialmente ouvirá o Conselho Escolar/ Conselho de Classe antes da tomada de providências.

4. Desenvolver, por meio da Polícia Civil, ações específicas de combate ao uso e tráfico de drogas nas dependências e proximidades das unidades escolares.
5. Oferecer palestras e outras ações de prevenção.

III Em relação ao Conselho Tutelar:

1. Ter conhecimento do Regimento Escolar e das Leis que regulamentam a Educação.
2. Receber as documentações pertinentes à faltas, evasão, abandono e indisciplina e tomar as providências cabíveis informando-as por escrito às unidades escolares.
3. Criar canal de comunicação divulgando datas para realização de palestras e ações preventivas nas unidades escolares.
4. Desenvolver ações visando aproximar o Conselho Tutelar da Unidade Escolar e dos pais.
5. Oferecer acompanhamento efetivo às famílias das crianças e adolescentes encaminhados.
6. Desenvolver seminários e material impresso visando conscientizar a comunidade escolar sobre seu papel.
7. Elaborar documento esclarecendo quanto às obrigações da família em relação aos filhos e as punições aplicáveis pelo não cumprimento de suas responsabilidades.

IV Em relação à Polícia Militar:

1. Oferecer a Patrulha Escolar para atendimento em todos os turnos de funcionamento das Unidades Escolares (CMEI), com profissionais preparados para esse fim.
2. Atender prontamente as unidades escolares não cobertas pelo atendimento da patrulha escolar, assim que as mesmas solicitarem atendimento.
3. Ampliar o número de viaturas da patrulha escolar, zelando pela formação dos policiais.
4. Promover momentos de esclarecimento sobre o papel da patrulha escolar.
5. Estender o PROERD a todas as turmas da educação básica, preparando os policiais para utilizarem linguagem acessível a todas as faixas etárias.
6. Atividades preventivas ao uso de drogas junto às Unidades Escolares, incluindo a Educação Infantil.
7. Realização de abordagem, com apoio do Juizado da Infância e Juventude, aos alunos que ficam nas portas e imediações das Unidades Escolares no período de aula.

V Em relação ao Departamento de Posturas:

1. Fazer cumprir e fiscalizar o cumprimento da Lei Complementar ____/2003 que proíbe o funcionamento de *lan houses*, bares, bancas e similares próximos às Unidades Escolares.
2. Coibir o funcionamento de bares e estabelecimentos que facilitem o abuso e exploração sexual infanto-juvenil.
3. Fazer cumprir a Lei n. 112/68 (Código de Posturas) e “Ajuste de Conduta” realizado entre o Ministério Público, Polícia Militar e Postura, que proíbe o comércio ambulante nas proximidades das Unidades Escolares e sons em volume que venha prejudicar os trabalhos escolares.

VI Em relação à Secretaria Municipal e Subsecretaria Regional de Educação:

1. Disponibilizar pessoa qualificada para promover a segurança nas unidades escolares, e acompanharem a entrada e saída dos alunos.

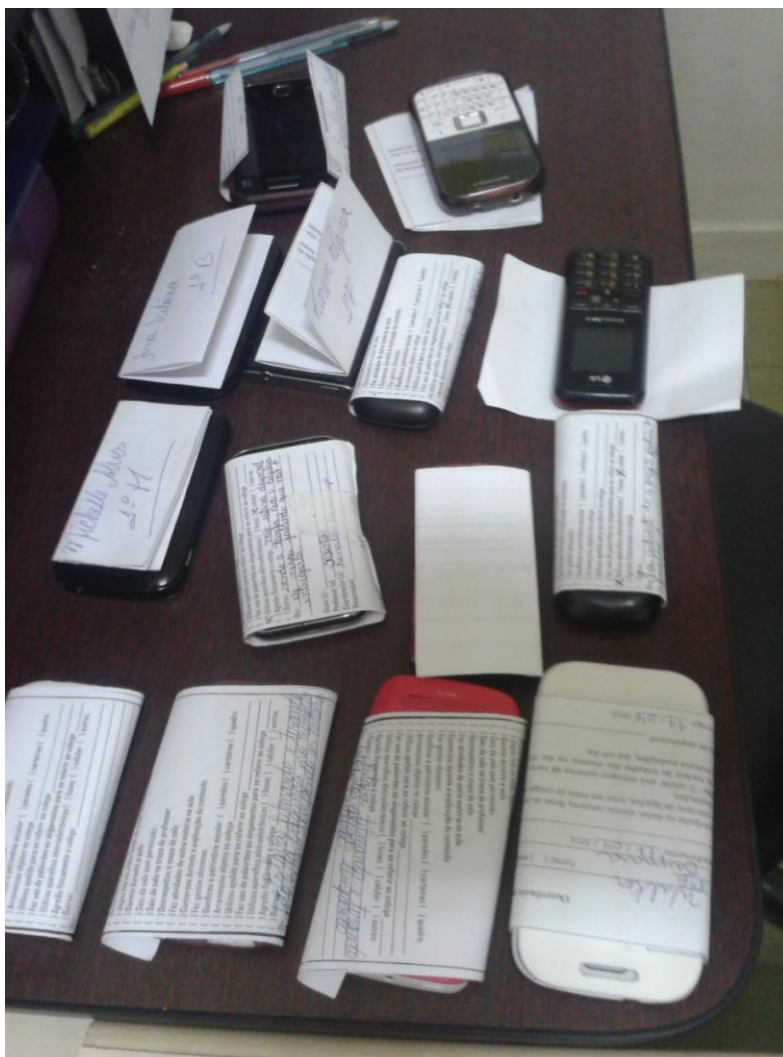
2. Constituir um Comitê para acompanhar as comissões escolares na aplicação da Carta de Compromissos e Regimento Escolar.
3. Oferecer apoio às Unidades Escolares nas ações para coibir a indisciplina e violência, fazendo cumprir o Regimento Escolar e Carta de Compromissos.
4. Promover ações efetivas e eventos de sensibilização quanto à construção da cultura de paz, destinando orçamento específico para realização das ações propostas.
5. Adequar o SIGE em termos de conexão e aperfeiçoá-lo visando permitir a geração de relatórios de frequência, evasão e desempenho dos alunos que possam ser disponibilizado às autoridades competentes.
6. Desenvolver política de acompanhamento e valorização do profissional da educação, bem como desenvolver ações visando resguardar a integridade física e moral dos servidores públicos.
7. Inserir no calendário escolar momentos de discussão disciplinar.
8. Assegurar a equipe completa em cada unidade escolar, observando a disponibilidade de recursos humanos existente.

VII Em relação às Famílias:

1. Encaminhar o filho para escola no horário correto, uniformizado e com o material escolar do dia.
2. Conscientizar os filhos quanto à necessidade de uso do uniforme escolar.
3. Responsabilizar-se por zelar pela conservação do material escolar, devolvendo-o em bom estado de conservação.
4. Monitorar o horário de entrada e saída do filho da unidade escolar.
5. Acompanhar os filhos na realização dos deveres de casa, estabelecendo aos mesmos horários de estudo.
6. Atender as convocações para reuniões de pais e mestres, conselhos de classe, bem como atender aos convites da escola quando da realização de eventos e festividades.
7. Conhecer e apoiar a unidade escolar na aplicação da Carta de Compromissos e Regimento Escolar.
8. Justificar em tempo hábil (de acordo com o Regimento Escolar) às faltas dos filhos às aulas.
9. Estar ciente quanto as suas obrigações em relação a educação dos filhos, pois o Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que é “ dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”
10. Levar os filhos ao médico sempre que necessário e apresentar á unidade escolar o atestado ou laudo médico, bem como a receita, havendo necessidade de ministrar medicamentos durante o período da aula.
11. Manter atualizados os dados referentes a endereços e telefones, visando facilitar o contato com a família.
12. Evitar apresentar-se nas Unidades Escolares trajando roupas curtas, decotadas e transparentes.
13. Respeitar os funcionários no exercício de sua função.

Anexo 4

Diário de Campo da Escola Estadual A, Protocolo de Registro nº1 - Celulares confiscados e guardados na gaveta da escrivaninha da vice-diretora.



Anexo 5

Diário de Campo da Escola Estadual A - Cartaz com as normas de funcionamento da Escola.
Destaque para o item 6 sobre o uso do celular.

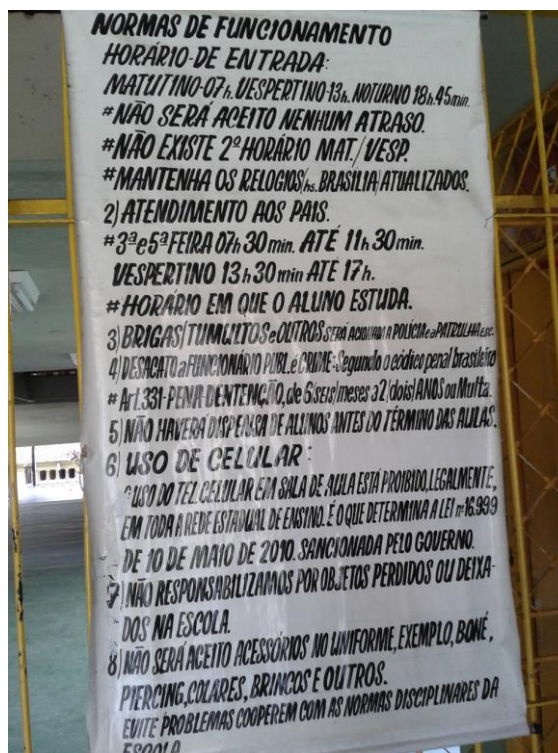


Foto realizada na entrada de uma das primeiras escolas que visitamos

Anexo 6

Escola Estadual A, Protocolo de Registro nº1- Destaque para cartaz com a divulgação da Lei Estadual nº 16.993/ maio de 2010.



Anexo 7

Escola Estadual A, Protocolo de Registro nº1- Destaque para cordão de isolamento do acesso do pátio do recreio até as salas de aula.



Anexo 8

Comunicação que circulou na Escola Municipal C

Escola Municipal

Caros Alunos,
Sr. Pais ou Responsáveis:

Gostaríamos de reforçar mais uma vez que o uso do celular é proibido na escola, mediante o Regimento Escolar e demais leis pertinentes. Portanto, a escola não se responsabiliza por aparelhos de celular que sejam perdidos ou roubados nas dependências da mesma, conforme já foi dito nas reuniões, e os próprios pais ou responsáveis já assinaram um termo de responsabilidade, que deixa bem claro esse compromisso.

Os celulares recolhidos na escola serão encaminhados para a Ouvidoria da Secretaria Municipal de Educação e entregues após três dias úteis aos pais ou responsáveis. E em casos extremos, encaminhados posteriormente ao Juizado da Infância e Juventude.

Contamos com a compreensão e colaboração de todos.
Equipe Gestora

Anexo 9

Diário de Campo da Escola Municipal C



Celular em cima da mesa enquanto a aluna fazia uma atividade de inglês na turma do 8º ano/ Fonte: Mariana Soares



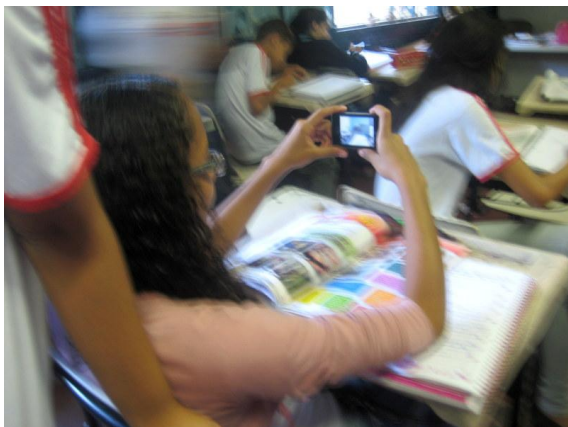
Aluna do 8º ano portando celular no bolso da calça/Fonte: Mariana Soares



Alunas do 8º ano ensaiando coreografia utilizando aparelho celular como reproduutor de música na aula de Educação física/ Fonte: Mariana Soares



Fotos dos celulares de alguns alunos do 8º ano que estavam utilizando o aparelho
/Fonte: Mariana Soares



Aluna do 8º ano tirando foto na sala de aula/
Fonte: Mariana Soares



Presença do aparelho celular durante
uma atividade de Educação
Física/Fonte: Mariana Soares



Foto dos celulares que foram apreendidos/Fonte:
Mariana Soares

APÊNDICE